

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Abril de 2008**

**Área Temática: Território e Sustentabilidade**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Polícia prende agricultor em área indígena de Roraima</b> – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/04/2008 .....	5
<b>Cético admite aquecimento, mas nega que seja problema</b> – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência - 01/04/2008 .....	5
<b>Moratória da soja deu resultado, diz relatório</b> – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 01/04/2008.....	7
<b>Até a churrasqueira ficou verde</b> - João Roberto da Costa – Valor Econômico – Opinião - 01/04/2008.....	8
<b>Os bancos e o desmatamento da Amazônia</b> - Paulo de Bessa Antunes – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 01/04/2008.....	10
<b>Brasil: o mapa da devastação</b> - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 02/04/2008	12
<b>Evento debate as mudanças climáticas na Amazônia</b> - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 02/04/2008.....	14
<b>Marina defende "bolsa-floresta" para agricultores</b> – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Ciência – 03/04/2008.....	15
<b>Termina cadastramento na Amazônia Legal</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 03/04/2008 .....	16
<b>Cassel: “Queremos um meio rural mais justo”</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 03/04/2008 .....	18
<b>Ministra defende marco legal para pagamento por serviços ambientais no Brasil</b> - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 03/04/2008 .....	20
<b>Ambientalistas discutem compensação financeira para preservar as florestas</b> - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 03/04/2008.....	21
<b>Entre o Pacto e a Chantagem</b> – Peter May – Agência Carta Maior – 04/04/2008.....	22
<b>Ibama divulga lista de propriedades embargadas por desmatamento</b> – Sítio Eletrônico da Contag - 04/04/2008 .....	25
<b>Desmate na Amazônia permanece em alta</b> – Claudio Angelo e Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/2008 .....	26
<b>Propriedades de governadores de MT e RO estão na lista das embargadas pelo Ibama</b> – Rodrigo Vargas e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo- Brasil – 04/04/2008....	27
<b>Cassol e empresa de Maggi negam irregularidades</b> – Folha de São Paulo – 04/04/2008	28
<b>Fiscais fecham madeira de deputado de RO</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/2008.....	29
<b>Crime ambiental compensa?</b> – Rogério Rocco – O Globo – Opinião – 04/04/2008 .....	29
<b>IPCC usa cenários velhos de redução de CO2, diz grupo</b> – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2008.....	30
<b>Índios querem participação em mercado de carbono de florestas</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 05/04/2008 .....	32
<b>Kyoto atacará emissões de aviação e navegação</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2008.....	32
<b>Territórios da Cidadania será apresentado a pesquisadores no Rio</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 07/04/2008.....	33
<b>Povos da floresta querem ter voz e renda no novo mercado de mudanças do clima</b> - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 07/04/2008 .....	34

<b>Só 20% das terras em área de desmate se recadastram</b> – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008 .....	35
<b>Uma visão consistente do aquecimento global</b> – Patrick Michaels – Folha de São Paulo – Opinião - 09/04/2008.....	36
<b>Inpe vai mapear queimada na Amazônia</b> – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 09/04/2008 .....	38
<b>Stephanes defende recuperação menor de floresta na Amazônia</b> – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Ciência – 10/04/2008.....	39
<b>Ameaça aos oceanos é maior, diz a ONU</b> – O Globo – Ciência – 11/04/2008 .....	41
<b>Assentamentos terão 'crédito ambiental'</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 10/04/2008 .....	42
<b>Municípios 'desmatadores' receberão ajuda do governo</b> - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 10/04/2008.....	43
<b>Maiores economias mundiais discutem clima em Paris</b> - Suelene Gusmão e Gisele Teixeira – Sítio eletrônico do MMA – 11/04/2008 .....	44
<b>Mais de 100 mil pessoas participam das etapas estaduais da CNMA</b> - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 11/04/2008.....	44
<b>Amazônia tem projeto internacional para evitar desmatamento</b> - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 11/04/2008.....	45
<b>Desmatamento causado pelas usinas é "insignificante", diz entidade do setor</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/04/2008.....	47
<b>Efeito sobre a Amazônia é indireto</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 12/04/2008 .....	48
<b>Reunião do Mercosul debate meio ambiente</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 14/04/2008	48
<b>Presidente pede atenção de prefeitos ao Territórios</b> – Sítio eletrônico do MDA – 15/04/2008.....	49
<b>NEAD apresenta Territórios Digitais em Fórum</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2008.....	50

## Segunda Quinzena

<b>Colaboradores do Territórios em videoconferência</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 16/04/2008.....	52
<b>Marina Silva defende fortalecimento dos órgãos ambientais</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 16/04/2008.....	53
<b>Bush propõe que emissão de CO2 dos EUA pare de crescer em 2025</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 17/04/2008.....	54
<b>Anticlímax climático Bush diz que EUA vão reduzir emissões de CO2 até 2025 mas não explica como</b> – O Globo – Ciência – 17/04/2008.....	55
<b>Bush só quer baixar emissão de gases dos EUA após 2025</b> - H. Josef Herbert e Deb Riechmann – Valor Econômico – Internacional - 17/04/2008.....	56
<b>Estudos revêem efeitos do aquecimento</b> – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2008.....	57
<b>A grande seca</b> - Keith Bradsher – O Globo – Ciência – 18/04/2008 .....	58
<b>Paragominas se une para sair da lista dos vilões da Amazônia</b> - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 18/04/2008.....	60

<b>Agentes prendem 5 por exploração ilegal de madeira</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 19/04/2008.....	61
<b>Novo zoneamento amplia áreas protegidas em MT</b> – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 21/04/2008.....	62
<b>"Há pressão por todo lado", diz ambientalista</b> – Rodrigo Vargas - Folha de São Paulo – Ciência – 21/04/2008.....	63
<b>Avião espião investiga desmatamento</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 22/04/2008 .....	64
<b>Sem autorização, cidade de MT desmata 25 Ibirapueras</b> – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 23/04/2008 .....	66
<b>Governo do Pará vai leiloar madeira ilegal</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 23/04/2008 .....	68
<b>Territórios Digitais: inclusão para comunidades rurais</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 23/04/2008.....	68
<b>Desmatamento na Amazônia cai em relação a fevereiro</b> – Valor econômico – Brasil - 23/04/2008.....	69
<b>A vanguarda agrícola</b> – Folha de São Paulo – Opinião – 23/04/2008.....	70
<b>Secretário-executivo destaca importância da Caatinga para biodiversidade</b> – Sítio eletrônico do MMA – 24/04/2008.....	71
<b>Entidades se preocupam com decisões tomadas pelo governo</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 25/04/2008.....	72
<b>Desmatar é remédio para crise da comida, diz Maggi</b> – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 25/04/2008.....	72
<b>Níveis de CO2 continuam a subir</b> – O Globo – Ciência – 25/04/2008 .....	74
<b>Conama discute impactos das mudanças climáticas na Caatinga</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 25/04/2008 .....	74
<b>Oficina vai discutir Agenda 21 Local em terras indígenas</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 25/04/2008.....	75
<b>Desmate não resolve crise de alimentos, diz Marina</b> – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – 26/04/2008.....	76
<b>Uma via para a Amazônia</b> – Bertha Becker, Carlos Nobre e Roberto Bartholo - Folha de São Paulo – Opinião – 27/04/2008 .....	77
<b>Cidades que mais desmatam lideram crimes na Amazônia</b> – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 27/04/2008 .....	79
<b>"Floresta é um ativo de baixíssimo valor econômico", afirma ruralista</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 27/04/2008 .....	80
<b>Ambientalista dá nota "insuficiente" para Lula</b> - Afra Balaziana - Folha de São Paulo – Ciência – 27/04/2008.....	81
<b>Na Amazônia, tribos sofrem com desmatamento</b> - Ronaldo Brasiliense e Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 27/04/2008 .....	85
<b>Brasil e Alemanha discutem preparativos para a COP-9 e biocombustíveis</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 28/04/2008 .....	86
<b>Maggi quer desmatar para alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2008.....	88
<b>Certificação para soja "sustentável" gera preocupação</b> – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2008 .....	89
<b>Ministro apresenta o Territórios no Consea</b> – Sítio eletrônico do MDA – 30/04/2008..	90
<b>Setor sucroalcooleiro é campeão de desrespeito à legislação trabalhista</b> – Sítio Eletrônico do MST – 30/04/2008.....	92

**Polícia prende agricultor em área indígena de Roraima** – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/04/2008

A Polícia Federal prendeu ontem na terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, o presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado, Paulo César Quartiero. Segundo a PF, ele desacatou policiais e tentou obstruir o trabalho dos agentes federais na região do Surumu, dentro da área indígena.

O clima de violência no interior da Raposa/Serra do Sol recrudescer após a chegada de reforço de agentes ao Estado, na semana passada, para dar início aos trabalhos de retirada de não-índios da terra.

Anteontem, uma ponte que passa sobre um igarapé na região foi incendiada por homens não identificados. Uma rodovia chegou a ser bloqueada.

Quartiero foi levado para a sede da PF, em Boa Vista. O advogado dele, Luiz Valdemar Albrecht, disse que não tinha detalhes do caso envolvendo seu cliente. "Ele estava por lá [na região do Surumu] e estabeleceu-se um tumulto entre a comunidade e os federais."

Albrecht disse que um filho de Quartiero ficou ferido durante a confusão que culminou com a prisão do arrozeiro.

No fim de semana, outro homem foi preso na Raposa/Serra do Sol porque, segundo a PF, tentou atrapalhar o trabalho de policiais na terra indígena.

A PF disse que não divulgará a data do início da retirada dos não-índios da terra indígena.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse que tentou, sem êxito, negociar a saída dos arrozeiros da região. Em 2005, o presidente Lula assinou o decreto destinando a posse de cerca de 1,7 milhão de hectares da Raposa/Serra do Sol aos 15 mil índios que vivem na área. Após o decreto, houve vários protestos de opositores à retirada dos não-índios.

**Cético admite aquecimento, mas nega que seja problema** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência - 01/04/2008

**Evento em São Paulo reúne pesquisadores que se opõem à redução de emissões - Climatologista americano e estatístico dinamarquês dizem que mudança do clima causada por humanos pode até trazer benefícios**

Os céticos do clima estão mudando o discurso. Confrontados com um virtual consenso de que o aquecimento global é real e é causado por atividades humanas, eles

deixaram de negar a existência do problema -mas afirmam que não há motivo para preocupação.

Ontem, dois céticos apresentaram seus argumentos para uma platéia de uma centena de pessoas no Ibmecc (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em São Paulo: o climatologista americano Pat Michaels e o estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg. Michaels é ex-climatologista do governo do Estado da Virgínia. Recebeu US\$ 100 mil da indústria do carvão e do petróleo dos Estados Unidos para liderar uma campanha destinada a "trazer equilíbrio à discussão [sobre a mudança climática]".

Lomborg virou celebridade com o livro "O Ambientalista Cético", de 2001, no qual argumenta que o planeta nunca esteve tão bem e que é besteira investir em proteção ambiental -o dinheiro seria melhor gasto em programas sociais.

Em 2004, organizou o Consenso de Copenhague, grupo de economistas que se auto-atribuiu a tarefa de listar os maiores problemas do mundo cuja solução é positiva em termos de custo-benefício. O aquecimento global ocupa a 16ª posição.

**Duvidem dos cientistas** - Michaels abriu sua conferência atacando o IPCC, o painel de climatologistas ligado à ONU que dividiu com Al Gore o Prêmio Nobel da Paz em 2007.

"Só porque vocês leram que centenas de cientistas acham que alguma coisa é verdade não significa que seja a verdade nua." Para Michaels, as incertezas inerentes à previsão do clima tornam arriscadas previsões. "Sim, o aquecimento global existe. Mas ele não está necessariamente ficando pior."

Apresentou vários dados para ilustrar seu ponto. Um deles é que a maior parte da Antártida está mais fria e não mais quente. Isso inclui o manto de gelo da Antártida Oriental, a maior massa de gelo no planeta. "O gelo antártico está em sua extensão máxima", disse.

Os climatologistas do IPCC afirmam que o frio na Antártida é previsto desde 1970 pelos modelos de aquecimento. A razão disso é que o hemisfério Sul é mais água do que terra -e os oceanos são mais lentos para conduzir calor. Eles tampouco se preocupam com o degelo na Antártida Oriental.

O problema está na Antártida Ocidental, região que está derretendo depressa (é onde fica a plataforma Wilkins, que está rachando neste momento) e cujo degelo total poderia elevar em 5 m o nível do mar.

Michaels não falou sobre a Antártida Ocidental. Também mostrou-se irritado quando inquirido pela **Folha** sobre seus laços financeiros com a indústria do petróleo e do carvão.

"Não vi escrito em lugar nenhum que pessoas no mundo dos negócios não podem fazer perguntas sobre o aquecimento global", disse.

**Ursos-polares** - Lomborg também apressou-se a dizer que o aquecimento global "é real e causado pelo homem". Mas argumentou que suas conseqüências são exageradas e apresentadas de forma unilateral. "Em 2050, estima-se que o aquecimento global vá causar 2 mil mortes a mais por calor no Reino Unido. Mas também haverá 20 mil mortes a menos por frio." Também atacou o Protocolo de Kyoto e o corte de emissões de gás carbônico, que considera "um mau investimento" de "US\$ 180 bilhões por ano" para pouco benefício. Citou o exemplo dos ursos-polares. "Se você parar o aquecimento global, você vai salvar um urso polar por ano. Mas todos os anos nós matamos centenas de ursos-polares." Talvez em vez de cortar emissões, argumenta, devêssemos parar de atirar nos ursos.

O mesmo argumento vale para as projeções de aumento da malária e de dano por furacões no golfo do México: é mais barato e eficiente resolver problemas sociais do que estrangular a indústria e o livre-mercado com cotas de emissão.

Afinal, diz Lomborg, o mundo está ficando cada vez mais rico, e uma afluência maior permitirá aos países adaptarem-se ao clima no futuro.

O físico Luiz Gylvan Meira Filho, da USP, ex-vice-presidente do IPCC, diz que o problema de Lomborg é que ele assume uma "taxa de desconto" alta. Ou seja, se você descontar para valores de hoje, esse benefício da redução de emissões projetado para o futuro não vale nada. E isso, afirma, não é uma questão científica. "Ele é só um cidadão tentando convencer a sociedade dinamarquesa -sem sucesso."

#### **Moratória da soja deu resultado, diz relatório** – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 01/04/2008

Não há soja plantada em áreas de novos desmatamentos da Amazônia. A informação é resultado do primeiro mapeamento e monitoramento da moratória da soja no país.

A moratória foi iniciada em 24 de julho de 2006, quando as empresas ligadas à Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e à Anec (Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais) se comprometeram a não comercializar soja oriunda de áreas desmatadas da Amazônia. Elas respondem por 90% da soja comercializada no país.

Para verificar se a pressão da indústria teve efeito sobre os produtores, primeiro foi feito o levantamento de terras desmatadas entre agosto de 2006 e agosto de 2007, com base em dados do Prodes, sistema de cálculo de área desmatada do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

As áreas analisadas pela empresa Globalsat, contratada pelas associações, ficam em Mato Grosso, Pará e Rondônia. Elas estão fora de áreas protegidas -como unidades de conservação e terras indígenas- e possuem mais de 100 hectares.

Depois, foram realizadas 107 horas de sobrevôo, entre janeiro e fevereiro deste ano, para verificar a situação das áreas desmatadas. Foram vistoriados 193 polígonos de desmatamento em 37 municípios -30 em MT, cinco no PA e dois em RO.

Foi feito também um monitoramento adicional em três cidades com áreas desmatadas menores do que 100 hectares -Feliz Natal, União do Sul e Vera, todas em Mato Grosso. Nas duas situações não foi encontrado cultivo do grão.

Segundo Paulo Adário, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, a moratória mostrou eficácia em seu primeiro ano. "As traders têm enorme poder porque, além de comprar a soja, também financiam o produtor rural", afirma.

Entretanto, diz ele, é preciso continuar atento. "Como houve retomada do desmatamento no segundo semestre de 2007, há uma pressão adicional sobre a Amazônia e a moratória."

Adário diz que o Greenpeace sobrevoou os 36 municípios que mais desmatam na Amazônia Legal e também não encontrou o grão em áreas desflorestadas. "Mas encontramos desmatamento em área de soja. Isso significa que o "sojeiro" desmatou. E dificilmente vai plantar tulipas ou alface ali."

Ele ressalta, porém, que o governo precisa ficar atento ao desmatamento ilegal para evitar que o produtor plante outras culturas nas áreas desmatadas, como o milho.

Segundo a Abiove, o objetivo da moratória e do monitoramento é "melhorar a governança da Amazônia". A associação diz ainda que não haveria tempo hábil de preparar a terra para plantar soja nos desmatamentos ocorridos no segundo semestre de 2007. A entidade afirma que o plantio é feito entre setembro e novembro.

**Até a churrasqueira ficou verde** - João Roberto da Costa – Valor Econômico – Opinião - 01/04/2008

Ousado lançamento imobiliário em São Paulo nos dá uma boa idéia de como o discurso "verde" dominou rapidamente, nos últimos meses, o mundo do marketing e dos negócios. Anunciando um estilo de vida "verde total", o imóvel em questão traz uma vasta lista de diferenciais ecológicos que deixaria um ambientalista radical satisfeito: energia solar, lâmpadas econômicas, motores de alto desempenho, coleta seletiva de lixo, pomar, herbário e até churrasqueira ecológica.

Não é apenas no setor imobiliário que o discurso verde se torna empolgado e dominante. Salvar o planeta, por meio das mais diversas estratégias, táticas e formas, tornou-se o mantra de instituições financeiras, supermercados, transportadoras, postos de



gasolina, academias de ginástica e até salões de beleza. Anúncios, filmes e ações de marketing das mais variadas naturezas estão por todos os cantos, em praticamente todos os setores da atividade econômica e também na área governamental.

A comunicação se adianta, assim, à prática efetiva das ações de sustentabilidade por parte das empresas e dos governos - as quais, como alertam alguns, é algo, na maioria dos casos, ainda a ser medido e comprovado. Por outro lado ainda, a indústria da comunicação parece não levar em conta a contrapartida do consumidor, uma vez que, para serem eficazes, as ações sustentáveis solicitam mudanças de atitude de amplas parcelas da população.

Tomemos mais diretamente a cobertura da mídia sobre o assunto. Uma análise a partir do monitoramento dos principais jornais, programas de TV e revistas brasileiras revela que, entre setembro e novembro de 2006, foram publicadas 68 matérias sobre "aquecimento global". Já em 2007, no mesmo período, esse número saltou para 385 matérias. Um aumento de mais de 450%. Do ponto de vista da opinião pública, tal cobertura intensiva faz com que a população tenha acesso a um grande número de informações a respeito do tema. Mais do que isso, faz com que todos o julguem como bastante importante.

É o que revela pesquisa nacional encomendada pela agência Nova S/B ao Ibope, em março de 2007: cerca de 90% dos brasileiros já ouviram falar de aquecimento global e 86% estão muito preocupados ou preocupados com o assunto. A preocupação impacta até mesmo os segmentos de menor escolaridade e menor renda. Nesse caso, cerca de 80% dos brasileiros que, no máximo, completaram a 4ª série e 80% dos brasileiros que ganham até um salário mínimo.

Outros estudos recentes detectaram o mesmo fenômeno, como a pesquisa global promovida pela emissora britânica BBC, em novembro de 2007, que entrevistou 22 mil pessoas em 21 países. O trabalho revela que 83% dos entrevistados dizem ser necessário para as pessoas em seus países "fazerem mudanças em seu modo de vida e comportamento" no sentido de reduzir a emissão de gases.

---

### **A preocupação com o aquecimento global impacta até mesmo os segmentos de menor escolaridade e renda**

---

Mas, quando confrontadas com a oportunidade de efetivamente tomarem uma "ecoatitude", a situação se mostra diferente. O que ocorreu no Dia Mundial Sem Carro, por exemplo, em São Paulo? Um movimento mundial que aconteceu em 22 de setembro convidou as pessoas a deixarem os carros em casa. São Paulo, nesse dia, teve trânsito intenso, com índices elevados de poluição do ar em várias regiões da cidade e congestionamentos na manhã desse sábado.

A distância entre o discurso verde e a prática foi detectada pela pesquisa da Nova S/B Ibope citada acima: embora quatro em cada cinco brasileiros estejam preocupados ou muito preocupados com o aquecimento global e suas conseqüências, isso não se traduz numa mudança de atitude imediata. No que diz respeito ao uso de automóvel, por exemplo, 38% dos entrevistados dizem que não deixariam de usá-lo todos os dias, enquanto 29% dizem que fariam isso de vez em quando e apenas 19% dizem que estão dispostos a fazer isso com mais freqüência.

Se todo mundo quer ser verde, principalmente na área corporativa, isso indica que, pelo menos do ponto de vista do marketing, a onda ecológica pode ser mesmo um ótimo

negócio. Mas talvez, além do discurso, devemos estar atentos ao que diz respeito à coerência das empresas (e também dos governos): o quanto, do que dizem e anunciam as instituições públicas e privadas, pode ser efetivamente traduzido em mudanças com impacto positivo e transparente.

Por outro lado, do ponto de vista da opinião pública, é a consistência efetiva desse e de outros temas da agenda pública na vida das pessoas que deve ser avaliada e levada cada vez mais em consideração: se há, por parte delas, uma perspectiva concreta de mudança de atitude em relação ao meio ambiente e a outros assuntos relativos à qualidade de vida em comunidade.

Talvez aí se consolide uma nova fase da "onda verde" que impacta de salões de beleza a churrasqueiras de condomínios residenciais: a da avaliação efetiva dos discursos que são feitos e os resultados práticos e mensuráveis que eles produzem no dia-a-dia das populações.

**\*João Roberto Vieira da Costa foi chefe de gabinete da secretaria de Estado da Educação e secretário adjunto de Cultura do Estado de São Paulo. Em 1997, assumiu a chefia da assessoria de comunicação social do Ministério da Saúde; em 2001, foi nomeado secretário de Estado de comunicação de governo da Presidência da República. É sócio-diretor da agência de publicidade novaS/B (ex-SNBB).**

**Os bancos e o desmatamento da Amazônia** - Paulo de Bessa Antunes – Valor Econômico - Legislação e Tributos - 01/04/2008

Após a recente polêmica sobre o aumento ou a diminuição do desmatamento da Amazônia e o início de mais uma ação pirotécnica por parte das autoridades competentes, o Conselho Monetário Nacional (CMN), na data de 3 de março de 2008, estabeleceu em uma resolução a inclusão de alguns critérios ambientais para a análise que antecede a concessão de créditos para a safra agrícola 2008/2009 na região amazônica. A resolução, que será implementada a partir de 1º de maio de 2008, está voltada especialmente para os bancos públicos e é, ainda, "softlaw", pois de aplicação facultativa. Contudo, há que se observar que já existe uma legislação sobre o tema que, em linguagem popular, ainda "não pegou".

Segundo expectativas do Ministério da Fazenda, a resolução terá impacto em créditos superiores a R\$ 2,6 bilhões, em uma área de cerca de 500 municípios espalhados em toda a Amazônia legal. A resolução determina, em linhas gerais, que os candidatos aos créditos apresentem o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) vigente e o certificado, certidão ou licença ambiental vigente do imóvel no qual será implantado o projeto a ser financiado e, ainda, declaração da inexistência de embargos administrativos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel. A medida é válida para grandes e médias propriedades, pois os agricultores que estejam incluídos no Programa Nacional de Agricultura Familiar e aqueles titulares de áreas de até quatro módulos rurais - entre 50 e 80 hectares por módulo na região amazônica - são destinatários de normas diferentes. Para tais casos, as exigências são de declaração individual atestando a existência física de reserva legal e área de preservação permanente. Os agricultores com renda familiar anual de até R\$ 4 mil estão fora de quaisquer exigências.

O que se vê com a resolução é que a chamada responsabilidade ambiental das entidades financeiras começa a sair do papel e se constitui em uma realidade que, gostemos

ou não, veio para ficar. Na verdade, a observância das normas ambientais por parte das instituições financeiras já encontrava previsão legal na Lei nº 6.938, de 1981 - que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente -, que, em seu artigo 12, dispõe que "as entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Parágrafo único: As entidades e órgãos referidos no caput deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e a melhoria da qualidade do meio ambiente."

Como regra, tal artigo vem sendo observado pelas instituições de crédito como uma simples exigência de que o interessado comprove a existência do licenciamento ambiental. Parece-me que o objetivo da resolução do CMN é, em médio prazo, avançar no sentido de que as instituições financeiras promovam controles mais ativos dos créditos concedidos, sob o ponto de vista da responsabilidade ambiental. Observe-se que já o Decreto nº 6.231, de 21 de dezembro de 2007, em seu artigo 11 dispunha que "as agências oficiais federais de crédito não aprovarão crédito de qualquer espécie para: I - atividade agropecuária ou florestal realizada em imóvel rural que descumpra embargo de atividade nos termos dos parágrafos 11 e 12 do artigo 2º do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999; II - serviço ou atividade comercial ou industrial de empreendimento que incorra na infração prevista no artigo 39-A do Decreto nº 3.179, de 1999". Isto implica, evidentemente, que qualquer crédito aprovado sem que haja comprovação de que o mutuário não está enquadrado nas hipóteses disciplinadas pelo decreto é ilegal e, em tese, aquele que o concedeu é responsável legalmente. Merece ser ressaltado que as instituições financeiras privadas que estejam atuando como agentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, por exemplo, devem observar as restrições estabelecidas pelo decreto em questão.

---

### **A medida adotada pelo CMN, ainda em caráter voluntário, está em consonância com uma tendência internacional**

---

Não se pode esquecer que o artigo 3º da mesma Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu inciso IV, estabelece que o poluidor é "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental". Assim, em tese, poder-se-ia admitir que a instituição financeira responsável pelo financiamento de uma atividade que está degradando o meio ambiente é passível de ser enquadrada no conceito de poluidor indireto. Tal circunstância acarretaria imediatamente toda uma série de conseqüências muito graves para as instituições financeiras, como por exemplo, um possível enquadramento na lei de crimes ambientais - a Lei nº 9.605, de 1998 -, cujo artigo 2º estabelece uma cadeia muito ampla de responsabilidades. De acordo com a legislação, "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la."

Já existem algumas ações judiciais propostas em face de instituições financeiras em função de alegados danos ambientais para os quais elas teriam contribuído, ainda que indiretamente. Contudo, ainda não existem - ao menos de que seja do meu conhecimento - uma decisão condenatória contra tais instituições. No entanto, dado o fato de que elas têm o chamado "deep pocket", seguramente a tendência de proliferação de tais demandas é evidente.

Sem dúvida, a medida adotada pelo CMN, ainda em caráter voluntário por parte das instituições financeiras, está em consonância com uma tendência internacional de ampliação do conceito de responsabilidade ambiental que, inclusive, conta com a adesão das principais instituições financeiras internacionais, como nos dá mostra a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI) ou os Princípios do Equador, adotados pelas instituições financeiras. É importante que as instituições financeiras se preparem adequadamente para uma nova realidade que, cada vez mais, se torna concreta e que, se mal administrada, poderá ter repercussões muito relevantes - seja no aspecto puramente econômico, seja na imagem pública de todos aqueles que atuam na área financeira.

**\*Paulo de Bessa Antunes é advogado e sócio responsável pela área de meio ambiente e recursos naturais do escritório Bastos Tigre, Coelho da Rocha e Lopes Advogados**

### **Brasil: o mapa da devastação - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 02/04/2008**

Companheiro de bandeira do amarelo, o azul e o branco, o verde sem par destas matas, contradizendo Olavo Bilac, não têm recebido o afeto que se encerra em nosso peito juvenil. Em 500 anos de história, o Brasil já desmatou 2,5 milhões quilômetros quadrados de sua vegetação nativa, sendo que a maior parte nos últimos 50 anos. Isso significa 30% de suas florestas. Esse cinzento panorama está descrito no estudo intitulado Mapa da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O trabalho revela que a Mata Atlântica foi o bioma — região com fauna e flora típicas — que mais sofreu, perdendo 751 mil quilômetros quadrados. A Amazônia, bioma de maior extensão do país, foi o segundo mais afetado, perdendo 527 mil quilômetros quadrados de florestas. Já o Pantanal, que ocupa a menor área entre os seis principais biomas (os outros são Cerrado, Pampas e Caatinga), é o mais preservado, com 17 mil quilômetros quadrados de mata perdidos.

— Esse trabalho dá uma visão importante do território brasileiro como um conjunto de biomas — conta o historiador ambiental José Augusto de Pádua, da UFRJ. — Isso é importante porque ajuda a superar a idéia do espaço brasileiro como se fosse algo vazio, abstrato, que a sociedade pode simplesmente ocupar, quando na verdade trata-se de um país com uma enorme biodiversidade e diferentes estruturas ecológicas.

O mapeamento foi feito com a ajuda de satélites, além de trabalho de campo. Segundo o MMA, ao revelar quanto foi desmatado em cada bioma, o estudo se transforma numa ferramenta para futuros trabalhos de preservação.

— Esse estudo dá um quadro relativamente atual sobre a situação dos ecossistemas brasileiros — diz Bráulio Dias, diretor do Programa Nacional de Biodiversidade do MMA e

coordenador do estudo. — Isso é importante porque fica difícil a gente estabelecer políticas públicas e fazer um trabalho de monitoração sem ter os dados do campo.

**Mata Atlântica reflete a história do litoral** - Como exemplo da aplicação do estudo, Dias cita o caso da região amazônica, onde existe uma preocupação geral com uma possível expansão da fronteira agrícola por causa do crescente interesse nos biocombustíveis.

— A Casa Civil encomendou ao MMA e ao Ministério da Agricultura um zoneamento agroecológico para delimitar a expansão da cana para o cultivo de álcool. Esse estudo é um dos principais conjuntos de informações para subsidiar esse mapeamento. Poderemos estipular os limites para que a expansão da cana se dê dentro das fronteiras atuais.

No caso da Mata Atlântica, símbolo mais emblemático da devastação no Brasil, porque é mais intenso e concentrado, o estudo ajuda também a contar como foi (desordenada) a ocupação da faixa costeira, que perdeu 9,2 milhões de metros quadrados de florestas nos últimos três anos, como revelou a série de reportagens do GLOBO “A impunidade é verde”, com base em dados da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

— Certamente, o nível de desmatamento na Mata Atlântica reflete um tipo de ocupação que, desde o início, foi predatório — analisa o historiador ambiental.

Pádua aponta, porém, uma diferença entre os números apresentados no estudo do MMA — que diz que 71% dessa vegetação já foi destruída — contra os dados da Fundação SOS Mata Atlântica, que indica uma devastação em torno de 93%.

— A diferença se deu porque optamos por uma abordagem inclusiva — explica Bráulio Dias. — Preferimos mapear as áreas em regeneração.

Pela Convenção sobre Diversidade Biológica, acordo internacional criado em 1992, assinado pelo Brasil, pelo menos 10% de cada região ecológica do planeta devem ser conservados até 2010. O estudo do MMA, diz Pádua, pode ajudar o país a cumprir suas metas de conservação de forma equilibrada.

— Mas por causa do carisma da floresta, existe uma tendência de se valorizar apenas a Amazônia e desprezar ou esquecer os demais biomas do Brasil — ressalta o historiador ambiental.

— Isso, claro, é um erro. Não podemos privilegiar um bioma em detrimento de outros porque ele é mais bonito esteticamente.

Precisamos ter uma visão holística do assunto.

Cada bioma tem a sua importância ambiental.

O Cerrado, por exemplo, é a grande caixa d’água do Brasil.

A mais escorregadia conclusão que se pode ter com a leitura do estudo do MMA, alerta Pádua, é que desmatamos “apenas” 30% do nosso verde em 500 anos, restando ainda uma boa margem para cortar.

— Essa é uma informação que pode gerar facilmente um mal-entendido. É preciso examinar a destruição dos ecossistemas dentro de uma escala histórica, acompanhado o movimento ao longo do tempo.

— De fato, essa leitura é uma armadilha — concorda Bráulio Dias. — A melhor leitura desse estudo é nos fazer lembrar que parte desse desmatamento resultou em progresso para o país, gerou renda e nos transformou num grande produtor agrícola. Mas o outro lado é que ele não foi feito pensando num aproveitamento contínuo e sustentável. Por

isso, gerou também enormes bolsões de miséria nas áreas de grande impacto ambiental. Esse é o lado cruel do desmatamento no Brasil.

**Evento debate as mudanças climáticas na Amazônia** - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 02/04/2008

Todos os barcos que tinham que transportar gente pelo rio Juruá até a sede do município de Carauari, no Estado do Amazonas, quebraram nas duas últimas eleições. Não por manutenção precária. "O barco ia batendo nos 'tronqueiros'", conta Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros. "Há dez anos isso não acontecia. Os troncos ficavam no fundo do rio", constata o líder do CNS, entidade que se tornou mundialmente famosa nos anos 80 com Chico Mendes. "Já é um efeito da mudança do clima", pondera Cunha. "O tempo entre as coisas diminuiu. Tem muita seca ou muita cheia. E água demais também mata as plantas."

O seringueiro menciona também o sumiço da "friagem" amazônica, o vento mais frio que costumava chegar no fim de maio e julho e era o momento de se plantar a roça. Assim sempre fizeram os caboclos, que aprenderam com os índios. O ar gelado era o sinal do fim do inverno amazônico - quando pára de chover, os insetos somem, as sementes não são atacadas e o sol não maltrata quem aguarda pela melhor hora para o plantio. "Agora não faz mais friagem. A gente então apela pra qualquer tempo e perde muita germinação", diz o seringueiro.

Ele vai lembrando outros sintomas de que as mudanças climáticas na Terra já chegaram ao cotidiano da Amazônia. A floração da andiroba, por exemplo, enfraqueceu com o atraso nas chuvas. "A última safra boa que deu de andiroba foi em 2000", diz ele. Foram 26 toneladas do óleo que saíram da floresta direto para Jacareí, em São Paulo, e de lá para os produtos da Natura. A extração do óleo de andiroba, vendido a R\$ 22 o quilo, foi vital para os seringueiros que já o usavam em família, nos seus próprios sabonetes. Só não sabiam que alguém poderia dar valor especial à essência, e eles viverem melhor. Foi o que aconteceu há poucos anos, quando o quilo do preço da borracha bateu em 92 centavos. O do óleo de andiroba alcançava R\$ 10.

É das mudanças no clima e de compensar quem não desmata que trata um evento iniciado ontem no Amazonas, no 16 andar do Tropical Manaus Business, um hotel às margens do rio Negro. Estão reunidos uns 70 representantes de povos da floresta num workshop para avançar na discussão sobre mecanismos financeiros que compensem quem preserva a floresta. É o que se está chamando de REDD, a sigla para redução nas emissões por desmatamento e degradação florestal.

No texto final da conferência internacional sobre clima, em Bali, no fim do ano passado, há um artigo que prevê que os povos da floresta têm que ser ouvidos neste processo. Não é filantropia - as emissões por desmatamento significam, segundo alguns cálculos, 18% do total mundial. "Se as emissões por desmatamento são parte do problema, por que não são parte da solução", diz Paulo Moutinho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam. A solução, acredita ele, é compensar o não-desmatamento da floresta com mecanismos financeiros atrelados ao já existente mercado de créditos de carbono.

A idéia faz eco entre outros pesquisadores da Amazônia. "Não aproveitar os recursos de mercado em países com altas taxas de desmatamento é perder uma oportunidade inédita para proteger a floresta, e talvez a última", diz Steve Schwartzman, diretor do programa internacional do Environmental Defense Fund, o EDF, uma das cinco maiores organizações não-governamentais dos EUA. Ele lembra que, no Brasil, mais de 20% da Amazônia -- algo perto de 1 milhão de km<sup>2</sup> -- são terras indígenas. "Isso dá dois Estados da Califórnia ocupados por cerca de 300 mil índios", conta.

No encontro, há representantes de 13 países da América Latina e observadores da Ásia e África. Foi organizado pela Aliança dos Povos da Floresta, associação de 1989 erguida sobre um tripé de entidades que agrupam seringueiros, pescadores, pequenos agricultores e populações indígenas na Amazônia. Uma delas é a Coiab, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que representa 165 povos indígenas e 75 organizações regionais. A outra é o GTA, o Grupo de Trabalho da Amazônia, com 630 cooperativas, sindicatos e associações, principalmente de pescadores e agricultores. E o CNS.

"É preciso que os povos indígenas participem deste processo, queremos estar nele", diz Elisa Canquí Mollo, do Fórum Permanente dos Povos Indígenas da ONU. Segundo ela, há uma tendência em desenhar os fundos para combater a mudança do clima no mundo contemplando instrumentos de monitoração e adaptação, mas sem capacitar as comunidades que vivem nas florestas. A crítica não alcança apenas governos ou organismos de cooperação internacional. "É preciso que alguns ambientalistas se lembrem que somos tão importantes quanto as árvores."

"Quanto vale um hectare de floresta, quanto é que tem lá dentro?", começa Alberto Catanhede Lopes, presidente do GTA. "É preciso saber que aquele espaço não é só lama e árvores", diz. Num hectare de mangue, cita o pescador, pode ter 4 toneladas de caranguejo. "Isso não é um valor?" **\*A repórter viajou a convite do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)**

**Marina defende "bolsa-floresta" para agricultores** – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Ciência – 03/04/2008

**Segundo ministra do Meio Ambiente, projeto compensaria produtores pelos serviços prestados pela floresta em pé - Projeto teria fundo inicial de R\$ 100 milhões e visa frear devastação; origem do dinheiro ainda precisa ser definida junto ao governo**

O Ministério do Meio Ambiente tenta criar, ainda neste ano, uma espécie de "bolsa-floresta", com o pagamento de valores mensais a agricultores que realizem a "prestação de serviços ambientais", como a conservação de florestas ou recuperação de áreas degradadas. A proposta ressuscita o Pró-Ambiente, um projeto pioneiro do começo da década que nunca ganhou escala. Desta vez, de início, seria criado um fundo de R\$ 100 milhões. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, confirmou ontem a intenção. "O Brasil está disposto a ir visitar outros países e trazer o projeto para cá, como fez com projetos de gestão de florestas públicas."

Segundo a ministra, o governo já teria aprovado a necessidade de um projeto como esse, e colocar em prática o pagamento mensal seria uma "prioridade". "Não é prioridade só do Ministério do Meio Ambiente, mas de todo o governo."

A ministra participou do lançamento de um estudo da FAO (órgão das Nações Unidas para a alimentação e agricultura) que defende o pagamento a agricultores por serviços ambientais. "Este tema novo requer atenção e prioridade mundial para poder atingir objetivos de sustentabilidade do sistema que está suprimindo a demanda mundial por alimentos", avaliou o representante da FAO no Brasil, José Tubino.

O estudo da FAO assinala que a maior demanda mundial por produtos agrícolas - para alimentação, vestuário e produção de biocombustíveis- criou uma pressão ambiental sem precedentes sobre a produção do campo.

O pagamento a agricultores funcionaria, nesse caso, para atenuar a destruição. Nos bastidores, a equipe de Marina Silva vem negociando com o Ministério do Planejamento a constituição desse fundo e a origem dos recursos -que viriam basicamente do Orçamento federal. Antes, será preciso aprovar uma lei específica no Congresso autorizando o repasse direto do dinheiro.

**Exemplo externo** - Ainda não foi definido o critério para a remuneração dos produtores, se será por número de hectares, famílias ou porcentagem de área verde preservada. Como parâmetro, o governo pretende conhecer iniciativas semelhantes em vigor na Costa Rica e no México.

"Este é um mecanismo para fazer o enfrentamento das mudanças climáticas. Estamos querendo fazer o pagamento para quem contribuir efetivamente na conservação", afirmou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krakhecke.

Por não dispor de arcabouço jurídico para repassar dinheiro aos produtores, o Ministério do Meio Ambiente realiza o Pró-Ambiente em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que repassa R\$ 100 mensais a famílias que adotam boas práticas ambientais.

#### **Termina cadastramento na Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MDA - 03/04/2008**

O prazo para o cadastramento de imóveis rurais acima de quatro módulos fiscais nos 36 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal se encerrou e não será prorrogado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Essa definição ocorreu em reunião entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Incra e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na quarta-feira (2), em Brasília.



O recadastramento se estendeu de 3 de março a 1º de abril. Para viabilizar o processo, o Incra instalou postos de atendimento nos 36 municípios, mobilizando 250 servidores de todas as regiões do País e recursos de aproximadamente R\$ 4 milhões.

Os resultados finais do recadastramento ainda estão sendo contabilizados. Conforme dados preliminares, aproximadamente cinco mil pessoas (30% do público-alvo) procuraram o Incra para obter informações e retirar os formulários para o recadastramento. Dessas pessoas, cerca de 500 ingressaram com a documentação nas Superintendências Regionais do Incra, nas Unidades Avançadas do Incra ou em escritórios montados pela autarquia federal exclusivamente para a realização deste trabalho.

A partir do encerramento do prazo, todos os proprietários de imóveis acima de quatro módulos fiscais que não deram entrada na sua documentação terão o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) tornado sem efeito. Com o CCIR suspenso, não é possível, por exemplo, realizar transações imobiliárias ou financiamentos agrícolas.

Nos casos de proprietários que tenham apresentado documentação incompleta, os responsáveis pelo imóvel serão convocados a complementar as informações exigidas. Para esses casos, porém, o CCIR não está suspenso.

Persistindo a omissão, serão abertos processos de fiscalização cadastral que poderão acarretar o cancelamento do cadastro do imóvel no Sistema de Cadastro de Imóveis Rurais e, por conseguinte, a perda da condição de produtor rural por seu detentor.

Os detentores de imóveis que entregaram a documentação completa receberão novo CCIR, após a finalização da análise cadastral. Enquanto isso, seu atual CCIR permanece em vigência.

**Por que ocorreu o recadastramento** - O recadastramento realizado pelo Incra é uma determinação do Decreto Presidencial 6.321/2007, editado em dezembro de 2007, que estabeleceu um conjunto de medidas que visam combater o desmatamento ilegal na Amazônia.

Além do recadastramento obrigatório, foram definidas outras ações como a exigência de comprovação de regularidade ambiental para que proprietários rurais tenham acesso ao crédito agropecuário (público e privado); o embargo de áreas desmatadas ilegalmente; e a corresponsabilização pelo dano ambiental das empresas que utilizem produtos florestais e agropecuários oriundos de áreas embargadas.

O Decreto 6.321/2007 estabeleceu, ainda, que o Ministério do Meio Ambiente edite anualmente a lista dos municípios com maiores índices de desmatamento, nos quais são intensificadas as medidas de fiscalização e controle.

Para o ano de 2008, esta lista envolve os seguintes municípios que foram objeto do recadastramento do Incra: Lábrea (no Amazonas); Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova

Bandeirantes, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Querência, São Félix do Araguaia, Vila Rica (no Mato Grosso); Altamira, Brasil Novo, Cumarú do Norte, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Ulianópolis (no Pará); Porto Velho, Pimenta Bueno, Nova Mamoré, Machadinho d'Oeste (em Rondônia).

**Cassel: “Queremos um meio rural mais justo”** – Sítio Eletrônico do MDA – 03/04/2008

O primeiro território a aprovar a matriz de ações do programa Territórios da Cidadania, o Zona Sul do Estado, no Rio Grande do Sul, entregou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o plano de ações integradas, nesta quinta-feira (03), em Rio Grande (RS). Lula destacou o caráter inovador do programa. “Faço militância desde 1969 mas nunca vi algo tão bem estruturado como o Territórios da Cidadania”, disse. O ministro Cassel destacou: “é com orgulho que anunciamos que este é o primeiro território a aprovar a sua matriz, após 12 plenárias com a participação de mais de mil pessoas”.

Para o presidente da República, o Brasil está colocando em prática, com o programa, “a mais extraordinária ação de desenvolvimento social que um país já estruturou. É uma idéia que pode servir de exemplo para o resto do mundo. Estamos mostrando que é possível crescer com distribuição de renda”, destacou Lula.

Cassel salientou que o programa tem como mérito fundamental o objetivo de levar aos locais mais frágeis do meio rural brasileiro um conjunto de políticas públicas de forma integrada. “No campo, as desigualdades, a pobreza e as dificuldades sempre são maiores. Por isto criamos um projeto que irá destinar, apenas em 2008, R\$ 11,3 bilhões aos locais mais empobrecidos, que mais necessitam de políticas públicas”, falou o ministro. A meta da ação, que conta com 19 ministérios, é garantir melhores condições de vida, erradicando a pobreza no campo. “Queremos um meio rural mais justo, mais solidário, com mais distribuição de renda, educação, saúde, cultura e cidadania”, acrescentou o ministro.

A representante do Centro de Apoio Pequeno Agricultor (CAPA), Rita Surita, que entregou o plano de ações ao presidente da República, acredita que o programa fará toda a diferença. “Ostentamos índices baixíssimos de desenvolvimento em nossa região, índices dos quais não nos orgulhamos. Somos o 22º território com o menor índice de Desenvolvimento Humano”, relatou ao presidente Lula. Mas Rita garantiu que, através do Territórios da Cidadania, a região irá se desenvolver fortemente. “Estamos recebendo o lugar que merecemos, de protagonismo do nosso desenvolvimento. Não vamos mais receber respostas prontas. Vamos fazer a mudança, vamos opinar, vamos construir”.

Participaram também do evento os ministros da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, da Educação, Fernando Haddad, da Justiça, Tarso Genro, e da Casa Civil, Dilma Roussef, além da governadora do estado, Yeda Crusius, do ex-governador e ex-

ministro Olívio Dutra, parlamentares, prefeitos, representantes de movimentos sociais, e do território, como agricultores familiares, pescadores, quilombolas e assentados da reforma agrária.

**O documento** - O Plano de Ações Integradas é o documento que valida formalmente a matriz do Governo Federal para o Territórios da Cidadania. No Território da Zona Sul do Estado, a proposta de Plano de Ações Integradas traz também sugestões para o aperfeiçoamento do Programa.

Entre as sugestões estão a ampliação e a universalização das políticas já existentes, como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA), Luz para Todos, Reforma Agrária, Farmácia Popular e o Programa de Atenção Integral à Família.

**O Programa** - O Territórios da Cidadania foi lançado nacionalmente no dia 25 de fevereiro, em Brasília, em cerimônia com a presença do presidente Lula. Simultaneamente, aconteceram lançamentos regionais do Programa em cada unidade da federação. No Rio Grande do Sul, o evento de lançamento foi realizado em Pelotas, no auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Clima Temperado, nos dias 25 e 26 daquele mês.

O Programa integra ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada região com a participação da sociedade. Prevê em todo o País 135 ações em três eixos: apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura, totalizando R\$ 11,3 bilhões em investimentos no ano de 2008.

Os 60 territórios do País foram definidos por apresentar menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo dinamismo econômico, além da concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e beneficiários do Bolsa Família. No Rio Grande do Sul, este ano, o Território da Zona Sul do Estado receberá investimento de R\$ 315,8 milhões.

**Municípios gaúchos abrangidos** - Fazem parte desse território os municípios de Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Esses municípios ocupam 39.960 quilômetros quadrados. Dos seus 841.722 habitantes, 152.351 (18,10%) vivem na área rural. Na região, estão instalados 115 assentamentos da reforma agrária, com cerca de 3,7 mil famílias.

O Território da Zona Sul do Estado ainda conta com expressivo número de comunidades quilombolas - 27 auto-definidas como comunidades quilombolas participaram do encontro setorial realizado pelo programa, ainda em março, nesse território. O reconhecimento dessas áreas foi uma das prioridades destacadas pela população local nas discussões promovidas para a elaboração da proposta do Plano de Ações Integradas.

**Ministra defende marco legal para pagamento por serviços ambientais no Brasil -**  
Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 03/04/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, quer pressa na aprovação da legislação que viabilizará o uso de recursos orçamentários para o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil. "Essa agenda é uma prioridade do Ministério do Meio Ambiente e trabalhamos para que seja também de todo o governo", afirmou, nesta quarta-feira (2), durante abertura do II Encontro Nacional do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), em Brasília.

O Proambiente é um projeto-piloto desenvolvido em 11 pólos da região Amazônica (cada um com média de 400 famílias), que trabalha com este conceito de pagamento por serviços ecológicos, que é novo no mundo inteiro. Criado pela sociedade civil em 2000 e incorporado pelo governo em 2003, o projeto premia com cerca de R\$ 100 as famílias que migram para práticas mais sustentáveis de produção como, por exemplo, a substituição de agrotóxicos e abandono do uso do fogo.

O mesmo vale para quem conserva a biodiversidade. O fazendeiro, em vez de derrubar a floresta, recebe dinheiro para manter a floresta em pé, em troca dos serviços ecológicos prestados à sociedade. "Manter a floresta em pé é um serviço ambiental importante porque a floresta cumpre um serviço de fixar carbono, principal vilão do efeito estufa", destacou Marina Silva.

O problema é que a falta de uma legislação específica impede que o projeto saia da escala piloto e também seja expandido para outros biomas. "A ausência de um marco legal não nos possibilita destinar recursos orçamentários para este fim. Hoje não há recursos específicos para o pagamento por serviços ambientais e bancamos projetos que, indiretamente, levam a isso", explica Egon Krakhecke, secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA.

Hoje, sete projetos de lei relacionados ao tema tramitam na Câmara dos Deputados, entre eles o nº 792/2007 (com a base conceitual de serviço ambiental) e o de nº 1190/2007 (que cria o Bolsa Verde, um incentivo à agricultura sustentável). O MMA, no entanto, trabalha na elaboração de um projeto de lei do Poder Executivo, pois somente esta esfera pode propor despesas com recursos orçamentários.

A proposta definirá serviços ambientais, mecanismos para o pagamento de benefícios a quem os empreende e alternativas de fundos para o programa. "É por isso que o PSA tem forte interface com os ministérios do Planejamento e Fazenda e precisa ser uma agenda de todo o governo", acrescentou a ministra.

Marina Silva destacou que a Costa Rica e o México estão entre os mais avançados nesta área e que autoridades brasileiras devem visitar essas experiências, em breve, para conhecer as iniciativas mais bem-sucedidas e adaptá-las à realidade nacional. Na Costa Rica, por exemplo, o governo criou uma taxa que incide sobre o consumo de água e gasolina do País, cuja arrecadação é revertida a proprietários de florestas (cerca de US\$ 80 por hectare/ano de mata preservada).

## **Ambientalistas discutem compensação financeira para preservar as florestas - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 03/04/2008**

Nas discussões sobre como enfrentar as mudanças climáticas, uma pequena sigla ganha cada vez mais espaço - REDD, ou Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação. Na visão de cientistas e pesquisadores, a abreviação que, em inglês, remete à cor vermelha, é, na verdade, uma arca do tesouro verde: o conceito pode ser o instrumento mais poderoso para salvar as florestas tropicais do planeta.

Sob esse guarda-chuva, hoje com definição e espaços tão amplos quanto vagos, podem se beneficiar governos e pequenas comunidades, acreditam seus defensores. Programas de REDD podem abranger políticas de combate ao desmatamento, o reconhecimento dos serviços ambientais prestados pelas matas, o direito das nações indígenas e das populações tradicionais que vivem nas florestas e mecanismos de compensação financeira para quem preserva.

"Com o discurso da biodiversidade nós nunca conseguimos um espaço como este", disse o ecologista florestal Daniel Nepstad aos 70 representantes de povos da floresta da América Latina, África e Ásia reunidos em um seminário que discute mudanças climáticas, em Manaus. "Está todo mundo preocupado com o aquecimento global e o momento, agora, é REDD", prosseguiu Nepstad, que há 24 anos estuda a Amazônia, é professor universitário no Rio e no Mato Grosso e pesquisador do Woods Hole Research Center, um instituto de pesquisa ambiental em Massachusetts. "REDD é um espaço de negociação que não tem igual."

Neste flanco de oportunidades da questão climática, defensores do conceito acreditam que por ali se pode resolver um ponto crucial na proteção das florestas: dar valor à mata em pé. "Queríamos algo que invertesse a lógica da doação", lembrou Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA), ao contar como a idéia de REDD foi surgindo nas negociações internacionais de combate às mudanças climáticas.

O "algo" funcionaria basicamente assim: os países com florestas tropicais que reduzirem seu desmatamento têm que comprovar o que conseguiram; isso feito, recebem uma compensação financeira. "Não é favor", prosseguiu. "Teriam que nos pagar por isso como uma obrigação e não como um favor", continuou Santilli, que já foi presidente da Funai.

O que está em jogo são as negociações do regime internacional do clima no pós-2012, quando termina o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto. A Conferência de Bali, no fim de 2007, traçou um horizonte de dois anos para que se acerte como o mundo irá combater e se adequar aos efeitos do aumento da temperatura. Se os países desenvolvidos têm a responsabilidade histórica pelo problema, há novos atores entre os grandes emissores de gases-estufa, e o Brasil é protagonista com as emissões pelo desmatamento. Um dado de Nepstad mostra claramente a responsabilidade brasileira. Se tudo continuar como está na Amazônia, com exploração de madeira, desmatamento e queimadas por pressão da fronteira agrícola, um estudo indica que a floresta poderá emitir 20 bilhões de toneladas de carbono até 2030. Este volume é duas vezes o total de emissões mundiais de todo o mundo nos dias de hoje.

O grande potencial do REDD é também o mais polêmico e o mais desejado - é aí que podem existir formas de compensação financeira para quem preserva a floresta, sejam governos ou comunidades. Há quem defenda que esses mecanismos fiquem atrelados ao mercado de carbono. Quem critica a idéia teme que países desenvolvidos, que têm

compromissos de corte de emissões de gases-estufa, usem a fórmula para poluírem em outro lugar do planeta. A dúvida veio à tona ontem. Adrien Sinafasi Makelo, representante da República Democrática do Congo, perguntou: "Se a pessoa que nos der o dinheiro for um grande poluidor, ele vai continuar poluindo, mas com a consciência limpa?"

Atrelar programas de REDD ao mercado de carbono é uma das fórmulas em discussão. O governo brasileiro tem outra - criar um fundo voluntário de doação, onde os países ricos colocariam contribuições desde que os países com florestas demonstrassem o quanto vêm combatendo o desmatamento. O Banco Mundial também está nesse caminho - criou um fundo de carbono de US\$ 300 milhões, onde pretende destinar verba para capacitação de comunidades e testar projetos-piloto de redução de emissões por florestas.

Por enquanto, sobram dúvidas. Peter Frumhoff, da Union of Concerned Scientists, procurou mostrar que REDD é um conceito novo, em discussão e em construção. "Esse é o momento de começar a ver como formular propostas que possam ser incorporadas às decisões de governo. Seringueiros, pescadores, pequenos lavradores, extrativistas e representantes de povos indígenas reunidos em Manaus escutaram com atenção.

"É necessário que sejam garantidos os nossos direitos", resumiu Sebastião Manchinery, representante dos manchinery, do Acre. "A compensação pelos serviços ambientais", prosseguiu, referindo-se aos efeitos benéficos da floresta preservada sobre o clima. **\*A repórter viajou a convite do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)**

#### **Entre o Pacto e a Chantagem – Peter May – Agência Carta Maior – 04/04/2008**

Proposta de um "Pacto pela Valorização da Floresta", envolvendo ONGs, fazendeiros, extrativistas, povos da floresta e grupos indígenas procura induzir os produtores a evitar o desmatamento na Amazônia.

Nos últimos meses, uma proposta para zerar o desmatamento na Amazônia Brasileira até 2014 gerou bastante discussão em fóruns de políticas públicas e entre membros da comunidade científica. O chamado "Pacto pela Valorização da Floresta", proposto por nove ONGs brasileiras e internacionais (1), inclui um esquema de pagamento para fazendeiros que adotam melhores práticas e restauram, ou evitam, o desmatamento adicional nas suas propriedades. Também compensaria produtores agroextrativistas, povos da floresta e grupos indígenas que ajudem a proteger essas áreas contra a abertura predatória e a ocorrência de queimadas em florestas, processo que se verifica desde os anos 1970 na Amazônia, tendo como consequência a perda de 18% da sua cobertura florestal original até 2007, segundo dados de 2008 divulgados pelo INPE.

O Pacto procura buscar uma alternativa à posição de negociação assumida pelo Brasil, que se diz contrária à proposta – que conta com a adesão da maioria dos demais países detentores de florestas tropicais – de que florestas em pé sejam incluídas em esquemas de pagamento ou comercialização de créditos de carbono. Neste sentido, o Pacto representa uma resposta pro-ativa aos emissores de grande porte de gases de efeito estufa (GEE), tais como o Brasil, a China, a Índia e os EUA, os quais rejeitam a imposição de

alvos quantitativos para redução de emissões durante o período subsequente àquele que marcou a primeira rodada de compromissos (2008-12) definidos no Protocolo de Quioto na Conferência das Partes de 1997.

O governo brasileiro passou o ano de 2007 festejando a taxa de redução no desmatamento obtida durante o período de 2004 a 2006, que alcançou 57% quando comparada à área de desmatamento registrada no pico mais recente, em 2002. Mas este declínio pode ter se dado mais em função de os preços de soja e carne terem despencado, por conta da sobrevalorização do Real, do que propriamente pelo controle reforçado sobre as mudanças no uso do solo amazônico, como argumentam as instituições com trabalho na área, como o Imazon.

Uma proposta nacional por parte dos negociadores brasileiros da Convenção do Clima, apresentada inicialmente em Nairobi em 2006 e novamente em 2007 em Bali, propõe medir o progresso incremental dos países tropicais em reduzir o desmatamento, em termos de emissões de CO<sub>2</sub> evitadas. Considera como carbono fixado a diferença entre a taxa observada e aquela que teria resultado de um cenário tendencial, e solicita “doações voluntárias” dos países avançados para o carbono “adicional” assim mantido na biosfera. Estas reduções de emissões não poderiam ser creditadas contra os alvos quantitativos estabelecidos para os países avançados para redução de emissões de GEE, e assim não teriam lastro no mercado de carbono.

Tais doações seriam destinadas aos governos centrais, não aos usuários do solo cujas oportunidades econômicas teriam sido constrangidas pela vigilância crescente e pelas medidas de controle impostas como resultado do financiamento. Assim, o elo entre esta abordagem de política ambiental e a mudança no uso do solo em propriedades privadas parece bastante tênue e temporário. A proposta brasileira foi redondamente rejeitada pelas partes do acordo reunidas em Bali. Entretanto, conforme noticiou o Jornal do Brasil em dezembro último, o ministro Celso Amorim declarou em Bali que o governo federal não está, em princípio, contrário ao uso de créditos de carbono para compensar esforços que evitem o desmatamento, mas este procedimento deve ser cuidadosamente monitorado para evitar desvios ou vazamentos.

O Pacto pela Valorização da Floresta (PVF) toca no cerne da questão, construindo o seu arcabouço operacional em restrições fundamentadas no Código Florestal, que limita o desmatamento em terrenos privados a 20% da área total da propriedade em zonas com florestas do bioma amazônico. Embora as restrições da Reserva Legal existam há bastante tempo (tendo sido os percentuais de reserva a serem observados aumentados no governo FHC para 80% da área do imóvel, dos 50% exigidos anteriormente), elas se tornam instrumentos ineficazes em desestimular o desmatamento, pois são raramente fiscalizadas. Há uma série de projetos de lei no Congresso Nacional propostos por membros da bancada ruralista prevendo o retorno ao *status quo* anterior de 50%.

Por outro lado, programas estaduais visando o fortalecimento dos requisitos do Código Florestal foram implantados nos últimos anos com base no licenciamento ambiental do uso do solo rural, com algum êxito. Licenciamento em combinação com monitoramento de mudanças no uso do solo por satélite permite verificar se a Reserva Legal vem sendo

observada. Este tipo de experiência foi iniciado notadamente no estado de Mato Grosso que, mesmo assim, se mantém como campeão de desmatamento na região.

O PVF procura reforçar a efetividade do licenciamento do uso do solo rural, estabelecendo um incentivo financeiro para aqueles que adotam melhores práticas, na forma de um “pagamento para serviços ambientais”. Para reduzir os custos de transação entre poder público e proprietários de terras sob ameaça de desmatamento, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) poderia identificar áreas prioritárias para atuação (por exemplo, locais com fragmentos maiores de florestas remanescentes em áreas contíguas). O ZEE poderia ser complementado com uma análise do custo de oportunidade do desmatamento evitado (para identificar o máximo que deve ser oferecido em compensação ao produtor por desistir de abrir novas áreas de floresta).

Segundo estudos realizados em Mato Grosso para complementar a proposta do PVF por pesquisadores do IE/UFRJ, os custos de oportunidade para manter a floresta em pé, mesmo em áreas propícias para soja, seriam da ordem de R\$ 140/hectare/ano. No entanto, há uma gradiente neste custo que responde à qualidade do solo, logística de escoamento e sistemas de produção. Isto faz com que seja mais viável compensar inicialmente aqueles que queiram abrir florestas para pastagens marginais do que alocar recursos para a redução compensada do desmatamento em áreas aptas para soja. Estes resultados são reforçados por pesquisas de modelagem bioeconômica conduzidas pelo IPAM junto com o Centro de Pesquisa Woods Hole, e estudos voltados ao desenho de um esquema de pagamentos para serviços ambientais, pelo ICV em Mato Grosso.

Argumentos contra o desmatamento desenfreado já são consensuais mesmo entre representantes do agronegócio. O próprio governador matogrossense Blairo Maggi, conhecido como o “rei da soja”, um dos maiores traders globais desta commodity, percebe que passou a ser interessante identificar seu ramo de atividade (agrícola e agroindustrial) integrado à “onda verde” após um boicote na Europa forçar a indústria a cortar suas importações de soja provenientes de áreas originalmente sob cobertura florestal na Amazônia. No entanto, da perspectiva deste grupo de interesse, há uma motivação evidente para pressionar tendo em vista um valor compensatório maior, considerando a inabilidade do governo em fiscalizar as limitações de uso do solo existentes. Assim, os números que estão na mesa permanecem negociáveis, mas uma quantia entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão por ano é estimada como necessária para evitar o desmatamento adicional em terras que oferecem poucas oportunidades para produção lucrativa.

Quem paga a conta? Estimativas preliminares calculadas por estudiosos como Carlos Young e colaboradores em 2007 sugerem que este nível de financiamento poderia ser atendido tendo como base o próprio Orçamento Geral da União. Esta fonte poderia ser “adoçada” com créditos de carbono, oriundos de investimentos voluntários ou mesmo do Mecanismo do Desenvolvimento Limpo, se o quadro regulatório pós-Quito contemplar efetivamente tais atividades adicionais.

Há considerável debate sobre o conteúdo da proposta do PVF, incluindo um repúdio por parte de um grupo de pesquisadores em institutos públicos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) voltados ao acompanhamento de mudanças na Amazônia. Por quanto



tempo este tipo de “servidão florestal” teria de ser pago, com quais expectativas em termos de monitoria, melhores práticas, uso intensificado de áreas já desmatadas, e qual o seu real impacto sobre desmatamento constituem questões que mereceriam ser elaboradas e testadas na prática. O monitoramento aqui aludido deve tomar em consideração, inclusive, o problema do “vazamento” para outras partes da Amazônia (se a sociedade pagar para não desmatar em um lugar, o que impede que desmate para o mesmo propósito em outro?), especialmente tendo em vista que grileiros avançam sobre as áreas de floresta densa, sem fiscalização e nominalmente de domínio público. Mas fica patente que há necessidade de um debate amplo na comunidade científica e política para subsidiar as propostas para compensar economicamente os serviços ecossistêmicos de benefício global.

(1) As ONGs envolvidas em elaborar e deslançar a proposta de articulação com o setor privado e o governo, intitulada “Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia” incluem Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, Instituto Centro de Vida – ICV, Instituto Socioambiental – ISA, Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia – IPAM, Instituto de Homem e Natureza para Amazônia – Imazon, The Nature Conservancy – TNC, Greenpeace, World Wildlife Fund – WWF Brasil e Conservation International – CI.

\*Peter H. May é professor do CPDA/UFRRJ.

#### **Ibama divulga lista de propriedades embargadas por desmatamento – Sítio Eletrônico da Contag - 04/04/2008**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) disponibilizou ontem (2) uma lista com todas as áreas embargadas pelo órgão por causa da realização de ações ilegais, como o desmatamento não-autorizado na Amazônia.

O ato cumpre o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro do ano passado, que previa uma série de medidas para combater o desmate e punir responsáveis, inclusive com o embargo econômico de áreas desmatadas ilegalmente.

As áreas foram embargadas em operações do Ibama dentro do Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM) e fiscalizações em outras regiões do país realizadas desde janeiro de 2007.

"Todos os nossos esforços são no sentido de cumprir o decreto. As propriedades que estão desmatando ilegalmente estão sendo embargadas e, no sistema do Ibama, que foi ontem para o ar, temos mais de 300 propriedades embargadas que podem ser acompanhadas pela sociedade", comentou hoje (3) a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, após participar da posse dos conselheiros da Reserva da Biosfera do Pantanal.

Segundo a assessoria do Ibama, 340 propriedades têm suas áreas desmatadas definidas e é possível vê-las no mapa, mas o número de embargos chega a 2.455. Desses, 2.043 terrenos estão localizados na Amazônia, o que representa 83% do total.

A ministra lembrou que, com o embargo, os proprietários não podem fazer financiamentos, ficam impossibilitados de vender sua produção e, inclusive, de negociar suas terras. Segundo ela, as ações de enfrentamento à devastação da Amazônia são prioridades para o governo.

"Temos um conjunto de medidas muito fortes. Agora, é claro que esperamos que, em 2008, tenhamos uma redução do desmatamento."

Os dados mais recentes do Sistema de Detecção em Tempo Real (Deter), divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontaram avanço do desmatamento na Amazônia em fevereiro.

**Desmate na Amazônia permanece em alta** – Claudio Angelo e Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/2008

**Foram devastados em fevereiro 724 quilômetros quadrados de floresta, 12% a mais que área desmatada em janeiro - Para Inpe não é possível afirmar que houve aumento porque áreas observadas são distintas; Marina crê em redução até o fim de 2008**

O desmatamento na Amazônia continua em alta, mesmo em mês de chuva. Dados do sistema Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que detecta a devastação em tempo real, mostram que no mês de fevereiro foram derrubados 724 quilômetros quadrados de floresta na região, um número 12% maior que os 639 quilômetros quadrados derrubados em janeiro.

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, disse que os dados confirmam "a continuidade de um processo consistente de degradação", mas que não é possível falar em aumento de um mês para o outro, porque a área observada não foi a mesma.

"Mato Grosso foi observado em fevereiro, Pará e Rondônia não foram", devido à intensa cobertura de nuvens, disse Câmara. As nuvens impedem que o satélite "enxergue" o solo. De qualquer forma, os dados preocupam o governo porque, tradicionalmente, fevereiro é um mês no qual não se desmata justamente porque é "inverno" (ou seja, estação chuvosa) na Amazônia. O Deter nem sequer tem os dados de fevereiro de 2007 (com os quais seria possível fazer uma comparação ano a ano), porque o Inpe acreditava nessa baixa atividade.

O desmatamento observado pelo Deter em fevereiro é mais alto do que o visto em janeiro, agosto (243 quilômetros quadrados), setembro (611) e outubro (457), mas menor que novembro (974) e dezembro (943), quando a devastação explodiu e fez o governo deflagrar uma série de ações de controle.

Os Estados onde foi observada a maior devastação foram Mato Grosso (639 quilômetros quadrados) e Roraima (51 quilômetros quadrados). Isso não quer dizer, no entanto, que Pará e Rondônia, que compõem com Mato Grosso a tríade da devastação, tenham derrubado menos: só não foram vistos.

O governo de Mato Grosso contesta as informações do Deter. Para a Sema (órgão ambiental estadual), áreas classificadas como pontos de desmate pelo Deter são na verdade locais onde a floresta foi degradada há oito anos ou mais.

O Inpe diz que a polêmica se deve a uma divergência de metodologia. Para o Deter, áreas nas quais o sinal espectral (a luz que o satélite capta) de solo é maior que o de vegetação são florestas degradadas que não funcionam mais como uma floresta -e, portanto, entram na conta da devastação.

O Inpe vai agora cruzar os dados do desmatamento com os de queimadas e flagrar, assim, a degradação progressiva em Mato Grosso.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reconheceu o aumento do desmatamento nos dois primeiros meses deste ano. Ela disse que as medidas anunciadas pelo governo, que ainda estão sendo implementadas para tentar barrar o desmatamento, não têm a mesma "velocidade que a dinâmica" da devastação ambiental.

"Elas [as medidas] com certeza irão surtir efeito, mas não em apenas um ou dois meses. Queremos que todas venham a acontecer e que, se possível, tenhamos em 2008 uma redução do desmatamento", declarou.

### **Propriedades de governadores de MT e RO estão na lista das embargadas pelo Ibama** – Rodrigo Vargas e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo- Brasil – 04/04/2008

Uma propriedade da Amaggi, empresa do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), e outras duas de Ivo Cassol (sem partido), governador de Rondônia, constam da lista de áreas embargadas pelo Ibama por "abrigarem atividades ilegais contra o meio ambiente".

A lista foi divulgada anteontem e tem como objetivo, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, mostrar onde estão as irregularidades ambientais e quem as comete.

No caso da Amaggi, foi a atividade supostamente irregular de uma indústria pertencente à Amaggi Exportação e Importação que causou a inclusão.

A área embargada fica em Feliz Natal (640 km de Cuiabá).

Segundo o Ibama, a empresa foi multada em R\$ 40 mil por ter posto em funcionamento indústria de processamento de resíduos de madeira sem a devida licença de operação -fornecida pela Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente).

O embargo foi lavrado pela fiscalização do Ibama em 19 de fevereiro deste ano. Segundo a gerência executiva do órgão em Sinop (MT), onde tramita o processo, a medida foi necessária, entre outros motivos, porque a falta de licenciamento não permite verificar a origem da matéria-prima processada na indústria.

Por e-mail, a Amaggi afirmou que "não existe motivo" para a inclusão da empresa na lista, pois a indústria não estava "operando e retirando ou transportando" nada no local. Em Rondônia, entre os 886 registros, dois se referem a Cassol, em área localizada em Alta Floresta d'Oeste (541 km de Porto Velho). Um dos processos que gerou o embargo diz respeito à abertura irregular de uma estrada dentro de APP (Área de Preservação Permanente). O Ibama não disse do que se tratava o outro processo.

A estrada liga Alta Floresta d'Oeste ao distrito de Porto Rolim de Moura, na divisa com a Bolívia, e, segundo adversários de Cassol, foi construída para facilitar o acesso à fazenda do governador -o que ele nega.

Segundo o Ibama em Rondônia, as obras da fazenda foram feitas sem licenciamento ambiental e afetaram tanto a fauna quanto a flora da região. "É um local que serve de berçário de reprodução para os peixes", disse Alberto Chaves Paraguassú, gerente-executivo do Ibama. O governo diz que foi uma obra da administração estadual e que, portanto, não envolve a pessoa física do governador.

A fazenda de Cassol, segundo a assessoria do governo, acabou embargada para assegurar o pagamento da multa de R\$ 350 mil aplicada por conta da construção da estrada.

#### **Cassol e empresa de Maggi negam irregularidades – Folha de São Paulo – 04/04/2008**

A assessoria jurídica da Amaggi diz que pretende adotar medidas administrativas ou judiciais para excluir a empresa da lista do Ibama. Para o diretor jurídico, José Antonio Tadeu Guilhen, não há motivo para citação. "A Amaggi não poderia figurar na lista, [...] até porque não se trata de atividade ilegal e, como defendido no processo administrativo, a indústria não estava operando e retirando ou transportando do local qualquer quantidade de material", afirmou.

Segundo Guillen, a indústria embargada é de pequeno porte e se destina ao "aproveitamento de resíduos originados da indústria madeireira". O processo de licenciamento ambiental, prosseguiu o diretor, já tramitava na Sema desde 2007. Em 11 de março, a Sema fez vistoria e não achou irregularidades.

O diretor de comunicação do governo de Rondônia, Marco Antônio Santi, disse que o Ibama teve uma "atuação política" no caso de embargos imputados a Ivo Cassol. "O senhor Ivo Cassol, pessoa física, recebeu multa por conta de uma obra pública em uma área pública, o que é um completo absurdo."

#### **Fiscais fecham madeireira de deputado de RO – Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/2008**

Fiscais do Ibama que trabalham na Operação Arco de Fogo em Rondônia fecharam anteontem uma madeireira do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Neodi de Oliveira (PSDC), em Machadinho d'Oeste (298 km de Porto Velho).

Segundo o chefe da operação na cidade, Wilson Rocha, foram encontrados dentro do pátio da empresa 349 m<sup>3</sup> de madeira sem documentação -ou seja, provindos de exploração ilegal. Os fiscais também concluíram que outros 388 m<sup>3</sup> de madeira irregular foram vendidos pela madeireira. Ela foi multada em R\$ 348 mil. No total, havia mais de 3.600 m<sup>3</sup> no local. O Ibama não sabe de qual área a madeira irregular foi extraída. A assessoria de Oliveira disse que ele recorrerá do fechamento da empresa.

#### **Crime ambiental compensa? – Rogério Rocco – O Globo – Opinião – 04/04/2008**

Desde os idos da colonização, quando Portugal aplicava no Brasil suas Ordenações, o corte de árvores sem autorização já era tratado como crime. Porém, o bem tutelado àquela época não era propriamente a árvore, mas sim a madeira — que já ocupava função estratégica no desenvolvimento da Europa e de outras regiões.

A primeira legislação florestal brasileira — o Regimento do Pau-Brasil (1605) — chegou a prever pena de morte para aqueles que o estivessem contrabandeando, dada a importância que essa espécie, hoje em extinção, teve entre os séculos XVI e XVII. Portanto, há muito tempo já se estabeleciam normas relacionadas aos crimes contra a flora.

Bem mais recentes, os crimes contra a fauna, instituídos na década de 1960, ganharam o privilégio de serem inafiançáveis. Isto é, aquele que fosse flagrado com algum animal silvestre de forma irregular, iria preso sem direito de pagar fiança para responder em liberdade.

Embora encontremos esses e outros registros históricos relacionados aos crimes ambientais, na atualidade a questão ecológica ganha outra relevância que extrapola a temática outrora reinante relacionada quase que exclusivamente à fauna e à flora silvestres.

E essa percepção foi muito bem representada no texto da Constituição federal de 1988 e na Lei de Crimes Ambientais — lei 9.605/98, que completou dez anos de vigência.

Nos termos dessa lei, não há mais crime ambiental inafiançável. Por outro lado, além da fauna e da flora, há os crimes de poluição, os contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural e os crimes contra a administração ambiental. Há, ainda, a previsão da responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais — uma inovação mundial no direito penal patrocinada pelo Brasil.

Essa consolidação dos crimes ambientais numa única lei se configura como um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira na atualidade. Ela permite um amplo enquadramento de condutas que tipificam os chamados crimes ambientais, facilitando muito sua compreensão e aplicação pelos diversos níveis da administração pública.

Porém, como foi demonstrado pelo jornal O GLOBO na série de matérias denominada A Impunidade é Verde, os resultados de sua vigência são quase que risíveis, em especial quando se verifica que ninguém está preso em razão da prática de crime ecológico, produzindo uma sensação de que, nesses casos, o crime compensa. Verifica-se, ainda, que nas condenações existentes, via de regra, as penas se transformaram em mero pagamento de cestas básicas — que não servem sequer para a alimentação dos animais silvestres apreendidos dos traficantes pelo poder público.

A constatação a que se chega é de que é preciso utilizar esses dez anos da lei para revê-la, mantendo seus inegáveis avanços, mas evoluindo na eficácia da punição aos criminosos.

A pulverização dos processos judiciais em varas comuns, sem qualquer especialização em matéria ambiental, é um dos principais motivos das decisões desconectadas das políticas ecológicas. Portanto, além das mudanças na lei, temos também que criar tribunais especializados nos quais tramitem todos os processos gerados a partir da prática dos crimes ambientais, assegurando maior eficiência e unicidade nas sentenças. Quem sabe assim tenhamos no futuro maiores motivos para comemorar. \***ROGÉRIO ROCCO é superintendente do Ibama no Rio de Janeiro.**

**IPCC usa cenários velhos de redução de CO<sub>2</sub>, diz grupo** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2008

**Previsões de painel do clima assumem que tecnologia fica mais limpa com o tempo -No entanto, afirma trio de pesquisadores dos EUA, na última década a produção de energia ficou mais suja, graças à explosão da China**

O IPCC, painel de climatologistas das Nações Unidas que ganhou o Nobel da Paz no ano passado, está usando cenários falhos e obsoletos para estimar o quanto a humanidade precisa cortar suas emissões de gases-estufa para evitar uma tragédia climática global. Quem diz é o australiano Tom Wigley, climatologista do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica (Ncar) dos EUA.

Em um artigo na edição desta semana da revista "Science", Wigley e dois colegas, Roger Pielke Jr. e Christopher Green, argumentam que os cenários de emissões mundiais que o IPCC usa para projetar o futuro do clima na Terra dão de barato que dois terços do

ganho de eficiência tecnológica necessário para livrar a economia mundial do gás carbônico (CO2) ocorrerão espontaneamente, sem a necessidade de políticas de redução de emissões. Esses cenários foram criados em 2000, e já não explicam como a economia energética se comportou de lá para cá: a quantidade de CO2 emitido por megawatt de energia gerada aumentou 0,5% ao ano, enquanto os cenários do IPCC prevêm que ela cairia. Eles só serão atualizados no próximo relatório do IPCC, em 2013. \*Wigley falou à **Folha** sobre essa disparidade. *Leia a seguir a entrevista.*

**FOLHA - O sr. argumenta que o desafio tecnológico de descarbonizar a economia foi subestimado pelo IPCC. Por quê?**

**TOM WIGLEY** - Não estamos falando nada dramaticamente novo. Estamos reclamando da maneira como o Grupo 3 do IPCC [que trata de mitigação] apresenta a questão tecnológica. Eles escondem a introdução espontânea de novas tecnologias que se assume nesses cenários. Estamos expondo que eles assumem reduções espontâneas de emissão que ocorreriam sem nenhuma política de clima. E questionamos se essas reduções são realistas.

**FOLHA - Então, o mercado sozinho não está dando conta do recado.**  
**WIGLEY** - Exatamente. Há um bocado de reduções de emissão que se assume que ocorreriam só porque são a forma mais eficiente. Há alguma lógica nisso: se você olha para os últimos 30 a 50 anos, foi exatamente isso o que aconteceu. A produção de energia ficou mais eficiente com o tempo e a quantidade de CO2 emitida por unidade de energia produzida diminuiu com o tempo, pelo menos até o ano 2000. Seria razoável supor que isso continuaria no futuro. Mas, claro, não aconteceu: nos últimos cinco a dez anos, ocorreu exatamente o oposto.

**FOLHA - E a culpa é da China.**

**WIGLEY** - (risos) Culpar não é a palavra certa, porque foi exatamente isso o que nós fizemos no Ocidente. Por que nós deveríamos culpá-los por trilhar um caminho que nós já trilhamos? A economia deles precisa crescer e é infeliz que para isso eles usem tecnologia do século 20 em vez de introduzir ativamente tecnologia do século 21.

**FOLHA - Mas a indústria não se dá conta em um certo momento de que eficiência é melhor para ela economicamente?**

**WIGLEY** - E se você quisesse introduzir carros híbridos na Índia? De jeito nenhum eles seriam mais baratos que o novo carro popular indiano. E, apesar da popularidade deles nos EUA, eles são apenas uma fração da frota. E não há nada como aviões híbridos. Nossa súplica é para que as pessoas se dêem conta por favor de que isso é um problema imenso e de que precisamos de uma política orientada à tecnologia.

**FOLHA - Isso pode soar como intervenção do Estado na economia, o que não está muito em moda nos EUA, por exemplo.**

**WIGLEY** - A administração dos EUA no momento certamente não tem interesse nesse tipo de comando e controle. Os EUA podem ser o último lugar a mudar, mas os desafios maiores são China e Índia. A China e a Índia são os elefantes na loja de cristais no momento. É claro que a maioria dos cristais já foi quebrada pelos americanos...

### **Índios querem participação em mercado de carbono de florestas** – Folha de São Paulo – Brasil – 05/04/2008

Povos indígenas e populações tradicionais de florestas da América Latina, Ásia e África reunidos ontem em Manaus formaram uma aliança para buscar pagamento pelas emissões de gás carbônico evitadas pela conservação de florestas. "Há vários fundos criados que não levam em conta o papel que as populações tradicionais fazem há centenas de anos na redução do desmatamento", disse Manoel da Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros.

### **Kyoto atacará emissões de aviação e navegação** – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2008

A Convenção do Clima das Nações Unidas concordou ontem em considerar a permissão para que países industrializados que assinaram o Protocolo de Kyoto usem cortes de emissões em navegação e aviação para atingir seus objetivos na redução de gases relacionados ao aquecimento global.

A decisão foi tomada no final de uma reunião em Bancoc, Tailândia, na qual foi adotada uma agenda de negociações do acordo que deverá ser adotado em 2009 para substituir e ampliar o tratado de Kyoto, que expira em 2012.

A agenda inclui discussões para resolver como os países vão cortar suas emissões de gases-estufa e como os países ricos vão financiar a adaptação dos pobres à mudança climática e a sua transição para uma economia sem carbono.

É o primeiro passo para transformar em um texto de negociação o plano de ação adotado em dezembro em Bali, Indonésia, na última conferência do clima da ONU.

"O trem para Copenhague saiu da estação", disse o chefe da Convenção do Clima, Yvo de Boer, referindo-se à cidade onde o novo acordo será firmado.

Mas o trilho não está livre de desvios. "Vários países aproveitaram para reabrir discussões que já estavam encerradas", disse Marcelo Furtado, do Greenpeace, que acompanhou a reunião. Nações como Rússia e Canadá querem incluir o seqüestro de



carbono feito por suas florestas como medida de redução de emissões -algo que Kyoto já havia excluído. O Japão quer metas voluntárias para a segunda fase de Kyoto.

A decisão de atacar as emissões dos setores de transporte aéreo e naval foi considerada um avanço, já que recentemente se descobriu que só a marinha mercante responde por 4% das emissões mundiais. Os dois foram excluídos de Kyoto.

"Isso estava havia mais de uma década parado na Organização Internacional da Aviação Civil e na Organização Marítima Internacional, e agora vão ter de discutir", disse Furtado.

Um pedido de discussão sobre metas de redução de emissões dos EUA foi rejeitado e deve ficar para 2009, quando o novo presidente terá assumido.

#### **Territórios da Cidadania será apresentado a pesquisadores no Rio – Sítio Eletrônico do MDA – 07/04/2008**

O Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) promove nesta sexta-feira (11), por meio do projeto Gestão de Políticas Agrárias e Agrícolas, o workshop “Programa Territórios da Cidadania: conceitos, estratégias e perspectivas”. O evento será realizado no Rio de Janeiro, na sede do Programa de Pós-Graduação de Sociologia em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), a partir das 14h.

O workshop será ministrado por Carlos Mário Guedes de Guedes, coordenador-geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O OPPA, coordenado pelo pesquisador Sérgio Pereira Leite, foi criado em 2005, como desdobramento do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) à pesquisa Avaliando as Políticas Públicas no Brasil - O Papel dos policy-makers. O objetivo do Observatório é fazer a análise, avaliação e monitoramento de políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, em particular as relacionadas às áreas de segurança alimentar; reforma agrária; negociações agrícolas internacionais; crédito rural e agricultura familiar; desenvolvimento dos territórios rurais e sustentabilidade; e, mais recentemente, agro/bioenergia e Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O workshop é direcionado a pesquisadores, professores, estudantes, organizações não-governamentais, agências governamentais e representantes de entidades da sociedade civil. O evento será aberto ao público interessado. Atualmente, o OPPA é apoiado pelo CPDA/UFRRJ, CNPq, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA) e pela Action Aid.

#### **Serviço**

Workshop “Programa Territórios da Cidadania: conceitos, estratégias e perspectivas”.

Data: 11 de abril - Horário: 14h

Local: CPDA-UFRRJ (Av. Presidente Vargas, 417 - 6º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ)

**Povos da floresta querem ter voz e renda no novo mercado de mudanças do clima - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 07/04/2008**

Na sua vez de falar, o cacique Gilberto Arias, 76 anos, contou a versão resumida de uma lenda dos Kuna, do Panamá. "Na copa de uma árvore que produz muitos frutos vivem bem algumas pessoas", começou o líder indígena. "Mas embaixo da árvore há muita gente, que vive apenas dos restos dos que estão acima", continuou. São centenas os que vivem precariamente. Em determinado momento eles se juntam, dão uma chacoalhada na árvore e fazem com que os frutos caiam. "A aliança que se quer consolidar entre os povos da floresta é fundamental e estratégica", pensa Arias. "O sentido de mexer com a árvore é mudar o sistema, para que as gerações que vierem possam seguir com um novo processo".

A versão em papel das palavras do cacique, menos poética e mais estrutural, sairia horas depois, numa reunião em um barco navegando pelo Rio Negro, perto de Manaus. Foi ali que líderes seringueiros, de comunidades ribeirinhas e de nações indígenas do Brasil e de outros dez países da América Latina, da Bacia do Congo e da Indonésia, acertaram os termos da "Declaração de Manaus". No documento buscam o reconhecimento por preservarem as florestas e, assim, ajudarem na redução das emissões dos gases de efeito-estufa, "sem que nenhum tipo de mecanismo reconheça ou compense tal função". Aí está uma de suas reivindicações: participar ativamente na construção do REDD, os dispositivos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação das matas, que começam a ser discutidos pelos governos nas reuniões internacionais sobre clima.

A idéia é não perder o bonde. Um dos artigos do Mapa do Caminho de Bali, a conferência das Nações Unidas sobre clima de dezembro de 2007, coloca foco no que diz quem vive na mata. É isso que discutiu um evento em Manaus, na semana passada, organizado pela Aliança dos Povos das Florestas, entidade que reúne o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), pescadores e pequenos agricultores do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

A aliança brasileira, criada meses depois do assassinato de Chico Mendes, começa agora a adicionar novas línguas, diz o seringueiro Manoel Cunha, presidente do CNS. "Queremos participar das discussões referentes às mudanças climáticas e entender que benefícios os povos da floresta podem ter com processos de REDD". A intenção é chegar ao Fórum Social Mundial, em Belém, em 2009, com a rede mais estruturada para uma aliança mundial dos povos da floresta - como na história do líder Kuna.

Há uma selva de siglas pela frente, na agenda internacional que discute o tema. É o périplo de reuniões que preparam e subsidiam a conferência de clima das Nações Unidas em 2008, na Polônia, e em 2009, em Copenhague. "Temos que abrir um mecanismo muito forte para que possamos ser mais ouvidos na ONU", diz o seringueiro Julio Barbosa, do CNS de Xapuri. A declaração de Manaus será submetida à reunião do SBSTA (o órgão técnico da Convenção do Clima), em junho, na Alemanha.

Espera-se que o encontro em Manaus tenha sido o início do processo. "A crise das mudanças climáticas não é só um problema de dinheiro, de informação, ou de acesso à informação", diz Paulo Moutinho, coordenador de pesquisas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o IPAM, que apoiou o evento. "É também uma crise de oportunidade de diálogo entre os vários atores da questão".

A discussão de REDD, nos fóruns internacionais, pode levar quem preserva florestas tanto ao mercado de créditos de carbono como à construção de fórmulas originais

de combate às mudanças climáticas. Na Bolívia, por exemplo, a escassez de água em Los Negros, bacia hidrográfica fundamental para 2.700 pequenos agricultores, está sendo equacionada com a doação de caixas de abelhas a quem vive rio acima. Quem mora nas cabeceiras, sem outra opção, pressionava as matas do entorno. A água do rio começou a escassear e a prejudicar a produção de hortaliças da cidade lá embaixo. A compensação pelo serviço ambiental hídrico foi doce - com as caixas de abelhas iniciou-se a produção de mel e a mata foi poupada, conta a boliviana Paulina Pinto Uribe, da Asociación de Apicultores del Amboró Sur.

No Brasil há pouca poesia na trajetória das questões indígenas. Marcio Santilli, do Instituto Socioambiental, o ISA, lembra situações diferentes de vida entre os índios por aqui. São entre 350 mil e 800 mil pessoas distribuídas em 230 etnias e que falam 180 línguas. "É um contingente de menos de 1% da população brasileira que ocupa cerca de 12,5% do território nacional. Este é o bode político da questão", prossegue o ex-presidente da Funai. Mas a equação distorce a realidade, já que 99% das terras indígenas estão na Amazônia Legal, onde vivem 60% dos índios brasileiros. "Ou seja, aqui tem índio que não tem floresta. E estes como podem se beneficiar de REDD?", questiona. "Os direitos das minorias puderam avançar no Brasil sempre em cima de alianças. É a lição que podemos tirar desta trajetória". \*A repórter viajou a convite do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

### **Só 20% das terras em área de desmate se recadastram** – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008

Nos 19 municípios citados como os mais devastadores da Amazônia em Mato Grosso, apenas 20% das propriedades rurais com mais de 240 hectares atenderam à exigência de recadastramento pelo Incra. O processo, iniciado em 3 de março e já encerrado, envolveu 114 funcionários do instituto.

Segundo Celso de Arruda, chefe de divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra-MT, pouco mais de 1.500 registros foram concluídos. O cadastro do órgão contabiliza 7.500 propriedades com área igual ou superior a quatro módulos fiscais -cada módulo pode ter de 60 a 80 hectares.

Até amanhã, segundo o Incra, os fazendeiros que não recadastraram suas terras terão suspensos os CCIRs (Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais) e ficarão impedidos de vender, escriturar, transferir ou promover qualquer tipo de alteração nas propriedades.

Segundo Arruda, o baixo número de cadastros se deveu, em parte, a um "boicote" por parte de grupos de produtores rurais.

A explicação é contestada pela advogada Elizete Araújo Ramos, assessora jurídica da Famato (Federação da Agricultura de Mato Grosso). "Foi pedida uma dilação do prazo, mas o Incra não ouviu. O cadastro exigia informações técnicas difíceis de obter." A

entidade ingressou com um mandado de segurança na Justiça Federal contra o decreto que estabeleceu a exigência do cadastramento.

**Uma visão consistente do aquecimento global** – Patrick Michaels – Folha de São Paulo – Opinião - 09/04/2008

**Focar em tentativas fúteis de conter o aquecimento é desperdiçar um dinheiro que poderia ser investido em tecnologias futuras**

O AQUECIMENTO global é real, é em parte causado por atividades humanas e deve permanecer modesto nos próximos decênios. É certo que não temos capacidade tecnológica para reduzi-lo significativamente agora, mas essa tecnologia deve surgir se investirmos no futuro. Essa foi a minha mensagem na conferência que fiz no dia 31/3, promovida pelo Centro de Liderança Política e realizada no Ibmecc (Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais). Entretanto, a apreciação da minha apresentação feita pela **Folha** não deixou essa impressão.

Ao contrário, começou por dizer que os céticos em relação ao aquecimento global mudaram de opinião devido a um virtual consenso existente. Ora, tenho dito que o aquecimento é real há mais de uma década. Antes disso, havia boas razões para questionar o que ocorria com o clima da Terra. Portanto, qualquer afirmação que me relacione a pessoas que "mudaram" de opinião é velha há pelo menos dez anos. Com efeito, só há três relatórios sobre a temperatura da Terra. Um deles é o dos termômetros de superfície, publicado pela Universidade de East Anglia (Inglaterra) e usado pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês). A reportagem, aliás, afirma corretamente que o painel dividiu o Nobel da Paz com Al Gore, mas convenientemente omitiu o fato de eu ser membro atuante e presente do IPCC. Aquele relatório mostrou um aquecimento que começou em 1977. Dois outros relatórios, de satélites e balões atmosféricos, não revelaram nenhum aquecimento desde aquele ano. Mas então, no final da década de 1990, ocorreram dois fatos notáveis.

Descobriu-se que havia um desvio na órbita dos satélites e que seus sensores eletrônicos também estavam alterados. Quando esses fatores foram levados em conta, a tendência de aquecimento aumentou. Além disso, alguns balões atmosféricos de nações pobres não foram considerados confiáveis o suficiente, e sua remoção também ampliou a tendência de aquecimento.

Por isso, a **Folha** equivocou-se. Os cientistas céticos mudaram porque os dados mudaram.

A **Folha** também se equivocou ao dizer que iniciei a minha fala atacando o IPCC. Minha apresentação começou mostrando a realidade da mudança climática. Afirmar em seguida que "centenas de cientistas" -e me incluí entre eles- podem estar errados quanto à mudança do clima.

O tema que analisei foram projeções sobre o aumento das emissões de dióxido de carbono (o que mais contribui para o aquecimento) e o metano (o segundo mais importante) quando surgiram as primeiras previsões sobre o aquecimento global, em meados a década de 1970.

Isso ocorreu quase 15 anos antes de o IPCC existir. Todos -eu inclusive- acreditávamos que os gases se acumulariam na atmosfera num ritmo bem maior do que o afinal verificado.

Em relação ao futuro, mostrei que o ajuste dos modelos de computação aos resultados verificados do aquecimento leva a uma previsão para o aumento global de temperatura de 1,7°C neste século. Isso está dentro dos limites estimados pelo IPCC, cujo extremo inferior é de 1,4°C.

É um aquecimento modesto, o que é bom. Neste momento, mesmo se tentássemos, não conseguiríamos alterar esse valor. Considere o seguinte: se todas as nações cumprirem o Protocolo de Kyoto -um tratado da ONU-, o aquecimento cairá cerca de 0,07°C a cada meio século. É uma quantidade muito pequena para ser medida. Entretanto, seu custo é alto -e é por isso que os países não cumprem o protocolo.

Gastar dinheiro em tentativas fúteis de conter o aquecimento é desperdiçar recursos que poderiam ser investidos em tecnologias futuras e avanços tecnológicos que poderiam funcionar de fato. Essa foi a minha mensagem. Supus que seria auspiciosa e encorajadora - certamente, não uma mensagem que pudesse ser considerada "cética".

Por fim, a **Folha** disse que fiquei muito irritado quando me perguntaram sobre o financiamento da indústria a minha pesquisa. Isso não corresponde aos fatos, com o que a maioria dos ouvintes concordará. Mas é também verdade que fatos são fatos, aquecimento global é aquecimento global e nenhum financiamento da indústria pode alterar isso.

*\*PATRICK J. MICHAELS, 58, Ph.D. em climatologia ecológica pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), é pesquisador e professor de ciências ambientais da Universidade de Virgínia (EUA) e titular de estudos ambientais do Instituto Cato, em Washington DC.*

**Para cientistas, padrão de degradação da floresta mudou e fogo precisa ser monitorado tanto quanto o desmatamento - Instituto promete sistema que verifique extensão dos incêndios; cientista diz que fogo mais freqüente é efeito do aquecimento global**

Governo e pesquisadores estão iniciando um esforço para mapear um tipo de dano à floresta amazônica que tem recebido menos atenção que o desmatamento, mas que pode ter se tornado um protagonista da devastação: o fogo.

Alberto Setzer, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que coordena o monitoramento de queimadas por satélite, afirma que em dois meses deve estar pronto um sistema para verificar a extensão dos incêndios na floresta. Hoje, é possível saber o número de focos de queimada, onde eles estão e quando ocorreram, mas não há como estimar o tamanho das áreas atingidas.

Segundo ele, a maioria das ocorrências na Amazônia são intencionais. "Hoje se percebe que o que realmente está sendo fundamental na degradação da floresta é o fogo", afirma.

O gerente do Programa de Monitoramento por Satélites do Inpe, Dalton Valeriano, diz que acaba de ser decidido cruzar os dados do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) com os de queimadas. "Dessa forma, será possível fazer um indicador mais completo, que mostre a relação entre queimadas recorrentes e o desmatamento."

O governo do Mato Grosso desde janeiro vem contestando os dados do Deter. Para o Estado, áreas classificadas como desmatadas pelo sistema são locais onde a floresta foi degradada há oito anos ou mais.

O Deter engloba os pontos degradados na conta da devastação porque, para o sistema, as áreas nas quais o sinal espectral (luz que o satélite capta) de solo é maior que o de vegetação já não funcionam como floresta.

Para o Inpe, o padrão de degradação mudou na Amazônia: áreas de floresta em pé vêm sendo queimadas ano após ano, mas isso aparece tarde demais nos dados do Deter. Uma nova ferramenta é necessária, avaliam os pesquisadores, para flagrar esse processo em curso.

**Aquecimento global** - O ecólogo Daniel Nepstad, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do Woods Hole Research Center, afirma que muitas vezes a área de floresta queimada é maior que a desmatada. Ele cita em artigo um exemplo de 1998, ano em que houve uma seca extrema e 39 mil km<sup>2</sup> pegaram fogo -duas vezes a área de floresta cortada naquele ano.

Para ele, o aumento da área queimada já é um reflexo do aquecimento global: altas temperaturas e ventos mais fortes, aliados à seca prolongada.

Nepstad notou o problema de forma marcante no segundo semestre de 2007, durante uma queimada experimental -realizada há cinco anos numa fazenda em Mato Grosso. O fogo, que normalmente levava cinco dias para queimar os 50 hectares da área do experimento, fez o serviço em dois.

De acordo com ele, é comum nascer capim -altamente inflamável- nas áreas que tiveram incêndio, o que aumenta os riscos de novos focos. "É um ciclo vicioso", diz. Na opinião de Valeriano, as queimadas são reflexo da exploração de madeira e não do aquecimento global. "A floresta fica mais aberta, entra mais sol e o material seca." Segundo ele, nos sobrevôos realizados recentemente na Amazônia para verificar desmatamentos, notou-se muitas áreas carbonizadas.

**Edição especial** - A Amazônia é o tema de uma edição especial da revista "Philosophical Transactions of the Royal Society, B". A publicação foi baseada numa conferência realizada há um ano em Oxford, Reino Unido.

Alguns dos artigos abordam a seca, fator de risco para as queimadas. Um dos textos, de pesquisadores do Inpe, explica que a seca-recorde de 2005 ocorreu pelo aumento da temperatura no oceano Atlântico (e não em razão do fenômeno El Niño). Como o aquecimento do oceano é visto como tendência do aquecimento global, esse tipo de seca pode ficar mais comum na região.

**Stephanes defende recuperação menor de floresta na Amazônia** – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Ciência – 10/04/2008

Os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura) expuseram ontem, em audiência pública na Câmara dos Deputados, o racha do governo na definição das medidas de combate ao desmatamento na Amazônia e punição aos infratores. Stephanes propôs a redução da compensação do passivo ambiental. Ele defendeu uso econômico de 50% das terras desmatadas que forem recuperadas. Segundo ele, enquanto perdurar a regra atual de reflorestamento de 80% da área degradada para aproveitamento de 20%, como prevê o Código Florestal, agricultores e pecuaristas não irão se interessar pela recuperação.

As comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara debatem um projeto de lei que prevê a recuperação de até 30% de áreas desmatadas na Amazônia com dendê e outras plantas de uso comercial. Ambientalistas chamam o projeto de "floresta zero", pois entendem que ele legaliza o desmate.

Stephanes voltou a criticar o monitoramento feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre o avanço do desmatamento, avaliando que nesse tipo de debate "as radicalizações são fortes".

**Endurecimento** - Nas quatro horas de duração da audiência, Marina Silva foi duramente criticada por deputados do Pará, Rondônia e Mato Grosso, que acusaram o governo de endurecer as punições sem apresentar contrapartida em ações públicas.

Stephanes reiterou que a produção de grãos cresceu 140% nos últimos 16 anos com uma expansão de 23% da área plantada. Segundo ele, a produção agrícola pode se expandir por mais 15 anos sem que seja necessário derrubar florestas.

"Tenho dificuldade em dizer em que direção iremos caminhar. E quando digo que não vai ser preciso derrubar árvore, eu e meu corpo técnico falamos isso com convicção. A dificuldade é chegar a isso (...) por incapacidade, falta de bom senso e uso da racionalidade em se tratar desse assunto."

A ministra reagiu. "Ficar nesse discurso gelatinoso, diluído, vai fazer com que a gente passe os próximos 25 anos colhendo os mesmos resultados.", disse. "Digo com franqueza: o desmatamento cresceu 10% nos últimos seis meses. Quem é contra pode continuar sendo contra, mas com esse combate ganha o país, a agricultura e ganha a governança ambiental brasileira. As pessoas podem continuar com discursos e críticas porque o foco é não permitir que se perca três anos de governança ambiental", avisou a ministra.

## **Emissões de CO2 em alta – O Globo – Ciência – 10/04/2008**

Queima de combustíveis fósseis no mundo cresce e eleva risco de aquecimento

As emissões globais de dióxido de carbono (CO2) derivadas da queima de combustíveis fósseis atingiram em 2006 o recorde de 8,38 bilhões de toneladas, um número 20% maior do que o registrado em 2000. As emissões aumentaram anualmente 3,1% no período, mais do que o dobro da taxa de crescimento dos anos 90. As informações são de um relatório do Earth Policy Institute, ONG americana que monitora as emissões de carbono em todo o mundo.

Os dados indicam um aumento maior do que o previsto pelos últimos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), cujas estimativas ficavam em torno de um aumento anual de 2,3 % entre 2000 e 2010. Dentro desse cenário, com as emissões ultrapassando os piores cenários previstos, o aquecimento global poderá ser agravado.

**Poluição cresce mais na Ásia** - Cinco países — entre eles, os Estados Unidos e a China — respondem sozinhos pela metade das emissões globais de CO2 por combustíveis fósseis. Os Estados Unidos foram os maiores poluidores por mais de um século e agora estão prestes a dividir o posto com a China, cujos índices aumentam rapidamente a cada



ano, graças à utilização no país de usinas de carvão — considerado um combustível “sujo” — para gerar energia. A China tem colocado em funcionamento numerosas usinas a carvão.

Analistas acreditam que o gigante asiático vai ultrapassar os EUA como o maior poluidor do mundo até 2009.

Os outros países que fazem parte do grupo de cinco maiores poluidores por combustíveis fósseis são Rússia, Índia e Japão.

Dos três, a Índia é o que teve o maior aumento de emissões, tendo triplicado os seus índices desde 1981. O aumento das emissões poluentes tanto da Índia quanto da China refletem a rápida industrialização desses países, bem como o seu espetacular crescimento econômico.

Desde 2000, as emissões de CO<sub>2</sub> pela queima de combustíveis fósseis na Ásia aumentaram cinco vezes mais depressa do que as emissões no resto do mundo. A região, que era responsável por menos de 10% das emissões globais em 1970, agora produz quase um terço do total mundial.

**Índia anuncia uma nova usina a carvão** - O embate entre crescimento econômico e preservação ambiental deve ganhar mais munção por conta do anúncio, esta semana, do financiamento do Banco Mundial para a construção de uma grande usina de carvão na Índia no valor de US\$ 4 bilhões.

Localizada na região de Gujarat, a usina vai emitir, anualmente, cerca de 23 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera.

Mas de acordo com o grupo responsável pela usina, ela vai usar uma tecnologia que reduzirá em cerca de 40% as emissões de CO<sub>2</sub> em relação às outras usinas existentes no país.

Segundo o governo indiano, a usina será uma peça crucial na distribuição de energia nas regiões mais pobres do país.

A queima de combustíveis fósseis não é a única forma de emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera. O desmatamento também é um dos grandes vilões do aquecimento global. Atualmente, dois bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> são emitidas por conta de atividades como as queimadas. Isso coloca o Brasil como um dos quatro maiores poluidores gerais do planeta, devido aos altos índices de queimadas no país. Ao lado da Indonésia, o Brasil responde por mais da metade das emissões globais causadas pelo desmatamento.

## **Ameaça aos oceanos é maior, diz a ONU – O Globo – Ciência – 11/04/2008**

HANÓI. A possibilidade de o aquecimento global afetar um terço dos oceanos é três vezes maior do que previsões divulgadas há um ano. E isto coloca em risco à fauna marinha, segundo cientistas que colaboram com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Pesca predatória, poluição costeira e alterações nos mares foram observadas em todos 64 grandes ecossistemas marinhos pesquisados pelos cientistas. Os dados foram apresentados, ontem, numa conferência da ONU sobre oceanos e ilhas realizada no Vietnã.

— Esses ecossistemas marinhos estão sob grande estresse, e a situação piora com o aquecimento global — disse Ken Sherman, um dos autores. — Precisamos de decisões políticas e doações internacionais para financiar esforços de redução desse estresse.

Mar Amarelo é um dos mais degradados do mundo. Em 18 das 64 regiões analisadas, o aquecimento acelerado tende a ser duas a quatro vezes maior que a média de 2007 do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. Nas 800 páginas do relatório estima-se em US\$ 12,6 trilhões anuais os prejuízos com bens e serviços decorrentes da degradação desses ecossistemas marinhos.

O recorde de aquecimento foi registrado no Mar Báltico: 1,35 grau Celsius nos últimos 25 anos. Outras áreas estão em perigo, como o Mar Amarelo, um dos mais degradados do mundo. Milhões de pessoas vivem na costa da China à península coreana, e a poluição das indústrias e fazendas aumenta a ameaça.

Para ajudar as nações mais pobres a gerir melhor seus ecossistemas marinhos, o Global Environment Facility (GEF), com base em Washington, está financiando projetos no valor US\$ 1,8 bilhão em 16 países de África, Ásia, América Latina e Europa Oriental.

— Os riscos estão aumentando no que diz respeito à segurança alimentar, imigração e a doenças por causa da falta de proteção aos oceanos — disse Monique Barbut, diretora do GEF.

#### **Assentamentos terão 'crédito ambiental'** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 10/04/2008

Depois de impor um "arrocho ambiental" nas atividades de grandes e médios produtores na Amazônia por meio de restrições fundiárias, de crédito e até penais, o governo prepara medidas para frear o desmatamento ilegal da floresta em assentamentos de reforma agrária. Considerados um dos principais vetores da derrubada da Amazônia, os assentamentos rurais terão um programa de "crédito ambiental" para financiar a conservação da floresta em pé e a recuperação de áreas degradadas na região.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda não decidiu o tamanho da linha nem os limites de crédito e as eventuais culturas beneficiadas. "Vamos dar crédito para manter a floresta em pé", disse ontem o diretor do Incra, Raimundo Lima, em audiência pública que reuniu deputados de cinco comissões temáticas da Câmara.

Na mesma reunião, dominada por críticas de parlamentares ruralistas contra ONGs ambientalistas, o Ministério do Meio Ambiente anunciou que negocia a criação de uma nova linha de financiamento do BNDES para projetos de desenvolvimento sustentável, além de um fundo de captação de recursos no exterior para alavancar ações de preservação da Amazônia. "Precisamos assumir uma nova agenda de financiamento e desenvolvimento de novas tecnologias", disse a ministra Marina Silva.

Além de defender-se das críticas de produtores rurais contra o "arrocho ambiental", a movimentação do governo está relacionada ao "preocupante avanço" do desmatamento na Amazônia detectado a partir de agosto de 2007. Na audiência, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara Neto, informou ter registrado 552 pontos de "alerta de desmatamento" na Amazônia no primeiro bimestre de 2008. Os dados, segundo ele, correspondem a 71% de todos os alertas gerados em todo o ano de 2007. Câmara disse que 36 dos 40 pontos checados em campo pelos pesquisadores do Inpe em fevereiro tinham aspectos de "corte raso" e outros quatro sinalizavam um "início de degradação". "É uma situação grave", disse ele.

O diretor do Inpe informou a identificação de 346 pontos de alerta na região entre novembro de 2006 e maio de 2007 - medida que recuou para 421 pontos em novembro e dezembro de 2007. "Tem havido uma redução no desmatamento, mas a curva começou a inverter-se nos últimos seis meses com um avanço de 10% no total", disse o secretário-executivo do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Ele disse que o governo tem adotado várias ações para combater a tendência. O desmatamento, informou, recuou nos últimos anos. Dos 27 mil km<sup>2</sup> devastados em 2004, a derrubada recuou a 18 mil km<sup>2</sup> em 2005 e para 14 mil km<sup>2</sup> em 2006. No ano passado, foram desmatados 11,2 mil km<sup>2</sup>.

Bastante concorrida, a audiência pública teve discussões acaloradas e registrou uma sutil divergência entre os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura). Ao reafirmar que "não é preciso derrubar mais florestas para ampliar a produção agrícola", Stephanes criticou a "distorção" de adotar o conceito de Amazônia Legal e, por tabela, uma recente portaria de Marina. "A ministra incluiu 15 milhões de hectares no bioma Amazônia, por portaria, de municípios no Cerrado", disse. "Isso, para a Agricultura, tem um entendimento diferente." Em resposta, Marina Silva rejeitou a crítica: "Se levaram os prejuízos com esse conceito (Amazônia Legal), também temos que usar esse conceito para barrar o desmatamento e as práticas ilegais", afirmou. "A ministra do Meio Ambiente não é contra usinas ou agricultura, mas que os outros ministros também não sejam contra a proteção ambiental."

#### **Municípios 'desmatadores' receberão ajuda do governo - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 10/04/2008**

O governo federal deverá concluir até o fim de abril um pacote de medidas para socorrer os municípios campeões em desmatamento da Amazônia. O pacote está sendo costurado pelo ministério do Meio Ambiente, mas envolve órgãos econômicos e de pesquisa colocados na mesma mesa pela primeira vez - Embrapa, Ipea Incra e Serviço Florestal Brasileiro.

A medida visa ações emergenciais e de longo prazo. O objetivo é encontrar a resposta para a pergunta que hoje vale tanto quanto as ações de combate ao desmatamento: qual a alternativa econômica para quem sempre viveu da derrubada ilegal da Amazônia?

A ajuda terá cunho social. O pacote está sendo estruturado para atender aos municípios que terão os impactos econômicos mais fortes na medida em que o governo fecha o cerco contra os desmatadores. "O foco maior é sobre os 36 municípios [da lista dos maiores desmatadores da floresta], mas não serão só eles", diz André Lima, responsável pela Amazônia no Ministério do Meio Ambiente. "Será também para quem não está na lista, mas que sofrerá um impacto forte com as medidas de controle".

Caso da paraense Tailândia, que não está na lista, mas chamou a atenção do país depois que mais de duas centenas de homens da Força Nacional e Polícia Federal foram enviados em fevereiro passado para desbaratar madeiras e carvoeiras. O município, de cerca de 60 mil habitantes, tem na ilegalidade sua principal fonte de receita - 70%.

Segundo Lima, uma reunião na próxima quinta-feira colocará os últimos pontos na proposta. Ele não quis detalhar o que está sendo estudado, mas citou a instalação de novos postos da Previdência para atender desempregados e uma linha de recursos da Defesa Civil.

**Maiores economias mundiais discutem clima em Paris** - Suelene Gusmão e Gisele Teixeira – Sítio eletrônico do MMA – 11/04/2008

Começa na próxima terça-feira (15) em Paris, França, a terceira reunião convocada pelos Estados Unidos para debater o tema mudanças climáticas com as maiores economias do mundo. O encontro vai até o dia 18 e dará prosseguimento às conversações abertas no primeiro encontro da série ocorrido em setembro de 2007, em Washington. A segunda reunião ocorreu em janeiro deste ano, em Honolulu, e reuniu 18 países, entre eles os emergentes Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul. O governo brasileiro estará presente na reunião com representantes do Ministério das Relações Exteriores e com a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Thelma Krug.

A série de encontros para o debate sobre mudanças climáticas foi anunciada ainda durante a 13ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-13), ocorrida em Bali, na Indonésia, em dezembro de 2007. Naquele momento, os Estados Unidos, pressionados por países em desenvolvimento e desenvolvidos, aceitaram o consenso para elaboração do documento que guiará as negociações internacionais sobre mudanças climáticas até 2009 e que deverá resultar na segunda fase do Protocolo de Quioto. Segundo a secretária Thelma Krug, estas conversações são um complemento a Bali e não uma alternativa às negociações das Nações Unidas.

De acordo com o MMA, essas conversações podem ajudar a tornar mais claras as medidas e os compromissos a serem adotados por todos os países. O governo brasileiro defende o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Isto é, que as nações em desenvolvimento dêem a sua contribuição, mas que as mais ricas, responsáveis por 70% dos gases causadores do efeito estufa lançados na atmosfera, liderem o processo, visto que também são os que possuem mais recursos, tecnologia e capacitação.

Entre os temas que vêm sendo debatidos pelas potências econômicas estão: Possíveis Contribuições das Maiores Economias ao Processo de Negociação das Nações Unidas, Objetivo Global de Longo Prazo, Tecnologias Cooperativas e Abordagens Setoriais, Compromissos ou Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas e ainda Questões Relativas a Adaptação, Florestamento, Financiamento e Mensuração.

**Mais de 100 mil pessoas participam das etapas estaduais da CNMA** - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 11/04/2008

As plenárias do Rio de Janeiro e do Amazonas, nesta semana, encerraram as etapas estaduais da terceira edição da Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA). Nessa fase foram eleitos os delegados dos 26 estados e do Distrito Federal que irão participar da reunião nacional, de 7 a 10 de maio de 2008, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília.

De acordo com o coordenador executivo da III CNMA, Geraldo Vitor de Abreu, em torno de 114 mil pessoas participaram do processo preparatório. Foram realizadas, ao todo, 751 conferências, sendo 566 municipais, 153 regionais, cinco seminários regionais distritais, 26 conferências estaduais e uma conferência distrital. "O aumento da participação da sociedade mostra a consolidação do processo", diz. Na primeira edição da CNMA, em 2003, cerca de 65 mil pessoas participaram das conferências municipais, regionais e estaduais. Número que subiu para 86 mil pessoas na II CNMA, em 2005.

Geraldo destaca dois aspectos novos na terceira edição. O primeiro deles foi o fato de os estados terem assumido os processos locais. "Isso foi fundamental para o aumento da capilaridade das conferências", destaca. Outro ponto positivo foi a inclusão da articulação das conferências no Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC), o que contribuiu para que um maior número de municípios realizassem plenárias locais. "Possibilitou que realmente levássemos o tema da III CNMA, as mudanças climáticas, para o dia a dia das comunidades, inclusive com o início da elaboração de inventários municipais de emissão de gases de efeito estufa", acrescenta Geraldo.

O secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Hamilton Pereira, destaca que o processo da terceira conferência é muito importante não só para abrir espaço para que a sociedade brasileira tenha acesso a um conjunto de informações sobre o tema das Mudanças do Clima, mas também ofereça suas propostas para formulação da Política Nacional sobre o tema, em elaboração pelo governo federal. As contribuições do debate serão consolidadas em um documento a ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as propostas que já surgiram nos estados estão, por exemplo, a criação de sistemas de alerta precoce conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e o incentivo à construção de barragens, reservatórios e adutoras contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão.

Cerca de 2 mil pessoas, entre delegados e convidados, devem participar da Conferência Nacional, em Brasília. A escolha de delegados segue a seguinte proporcionalidade: sociedade civil (40%), setor empresarial (30%), setor governamental (20%), sendo 5% de representantes de governos municipais; comunidades tradicionais (5%) e povos indígenas (5%).

#### **Amazônia tem projeto internacional para evitar desmatamento - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 11/04/2008**

O primeiro projeto de REDD do Brasil em floresta nativa - a sigla que identifica redução de emissões por desmatamento e degradação das matas - saiu do forno nesta segunda-feira, em Washington, num acordo assinado entre a rede de hotéis Marriott International e o governo do Estado do Amazonas. Por este acerto, hóspedes dos 3 mil hotéis que a rede opera no mundo poderão neutralizar suas emissões de dióxido de carbono doando uma pequena quantia para que árvores da Amazônia continuem em pé. Não se trata

de reflorestamento e nem envolve operações de crédito de carbono, o que dá ineditismo à iniciativa. Por um dólar a mais na diária, por exemplo, os hóspedes poderão neutralizar suas emissões de carbono da estadia - o diferencial da proposta é que ninguém vai plantar árvores para que isso aconteça. A garantia dos doadores é que suas emissões foram compensadas porque se evitou desmatar a Amazônia.

A ponta mais evidente desta complexa engenharia verde que vem sendo desenhada pelo governo do Estado do Amazonas e bancada pela Marriott é uma doação de US\$ 2 milhões, durante quatro anos, para proteger e implementar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma. São 590 mil hectares ao sul do Estado, à margem direita do rio Madeira onde vivem 500 pessoas de práticas extrativistas. Ali, a biodiversidade é reconhecidamente rica, com espécies de primatas recém-descobertas.

Os primeiros US\$ 500 mil devem ser repassados ao Estado em 180 dias. Os recursos serão aplicados no pagamento do Bolsa-Floresta, no fortalecimento de associações comunitárias, na compra de barcos para transporte escolar, na contratação de professores, na construção de bases de pesquisa, no monitoramento ambiental ou em ações de controle e fiscalização - não faltam planos para tirar uma RDS do papel. Segundo um estudo do Conservation Strategy Fund, o custo para manutenção de um hectare de unidade de conservação na Amazônia é de R\$ 6,44. Os recursos da Marriott são, portanto, muito bem-vindos no Estado mais preservado da Amazônia, com 17,4 milhões de hectares de áreas protegidas estaduais - o que equivale a praticamente 70% do território do Estado de São Paulo.

Não se trata, aqui, de apenas mais um projeto de patrocínio para a conservação. O pulo do gato está em testar uma fórmula nova que relacione, na prática, o combate às mudanças climáticas, a preservação da Amazônia, e os viajantes conectados a estas questões, mas que não sabem o que fazer. No final do ano, quando o design desta operação estiver definido, os hóspedes da Marriott compensarão o que emitiram de carbono em sua estadia - num cálculo que levará em conta, principalmente, seu consumo energético - com a reserva de carbono de árvores que estão na reserva do Juma. "Estamos muito empolgados com este projeto", diz Gordon Lambourne, vice presidente de Relações Públicas Globais da Marriott International.

Os cálculos ainda não estão feitos, diz, mas o sistema poderá funcionar da seguinte forma: no check in de um dos 3 mil hotéis que a Marriott opera no mundo, o hóspede será informado que a empresa apóia a preservação de um pedaço da Amazônia e que ele pode contribuir, se quiser. A doação é voluntária e pode ser de um dólar. Feito isso, o cliente fica sabendo que sua estadia será "carbono-neutralizada", um jargão para indicar que o quanto ele tiver emitido em gases de efeito-estufa durante seus dias no hotel, será compensado pela permanência de carbono em árvores amazônicas. A doação dos hóspedes é voluntária e este volume de recursos irá, também, para a RDS do Juma.

E quanto a rede Marriott terá de estoque de carbono amazônico para disponibilizar nas emissões de seus hóspedes? Carlos Rittl, coordenador do centro de mudanças climáticas da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, esclarece o mecanismo, que tem uma lógica bastante parecida à do fundo de preservação das florestas tropicais que o governo federal tem defendido nas conferências internacionais sobre clima. Segundo o sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a reserva do Juma tem 4.696 hectares desmatados até 2006 - ou 0,8% de sua área total. O problema está no futuro, com a possível pavimentação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, ao norte, e da BR-230, a Transamazônica, ao sul, além de outras obras de

infra-estrutura. Por este quadro, em 2008, a RDS do Juma pode ter 300 hectares de área desmatada e, em 2009, mais 700 hectares.

As previsões nada otimistas estão em um estudo do cartógrafo Britaldo Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais. O trabalho do professor lista o pior cenário possível na região, se a pressão de desmatamento sobre a reserva se confirmar e caso as ações de prevenção e fiscalização não ocorrerem ou não forem bem-sucedidas. "Se conseguirmos evitar o desmatamento, usaremos o padrão de carbono do IPCC", explica Rittl, referindo-se às estimativas do braço científico das Nações Unidas. Por estes cálculos, um hectare de reserva na Amazônia tem 104,5 toneladas de carbono ou 383 toneladas de dióxido de carbono. A partir daí, calcula-se o quanto a RDS do Juma deixou de emitir e o volume é repassado à Marriott. Não há negociação de créditos de carbono na operação, mas a Bolsa de Chicago é referência para o dispositivo. Ali, a tonelada de carbono tem sido negociada a US\$ 3,50.

"O desafio da conservação no mundo é descobrir fontes seguras de recursos", diz Rittl. A operação com a Marriott é montada em um tripé. De um lado, o governo do Amazonas; de outro, a rede hoteleira, e ainda a Fundação Amazônia Sustentável, FAS, que gerenciará os serviços e produtos ambientais das 34 unidades de conservação do Estado. O próximo passo é a rede hoteleira fazer seus cálculos - enisto será ajudada pela ONG Conservation International. O modelo de REDD será submetido à certificação internacional.

#### **Desmatamento causado pelas usinas é "insignificante", diz entidade do setor – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/04/2008**

O desmatamento provocado pela produção canavieira foi classificado como "insignificante" pelo assessor da comissão nacional de cana-de-açúcar da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), José Ricardo Severo.

De acordo com ele, a maior parte das novas plantações de cana-de-açúcar foram implantadas em áreas antes destinadas para a pecuária. No restante, afirma, a cana aproveitou terras da produção de grãos.

Severo afirma que a CNA não foi procurada para evitar o avanço da cana nas áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação.

Entretanto, a CNA afirma atuar em parceria com o governo federal para implantar o zoneamento agroeconômico pelo Brasil, o que definirá as áreas em que a agropecuária receberá incentivos públicos.

Ele diz não acreditar que a cana ponha em risco o cerrado e afirma que gado e grãos podem continuar cedendo terras para o setor sucroalcooleiro atingir sua meta de ocupar 15 milhões de hectares até 2015.

Severo cita dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) que apontam que a atual safra da cana ocupa 6,96 milhões de hectares no Brasil. Enquanto isso, afirma ele, as pastagens ocupam 120 milhões, e os grãos, 50 milhões.

O assessor também diz não concordar que a cana possa causar a migração da pecuária para a região amazônica. Ele afirma que a febre aftosa ainda é um problema na região e que as dificuldades de transporte inviabilizam o deslocamento da atividade. Procurado, o Ministério do Meio Ambiente não se pronunciou sobre o assunto. **(PS)**

#### **Efeito sobre a Amazônia é indireto – Folha de São Paulo – Ciência – 12/04/2008**

O avanço do álcool não deve atingir diretamente a Amazônia, mas pode colaborar para o seu desmatamento, afirma o coordenador de políticas públicas do ISPN, Nilo D'Avila.

A alta incidência de chuvas na floresta é considerada pelo setor agrícola como um fator desfavorável para a produção de cana.

De acordo com D'Avila, a expansão canavieira no Centro-Oeste, onde há condições favoráveis para o cultivo, está valorizando áreas ocupadas pela pecuária, o que incentiva os criadores de gado a vender terras para canavieiros.

Capitalizados, os pecuaristas teriam como opção comprar terras na região amazônica. Áreas no Pará estão livres da febre aftosa, o que favorece a pecuária.

Sobre o potencial da migração da pecuária do Centro-Oeste para a Amazônia, D'Avila lembrou da brincadeira que aponta Paragominas, no Pará, como "a segunda maior cidade goiana". **(PS)**

#### **Reunião do Mercosul debate meio ambiente – Sítio Eletrônico do MMA – 14/04/2008**

Será realizada entre os dias 16 e 18 deste mês, em Buenos Aires, a 44ª Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho (SGT) nº 6 Meio Ambiente - Mercosul, com participação do Ministério do Meio Ambiente. O SGT-6 se reúne duas vezes por semestre em torno da pauta ambiental do Mercosul. São abordadas questões como cooperação; competitividade e meio ambiente; sistema de informação ambiental; e gestão de produtos e substâncias químicas, entre outros assuntos.

Na reunião desta semana será discutida também a cooperação entre o Mercosul e a União Européia (UE). Nesse sentido, foram definidos três temas específicos para discussão: Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Substâncias Químicas (GHS); implementação da Estratégia Mercosul de Luta contra a Desertificação, a



Degradação da Terra e os Efeitos da Seca; e implementação do Plano de Ação em Produção e Consumo Sustentável no Mercosul.

Estarão presentes à reunião o coordenador altermo do SGT-6, Júlio César Baena, da Assessoria de Assuntos Internacionais (Asin), e o diretor do Departamento de Economia e Meio Ambiente, Luiz Fernando Merico, além de técnicos e especialistas da Asin e das secretarias de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental e de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. \* *Grace Perpetuo*

**Presidente pede atenção de prefeitos ao Territórios** – Sítio eletrônico do MDA – 15/04/2008

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, alertou prefeitos de todo o País para o Programa Territórios da Cidadania durante a abertura, nesta terça-feira (15), da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. “Este programa está começando com 60 territórios, atendendo mais de 900 municípios”, frisou Lula. Ele reforçou que essa nova ação federal é resultado do trabalho de 19 ministérios para a realização de 135 ações integradas.

O recurso do programa para este ano é de R\$ 11,3 bilhões e a aplicação será nos territórios selecionados em função do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do reduzido dinamismo e econômico. Além disso, eles englobam municípios com concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e beneficiários do Bolsa Família.

Ao todo, o Territórios da Cidadania beneficiará 23,9 milhões de pessoas, sendo 973.949 famílias de agricultores familiares, 364 comunidades quilombolas e 201 terras indígenas, além de dois milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Lula lembrou que o Territórios da Cidadania, assim como o PAC Funasa e o Programa Luz para Todos, é uma das ações em que o Governo Federal está priorizando o atendimento aos pequenos municípios. “Nossos programas têm obedecido à lógica da cooperação, em vez da disputa entre os municípios, que são atendidos sem qualquer distinção partidária”, ressaltou o presidente.

**Políticas públicas do MDA** - A XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, conhecida como Marcha dos Prefeitos, acontece até quinta-feira (17) no Blue Tree, na capital federal. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa do encontro com palestras e também com estande para atender prefeitos e esclarecer dúvidas sobre as políticas públicas voltadas aos municípios. O funcionamento é das 8h30 às 19h.

No estande, estão disponíveis publicações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Biodiesel, Agroecologia, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Reforma Agrária e na Agricultura Familiar, além de informações sobre a I Conferência Nacional de

Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário (I CNDRSS), que ocorrerá em Olinda (PE), de 25 a 28 de Junho.

**Integração de políticas** - O Programa Territórios da Cidadania visa estimular o desenvolvimento regional sustentável e garantir o acesso a direitos sociais. Para isso, estão reunidas no programa ações do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais. O programa ainda conta com ampla participação das comunidades representadas nos Colegiados Territoriais.

“Pela primeira vez, as ações irão chegar de forma integrada, conjunta aos grotões deste País. Queremos fazer o que o Estado brasileiro nunca foi capaz: garantir o acesso a direitos e a políticas públicas de infra-estrutura e desenvolvimento econômico lá nos territórios esquecidos, nos lugares mais pobres, onde moram e trabalham homens e mulheres que, pelas mais diversas razões, têm sido condenados à invisibilidade”, ressalta o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

**Sobre a Marcha dos Prefeitos** - A Marcha dos Prefeitos é considerada pela Confederação Nacional dos Municípios o principal evento do municipalismo brasileiro e visa refletir sobre questões que influenciam diretamente o dia-a-dia das cidades e suas comunidades: Saúde, Educação, Saneamento e Consórcios Municipais de Cooperação. Durante a Marcha, também são debatidos o Financiamento e a Gestão da Saúde Pública, o Papel do Legislativo Municipal, além das Reformas Tributária e Política.

**NEAD apresenta Territórios Digitais em Fórum** – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2008

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) participará, entre os dias 17 e 19, da nona edição do Fórum Internacional Software Livre, mais conhecida como fisl9.0. O evento acontece em Porto Alegre (RS).

Na quinta-feira (17), Rossana Moura, consultora de Inclusão Digital do NEAD, apresentará o projeto “Territórios Digitais” aos participantes do V Debate Inclusão Digital e Software Livre. O “Territórios Digitais” faz parte do Programa Territórios da Cidadania e pretende implantar espaços públicos e gratuitos com acesso a computadores e internet em assentamentos, escolas agrícolas, sindicatos e Casas Familiares Rurais nos territórios selecionados.

O V Debate Inclusão Digital e Software Livre reunirá pessoas envolvidas em iniciativas de Inclusão Digital (ID) de governos e da sociedade civil, convidadas a expor e debater seus pontos de vista, conquistas e desafios, promovendo uma rica troca de experiências. Criado e moderado em 2004 e 2005 por Corinto Meffe, do Ministério do Planejamento, em 2006 e 2007 foi moderado por Kiki Mori, responsável pelo Observatório Nacional de Inclusão Digital e pelo Projeto Computadores para Inclusão. Além da

integrante do NEAD, representantes do programa GESAC, Casa Brasil e Cultura Digital estão entre os convidados.

O encontro também contará com as seguintes atividades: Grupos de Usuários; Encontro das Comunidades de Software Livre; Mostra de Soluções; TV Software Livre; e Arena de Programação Livre. O fisl9.0 também vai englobar atividades e palestras ligadas à cultura livre (música, filmes, teatro, produção textual), além de ações de ligadas à agroecologia, por meio do banco de sementes livres, e neutralidade de carbono.

**Sobre o fisl9.0** - O Fórum Internacional Software Livre (fisl) teve início em 2000, e a cada ano vem ganhando adeptos e está em franco crescimento. Para esta edição, estão sendo esperados mais de seis mil participantes de vários países.

O fisl é um momento de discussão, troca de experiências e conhecimento, divulgação da cultura livre e atualização, buscando criar um ambiente para reunir milhares de pessoas que contribuem para o desenvolvimento do software livre. Todas as edições do fisl tiveram a presença maciça de comunidades, grupos de usuários, empresas públicas e privadas e pessoas interessadas no tema.

**Uso do software livre** - Segundo os organizadores do evento, o número crescente de comunidades que desenvolvem código aberto de forma cooperada no mundo reflete a importância da realização do evento, que abrange o uso do software livre nas mais diversas áreas: segurança, educação, economia, política, cultura, tecnologia, entre outras.

Além de proporcionar a discussão sobre os diversos aspectos relacionados ao uso do software livre, o fisl visa potencializar negócios baseados em software livre. Em sua última edição, realizada em abril de 2007, estiveram presentes no fisl 5.363 pessoas, de 19 países. Todos os estados brasileiros estiveram representados. Entre os participantes inscritos, mais de 60% eram profissionais de tecnologia e cerca de 38% eram estudantes.

O público do fisl inclui empresários, profissionais técnicos, diretores e técnicos da área governamental, pesquisadores e estudantes. Para saber mais basta acessar [www.fisl.org.br](http://www.fisl.org.br)

Serviço:

O quê: V Debate Inclusão Digital e Software Livre

Macrotema: Educação e Inclusão Digital – Nível Intermediário

Local: fisl9.0 – Centro de Eventos da PUC RS – Sala 41E – Porto Alegre (RS)

Data: 17 de abril

Horário: 13h

## **Colaboradores do Territórios em videoconferência** – Sítio Eletrônico do MDA – 16/04/2008

A terceira videoconferência do Territórios da Cidadania foi realizada na tarde desta quarta-feira (16). Participantes da rede de colaboradores - articuladores estaduais e territoriais, membros dos comitês de articulação estadual, parceiros dos colegiados territoriais - se conectaram por meio do portal [www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br) com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de capacitação e aperfeiçoamento operacional do programa.

De acordo com o coordenador-geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e membro da coordenação do programa, Carlos Mário Guedes de Guedes, a intenção é consolidar o portal como instrumento de diálogo e gestão permanente do Territórios da Cidadania. “Queremos que esses encontros sejam quinzenais”, informa Guedes.

Nesta quarta-feira, o objetivo do encontro virtual foi a capacitação dos participantes a respeito das ações do Ministério da Cultura dispostas na matriz de ações do programa. Participaram 49 colaboradores de 15 estados. A representante do Minc no Comitê Gestor Nacional, Maria Cláudia Cabral, apresentou e esclareceu dúvidas relacionadas aos programas que se enquadram nas ações Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas, e Apoio e Modernização de Espaços Culturais (Pontos de Cultura).

Durante o encontro, que teve prosseguimento numa sala de bate-papo dentro do portal, também foram esclarecidas dúvidas dos participantes sobre a elaboração dos Planos de Ações Integradas de cada um dos 60 Territórios da Cidadania já implantados. O primeiro território a aprovar a versão inicial da matriz de ações do programa foi o Zona Sul do Estado (RS). O documento foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no início de abril, durante evento no município de Rio Grande (RS).

**Ações integradas** - O programa Territórios da Cidadania trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada região com a participação da sociedade. Prevê 135 ações de 19 ministérios nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infraestrutura, totalizando R\$ 11,3 bilhões de investimentos no ano de 2008 em todo o Brasil.

**Marina Silva defende fortalecimento dos órgãos ambientais** – Sítio Eletrônico do MMA  
– 16/04/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu nesta quarta-feira (16) aos prefeitos reunidos em Brasília para a Marcha em Defesa dos Municípios que fortaleçam seus respectivos secretários de meio ambiente e garantam que suas ações possam contemplar a transversalidade, imprescindível à execução das políticas ambientais. Marina Silva também defendeu a inclusão das agendas ambientais nos próximos debates eleitorais, para que elas ganhem sustentabilidade política, e fez um apelo às lideranças políticas para que tratem do tema "como solução e não como problema".

O pronunciamento da ministra abriu a Mesa de Debates Ambientais da Marcha, no Hotel Blue Tree. Para uma platéia de prefeitos, secretários municipais e vereadores de todo o País, ela lembrou que a preocupação ambiental deve estar presente em todas as áreas da administração pública, seja na formulação da política agrícola, no planejamento de obras ou na definição de sistemas de transportes. Por isso, ela só prevalece, na esfera municipal, se for assumida pelo próprio prefeito.

"Não é fácil para os secretários do meio ambiente interferirem nessa dinâmica que envolve toda a administração. Para que possam conduzir a agenda ambiental, além dos apoios necessários da União e dos estados, é fundamental que eles contem com a liderança e o acolhimento dos prefeitos. Se estiverem sozinhos, parece que eles estão se metendo na pasta dos outros colegas", afirmou a ministra.

Marina Silva destacou a importância dos gestores municipais - os mais próximos do cotidiano dos cidadãos - dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente e falou das iniciativas do MMA para fortalecê-los e prepará-los para assumir as competências previstas no artigo 23 da Constituição Federal. O dispositivo define as atribuições dos municípios, dos estados e da União na execução da política ambiental. O processo de regulamentação tramita no Congresso Nacional.

"A regulamentação permitirá uma estrutura que evite que a União, os estados e os municípios operem numa agenda de sobreposição, de sombreamento entre competências. Mas esse processo não pode ser visto de forma isolada, mas na ótica do Sistema. Ao repassar competência, não significa que a União ou os estados estejam deixando de assumir suas responsabilidades. E receber as competências também não significa que os municípios estejam prescindindo da operação conjunta com o estado e com a União. O Sistema tem um processo de realimentação de cima para baixo e de baixo para cima".

A ministra também expôs aos prefeitos as linhas básicas do Programa Nacional de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios, que consolida as ações voltadas para os municípios e está estruturado em cinco eixos: Formação, Capacitação e Assistência Técnica; Comunicação e Acesso à Informação Ambiental; Cidadania, Participação e Controle Social; Planejamento e Monitoramento Ambiental; e Financiamento da Gestão Ambiental. \* *Lucia Leão*

## **Bush propõe que emissão de CO2 dos EUA pare de crescer em 2025** – Folha de São Paulo – Ciência – 17/04/2008

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, propôs ontem que as emissões americanas de gás carbônico parem de crescer no ano 2025, na proposta mais contundente já feita por ele para combater o aquecimento global.

O discurso vem no momento em que Bush se esforça para limpar a própria biografia na área ambiental-foi o homem que rejeitou o Protocolo de Kyoto e passou anos negando a mudança climática. E no qual a pressão política sobre o tema é máxima, dentro e fora do país.

Os três candidatos à sua sucessão, incluindo o republicano John McCain, defendem cortes obrigatórios e ambiciosos de emissões do país. O Congresso americano prepara uma lei que imporá metas de poluição e um esquema de comércio de emissões de CO2, principal gás-estufa. E os países que o próprio Bush convocou no ano passado para debater o tema, no chamado grupo das Grandes Economias, têm cobrado dos EUA alguma proposta concreta antes da reunião do grupo que acontece hoje em Paris. "Hoje eu estou anunciando um novo objetivo nacional: parar o crescimento das emissões de gases-estufa dos Estados Unidos em 2025", disse Bush,

Para isso, os EUA terão um plano nacional que "será uma mistura de incentivos e regulações para reduzir emissões ao estimular tecnologias de energia limpas e eficientes". No entanto, mais uma vez Bush condicionou a ação americana a esforços por parte de outros países, como Índia e China, e apresentou apenas medidas pontuais para atingir o objetivo anunciado -tais como uma lei para aumentar a eficiência dos carros.

Também mostrou preocupação com "a maneira errada" de o Congresso atacar o problema, que seria aumentar impostos e exigir "cortes de emissão dramáticos e repentinos".

A proposta foi imediatamente criticada por ambientalistas, por políticos democratas e por analistas de política de clima.

"A proposta anunciada pelo presidente Bush hoje é um passo atrás na política climática dos EUA", disse Eileen Claussen, presidente do Pew Center on Global Climate Change. "Em 2002 a administração havia proposto um plano que permitia que nossas emissões crescessem até 2012. A proposta atual permitirá que cresçam até 2025", afirmou. "A boa notícia é que [a proposta] é irrelevante, porque esta administração só tem mais nove meses."

A pré-candidata democrata à sucessão Hillary Clinton também criticou o anúncio. "Agora que a administração foi forçada a reconhecer que o aquecimento global é um problema, eles apresentaram uma proposta que parece ter sido escrita pela força-tarefa de energia de Dick Cheney", ironizou, em referência às ligações do vice de Bush com a indústria do petróleo.

## **Anticlímax climático Bush diz que EUA vão reduzir emissões de CO2 até 2025 mas não explica como – O Globo – Ciência – 17/04/2008**

Durante um discurso, ontem, na Casa Branca, o presidente americano George W. Bush prometeu fazer o que se recusou durante sete anos e três meses de mandato: reduzir as emissões de gases do efeito estufa dos Estados Unidos, os maiores poluidores do mundo.

Mas os cortes precisarão ser feitos por seus sucessores, já que a meta para deter as emissões é 2025. O presidente americano também não citou medidas e prazos concretos.

— Baseado em avanços tecnológicos e novas políticas internas, gostaria de anunciar que estamos prontos para reduzir as nossas emissões até 2025 — disse Bush no discurso, sem especificar números e chamando as metas propostas pelo Protocolo de Kioto, o qual se negou a ratificar, de “falhas”.

Por Kioto, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos devem obrigatoriamente reduzir suas emissões em 5,2% em relação aos níveis medidos em 1990. Pouco meses depois de tomar posse, em 2001, Bush se recusou a ratificar o protocolo, argumentando que cumprir as suas metas afetaria a economia americana.

— O impacto das metas propostas pelo por Kioto limitaria o crescimento da economia americana, trazendo perda de empregos — declarou Bush no discurso. — Com o apoio do G8, estamos iniciando um novo processo que pretende unir os países que são os maiores responsáveis pelas emissões.

Para atingir esta meta, vamos aplicar uma estratégia com ênfase na economia, que aproveitará a base sólida que já temos.

As metas de Bush, porém, estão distantes das propostas pela União Européia e pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Até 2020, a UE planeja reduzir suas emissões em até 20% em relação aos índices registrados nos anos 90.

### **Incentivo para utilização de fontes renováveis**

Acreditando que as emissões mundiais atingirão seu auge em 15 anos, a UE sugere que os países desenvolvidos reduzam suas emissões entre 60% e 80% até 2050. Isso significaria um corte global de 50% em comparação com os índices dos anos 90.

Para o IPCC, se os níveis atuais de emissões forem mantidos até 2015, as temperaturas globais subirão cerca de 2,4 graus Celsius.

Se as emissões atingirem um pico em 2030, a elevação será de 3 graus Celsius.

O discurso de Bush — que declarou se opor a qualquer tipo de imposto que force reduções, mas garantiu que serão estabelecidos incentivos para que a indústria utilize mais fontes renováveis de energia — foi recebido com ceticismo por ambientalistas.

Para Rick Piltz, da ONG Climate Science Watch, as propostas do presidente americano são pouco específicas: — Se as emissões dos Estados Unidos continuarem a crescer nos próximos 17 anos, não acredito que as metas propostas agora vão ter algum impacto.

O grupo ambientalista Sierra Club e a oposição democrata também criticaram a proposta do presidente americano, dizendo que as metas anunciadas são insuficientes para conter o aquecimento global.

**Bush só quer baixar emissão de gases dos EUA após 2025** - H. Josef Herbert e Deb Riechmann – Valor Econômico – Internacional - 17/04/2008

O presidente dos EUA, George W. Bush, defendeu ontem que o país estabilize suas emissões de gases que provocam o aquecimento global apenas em 2025 e cobrou que outras nações poluidoras estabeleçam metas próprias para o combate às mudanças climáticas.

Num pronunciamento focado no clima, Bush se mostrou preocupado com a possibilidade de que o Congresso - controlado pelos opositores do Partido Democrata - aprove uma legislação que, segundo ele, afetaria o crescimento econômico. Críticos dizem o governo Bush demorou para tomar alguma iniciativa em relação aos problemas climáticos.

Embora tenha falado em meta, Bush, a quem restam poucos meses de mandato, foi criticado por ter apresentado apenas idéias gerais - e só alguns pontos específicos - sobre como atingir os objetivos. Empresas americanas vêm cobrando a apresentação de regras claras sobre limitação das emissões. A indefinição do modelo a ser adotado tem criado dificuldades para projetos de investimento de longo prazo.

A proposta de Bush foi logo apontada por congressistas democratas e por ambientalistas como insuficiente para se estabilizar o nível de concentração de gases que retém o calor na atmosfera. Bush disse, no entanto, que uma ação unilateral dos EUA não é capaz de deter os problemas climáticos. "Assim como em muitos outros países, o plano dos EUA será uma abrangente combinação de incentivos de mercado e regulações para reduzir as emissões, com estímulos a tecnologias de energia limpa e eficiente", afirmou Bush. "Estamos dispostos a incluir esse plano em um acordo que esteja vinculado internacionalmente, à medida que as outras grandes economias estiverem prontas a incluir seus planos num acordo desse tipo."

Os EUA e outros países concordaram em uma reunião em Bali, Indonésia, em dezembro, em trabalhar para definir no fim de 2009 metas claras para a redução de emissões de gases. As metas dariam continuidade ao Protocolo de Kyoto, que expira em 2012.

Bush também defendeu que as emissões das termelétricas sejam estabilizadas em 10 a 15 anos. "Para atingirmos nossa meta em 2025, precisaremos reduzir num ritmo mais rápido as emissões de gases de efeito estufa do setor elétrico, de modo que elas cheguem ao teto dentro de 10 a 15 anos, e caíam a partir de então", disse. "Ao fazermos isso, reduziremos os níveis de emissão do setor elétrico bem abaixo do que se projetava quando anunciamos pela primeira vez nossa estratégia climática em 2002."

Segundo o presidente, há diversas formas para se atingir essas reduções, "mas todas as abordagens responsáveis dependem da aceleração do desenvolvimento e da aplicação de novas tecnologias". Senadores democratas destacaram que, pelo plano do presidente, o ritmo das emissões continuará crescendo ainda por quase duas décadas. O próprio governo estima que nesse período somente as emissões das termelétricas crescerão 16%. Para a senadora Barbara Boxer, presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente, a estratégia de Bush é "pior do que não fazer nada" e o "máximo da irresponsabilidade".

Um projeto apresentado no Senado, e que pode começar a ser discutido em junho, prevê a definição de tetos obrigatórios para as emissões. Bush se opõe à idéia e a classificou como irrealista e prejudicial à economia. Os três pré-candidatos à Presidência - os democratas Hillary Clinton e Barack Obama, e o republicano John McCain - são favoráveis a um programa mais agressivo contra as mudanças climáticas. E defendem limites obrigatórios para emissões.



**Estudos revêem efeitos do aquecimento** – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2008

**Número de furacões pode ser menor no futuro, bem como o impacto do degelo da Groenlândia sobre o nível do oceano - Novas pesquisas não conflitam com as previsões do IPCC, mas ajudam a reduzir incertezas sobre impactos catastróficos**

Três dos efeitos previstos do aquecimento global podem não ser tão catastróficos quanto os cientistas imaginavam. Quatro novos estudos trazem resultados tranquilizadores sobre a aceleração do degelo na Groenlândia, a probabilidade de mais furacões no futuro e o impacto da acidificação dos oceanos sobre os microrganismos marinhos. Tranquilizadores, mas só um pouquinho.

Dois desses estudos saíram ontem on-line na revista "Science". Eles são assinados pelos americanos Sarah Das, do Instituto Oceanográfico de Woods Hole, e Ian Jouglin, da Universidade de Washington.

Um deles é, na verdade, uma observação assustadora: os cientistas viram um lago de 5,6 km<sup>2</sup> de área, formado pelo degelo da superfície do manto glacial da Groenlândia, ser esvaziado em 24 horas. Durante uma hora e meia, a água escorreu por uma fenda a uma vazão de 8.700 metros cúbicos por segundo -mais do que a das cataratas do Niágara. Os cientistas sabem que a água do degelo escorre por fendas chamadas "moulins". Através delas, a água chega até o leito rochoso sobre o qual está assentado o gelo, lubrificando-o. Isso faz com que a capa glacial escorregue mais depressa.

Os cientistas sabem também que o aquecimento global está aumentando a quantidade de lagos formados pela água que derrete no verão sobre o gelo. Há o temor de que os "moulins" produzam uma aceleração catastrófica das geleiras da Groenlândia, com o desprendimento de icebergs maciços e uma elevação do nível do mar bem maior do que os 59 centímetros projetados pelo IPCC (painel do clima das Nações Unidas) até o fim do século.

No entanto, um outro estudo da dupla na mesma edição da "Science" procurou avaliar o impacto desse efeito na velocidade de escoamento das geleiras do litoral da Groenlândia.

Os cientistas descobriram que essas geleiras sofrem aceleração muito baixa. "Tomados juntos, os novos achados indicam que, embora o derretimento na superfície tenha um efeito substancial na dinâmica do manto de gelo, ele pode não produzir grandes instabilidades que levem ao aumento do nível do mar", disse Jouglin.

**Loucas por ácido** - Outro pesadelo dos cientistas é o efeito do aumento na concentração de CO<sub>2</sub> no oceano sobre os organismos marinhos.

Vários estudos têm mostrado que um mar mais ácido (o gás carbônico em excesso acidifica a água) inibe a formação de carapaças de calcário (carbonato de cálcio) pelo

fitoplâncton. Isso é um problema, porque, ao formar tais carapaças, esses micróbios ajudam a "seqüestrar" o carbono do mar. Sem o fitoplâncton, esse seqüestro diminui e o mundo pode ficar ainda mais quente.

Na edição de hoje da "Science", a oceanógrafa Debora Iglesias-Rodríguez, da Universidade de Southampton (Reino Unido), mostra que, ao menos para uma espécie de fitoplâncton, quanto mais ácido, melhor. Em laboratório, ela demonstrou que o cocolitóforo *Emiliana huxleyi* fica maior quando mais CO<sub>2</sub> é dissolvido na água. Como os cocolitóforos em geral respondem por um terço da produção de carbonato de cálcio no oceano, diz Rodríguez, seu estudo significa que uma parte desse seqüestro pode não ficar comprometida -muito embora esse efeito possa estar restrito a uma única espécie de cocolitóforo.

**Furacões** - Outra questão que o IPCC deixou sem resolver foi atacada por Kerry Emanuel, climatologista do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).

Emanuel e outros têm observado que águas mais quentes (acima de 27C) aumentam a quantidade de vapor na atmosfera tropical, que é combustível para furacões. Isso produz tempestades mais poderosas, como o Katrina e o Rita, de 2005. Mas não se sabia se o número total de tormentas também cresceria. Em estudo publicado na edição de março do "Boletim da Sociedade Meteorológica Americana", Emanuel diz que não.

O grupo de Emanuel desenvolveu um método novo que espontaneamente "semeia" furacões em modelos climáticos de computador. A técnica foi aplicada com sucesso para reproduzir o número e a intensidade de tormentas nas últimas duas décadas. No entanto, quando aplicada aos modelos do IPCC, ela simula uma frequência total menor de furacões. Segundo Emanuel, a redução provavelmente ocorre porque o aquecimento global aumenta a chamada "tesoura de vento", a diferença entre a velocidade dos ventos na parte mais alta da troposfera. Ventos fortes mais no alto inibem as tempestades.

O americano Kevin Trenberth, outro especialista em clima e furacões, diz que o estudo é "novo e interessante, mas requer ajustes". Segundo ele, os modelos climáticos são muito grosseiros para enxergar o que acontece com as tempestades que formam os furacões, deixando a atmosfera artificialmente estável. "Há boas razões para crer que haverá menos furacões, mas eles serão mais intensos quando ocorrerem", diz.

#### **A grande seca** - Keith Bradsher – O Globo – Ciência – 18/04/2008

A região de Deniliquin, na Austrália, já foi a maior produtora de arroz do Hemisfério Sul. O local já processou uma quantidade de grãos suficiente para suprir as necessidades de 20 milhões de pessoas em todo o mundo.

Mas seis anos de severas secas abalaram drasticamente esse potencial, fazendo com que a produção de arroz no país fosse reduzida em 98%.

Milhares de quilômetros separam as plantações, agora vazias, de Denilquin das tumultuadas ruas de Porto Príncipe, no Haiti, mas uma crise global de alimentos, provocada pelas mudanças climáticas, está unindo os dois locais.

O colapso da produção australiana é um dos fatores que causaram o aumento no preço do arroz nos últimos três meses — aumento que fez com que os maiores produtores do mundo restringissem suas exportações, causando pânico nos mercados de Hong Kong e nas Filipinas; e gerando violentos protestos em países como Egito, Camarões, Etiópia, Haiti, Indonésia e Costa do Marfim.

**Biocombustíveis são uma preocupação** - Os efeitos da seca na Austrália estão sendo considerados os maiores impactos na agricultura mundial causados pela elevação das temperaturas globais. Muitos cientistas acreditam que esses sejam os primeiros sinais de uma crise na produção mundial de alimentos por causa das mudanças climáticas.

Embora seja difícil ligar mudanças climáticas recentes com outras previstas para acontecer a longo prazo, esse intenso e pouco usual período de seca é compatível com todas as previsões feitas até agora pelos cientistas sobre os efeitos do aquecimento global na agricultura.

— As mudanças climáticas são potencialmente a maior ameaça para a agricultura da Austrália — diz Bem Fargher, da Federação Nacional de Fazendeiros da Austrália.

A seca já causou alterações significativas no centro da produção agrícola da Austrália. Alguns fazendeiros abandonaram o plantio de arroz, que exige grandes quantidades de água, para se dedicarem a atividades que requerem menos uso de água, como o cultivo de uvas para a produção de vinho, outra forte indústria local. Outros fazendeiros venderam suas terras ou o acesso à água para os produtores de vinho.

Especialistas temem que essa transferência de fontes de água — da produção de arroz para a de atividades mais lucrativas, como o vinho — tenha um impacto negativo na economia de países pobres, que dependem da importação de arroz para alimentar sua população.

A iminente crise na agricultura global está a ponto de se tornar uma questão política, separando os EUA e outros países desenvolvidos das nações mais pobres em torno da necessidade de alimentos a preços acessíveis e a produção de fontes renováveis de combustíveis. Os países em desenvolvimento temem que os incentivos das nações ricas para a produção de biocombustíveis possa causar um aumento no custo de alimentos básicos.

**Desequilíbrio na produção agrícola** - Pelas previsões do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), mesmo um pequeno aumento nas temperaturas globais nos próximos anos já seria suficiente para desequilibrar a produção agrícola no planeta.

Países bem acima da linha do Equador teriam sua produção beneficiada por um aumento moderado na temperatura, mas os efeitos seriam desastrosos para muitos dos países pobres, já que grandes quantidades de alimentos teriam que percorrer enormes distâncias para suprir suas necessidades gerais.

## Paragominas se une para sair da lista dos vilões da Amazônia - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 18/04/2008

O advogado Adnan Demachki lembra vividamente os sacos de estopa de 60 quilos, destinados a carregar grãos, cheios até a boca com dinheiro. Eram levados abertamente pelas ruas do recém-emancipado município de Paragominas, no extremo leste do Pará. Os colonizadores não tinham com o que se preocupar: o dinheiro era financiado pelo próprio governo para desmatar aquela porção da Amazônia e fazer o que era praticamente uma ordem nos anos 70: levantar o pasto e trazer o boi.

Hoje, Demachki está à frente de uma iniciativa pública para acertar as contas com o presente. Ele quer tirar Paragominas da lista federal que apontou 36 municípios campeões de desmatamento da Amazônia - e agora irá cortar o crédito dos punidos. "Não vou culpar os pais, mas o tempo é outro", diz ele, eleito prefeito em 2004 pelo PSDB.

Em março, a prefeitura assinou um convênio de reordenação ambiental com a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Pará. Um orçamento de R\$ 500 mil será destinado para o projeto, que não tem prazo para ser concluído. Cerca de R\$ 200 mil virão do governo e R\$ 300 mil da Vale do Rio Doce, parte interessada devido à exploração de uma mina de bauxita no município - com capacidade de remoção de 15 milhões de toneladas até 2011, segundo estima a empresa.



"É na crise que a gente busca uma oportunidade, não é? Então reuni 55 entidades locais e fizemos um pacto. Até os índios das 13 aldeias participaram. Aí fomos atrás dos outros", conta Demachki. Os outros, no caso, foram a Sema (hoje nas mãos do PT) e o Ministério do Meio Ambiente, que compareceu à assinatura do convênio como "ouvinte". A prefeitura também contratou o Imazon, respeitada organização ambiental de Belém, para fazer o mapeamento e monitoramento de propriedades.

Ainda incipiente, o plano ainda não dá indícios de que a trajetória de derrubada da mata vai mudar. Mas o importante é a sinalização de ação, diz Adalberto Veríssimo, pesquisador-sênior do Imazon. "O plano federal de combate ao desmatamento não tem sustentação. Se a polícia aperta daqui, o madeireiro corre pra lá". Segundo ele, o fato positivo está em tratar "de encontrar um modelo sustentável."

O Estado parece concordar. "Eles foram pró-ativos", diz Walmir Ortega, secretário do Meio Ambiente do Pará, que tem 12 municípios listados (o MT tem 19).

O primeiro passo será fazer um diagnóstico: quais são os focos do desmatamento. Depois, o cadastramento. Grandes e médios produtores bancarão do bolso os custos -

menos de mil propriedades, calcula Ortega. Quem tiver menos de 300 hectares terá ajuda pública. A Emater, órgão da secretaria de Agricultura para assistência técnica, participará desse processo.

Com a ajuda do Estado, o município espera contar este ano com um vital zoneamento econômico-ecológico. "Por fim, vamos elaborar o plano local de combate ao desmatamento", diz Demachki.

E isso será suficiente para tirar Paragominas da lista dos vilões da Amazônia? O prefeito diz não saber. "O desejo é sair. Mas o governo não tem ainda critérios, então estamos nos antecipando no combate. Não vamos esperar o Ibama."

A resposta rápida do município paraense foi calcada no fato de que a taxa de derrubada da mata de Paragominas não evoluiu nos anos recentes. O município entrou na lista devido ao estoque histórico de perdas, que evoca a época dos sacos com notas financiadas pela ex-Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e pelo Banco da Amazônia (Basa).

"Temos 55% de floresta nativa. O Deter (satélite do Inpe) fala em 10 focos de desmatamento em 2007, que totalizam 746 hectares. Isso é 0,1% dos 2 milhões de hectares de área do município", diz Demachki. E ele bate num ponto incômodo para Brasília: "Parte do desmatamento foi clandestino, mas parte foi com autorização do Ibama. Para assentamentos, por exemplo."

A reação puxa um movimento que começa a tomar forma na região. No sábado, outros dois municípios campeões de desmatamento - Ulianópolis e Rondon do Pará - fecharam convênio similar com o Estado para reverter o quadro e escapar da punição financeira.

"Resta saber se isso é pra valer", rebate André Lima, do ministério.

### **Agentes prendem 5 por exploração ilegal de madeira – Folha de São Paulo – Brasil – 19/04/2008**

A descoberta de um acampamento destinado à exploração ilegal de madeira resultou na prisão de cinco pessoas e na apreensão de tratores, camionetes, motosserras e armas de fogo na região de Sinop (500 km de Cuiabá).

O flagrante foi feito na última quarta pela operação Arco de Fogo, que reúne fiscais do Ibama e homens da Polícia Federal e da Força Nacional. Segundo o Ibama, a estrutura montada para o desmatamento "impressionou". Havia gerador de energia e radiocomunicação.

O Ibama informou, no primeiro balanço da operação Arco de Fogo em Machadinho D'Oeste (RO), que a fiscalização resultou em 97 multas (R\$ 15 milhões). Foram apreendidos 3.000 metros cúbicos de madeira ilegal -suficientes para encher 133 caminhões. Oito empresas foram interditadas.

**Novo zoneamento amplia áreas protegidas em MT** – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 21/04/2008

**Projeto do governo Maggi é elogiado por ambientalistas e criticado por produtores - Projeto será enviado nesta semana à Assembléia Legislativa, mas pressões eleitorais nos municípios podem impedir aprovação**

Depois de 18 anos de discussões, estudos e ao menos duas versões nunca levadas adiante, o governo de Mato Grosso concluiu e anunciou que encaminhará nesta semana à Assembléia Legislativa a sua proposta de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico. Campeão do desmatamento no último semestre de 2007, segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o Estado propõe um novo mapa de uso e ocupação de seus 90 milhões hectares, com regras e restrições específicas, definidas segundo critérios como topografia, geologia e relevância ambiental.

Nesse desenho alternativo, o percentual de áreas protegidas -incluindo unidades de conservação e áreas indígenas- subiria de 20% para 27%, atingindo 24,6 milhões de hectares, o equivalente ao território do Estado de São Paulo.

As áreas destinadas à produção agrícola intensiva foram incluídas na subcategoria "Estrutura produtiva consolidada ou a consolidar", com 11,1% do Estado (9,9 milhões de hectares) concentrados nas regiões oeste, sul e médio-norte.

Dos 19 municípios mato-grossenses citados na lista dos 36 maiores desmatadores, cinco -Colniza, Aripuanã, Cotriguaçu, Juara e Porto dos Gaúchos- tiveram quase todos os seus territórios incluídos na subcategoria "Relevante potencial florestal", que abrange 17,4% (15,6 milhões de hectares) do Estado e na qual será incentivado o manejo florestal.

A vocação de cada área, segundo o projeto, vai determinar a concessão de incentivos fiscais, financiamentos públicos e o licenciamento ambiental. "Quem comprar terras em uma zona com elevado potencial florestal saberá que determinadas atividades não serão permitidas ou financiadas", diz Elaine Corsini, superintendente de monitoramento ambiental da Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente).

Lançado há duas semanas pelo governador Blairo Maggi (PR), em uma audiência preliminar com 47 entidades de vários setores, o texto foi aprovado pelos ambientalistas, mas recebeu críticas de representantes do agronegócio, tradicionais aliados do governador. "Não podemos colocar barreiras para nós mesmos. Este zoneamento, como está, é uma barreira excessiva e desnecessária. Precisamos de um zoneamento, mas ajustado à nossa realidade", diz o economista Amado Oliveira Filho, da Famato (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso).

O debate vai se estender por 12 audiências públicas, mas é no plenário da Assembléia que o zoneamento deverá ganhar seu desenho final. Os ambientalistas temem essa etapa, em parte por se tratar de um ano eleitoral -a imposição de restrições a determinadas atividades econômicas pode significar perda de votos nos municípios.

Também não falta quem desconfie do fato de Maggi encabeçar a proposta. Em plena campanha contra os números do desmatamento obtidos pelo Inpe no último trimestre de 2007, o governador esteve em Brasília para tentar convencer o presidente Lula a reduzir as restrições impostas ao seu Estado. Maggi chegou a dizer que a manutenção das medidas poderia resultar em diminuição da oferta de grãos e, com isso, aumento na inflação. A reportagem tentou ouvir Maggi a respeito. A Secretaria de Comunicação disse que ele só falará quando encaminhar o projeto à Assembléia.

**"Há pressão por todo lado", diz ambientalista** – Rodrigo Vargas - Folha de São Paulo – Ciência – 21/04/2008

"O projeto é de fato muito bom, mas não esperamos uma discussão fácil na Assembléia. Há muitos interesses envolvidos, pressão de todos os lados e, para piorar, é um ano de eleições municipais", disse Sérgio Guimarães, coordenador-executivo da ONG ICV (Instituto Centro de Vida), que atua na Amazônia de Mato Grosso.

O governo tem maioria para aprovar o projeto sem grandes modificações na Assembléia. Isso, porém, não foi suficiente em 2006, quando, também com o apoio de entidades ambientalistas, Maggi encaminhou à Assembléia um projeto de redefinição dos limites do parque estadual do Cristalino (no norte do Estado).

A proposta do governo acabou substituída na íntegra pelos deputados, que aprovaram um novo traçado 27 mil hectares menor, em benefício de grandes pecuaristas da região. À época, o maior defensor da redução era o companheiro de chapa de Maggi em sua campanha à reeleição, o vice-governador Silval Barbosa (PMDB).

A ação dos parlamentares não prosperaria, mas por decisão da Justiça. "Desta vez, até mesmo pela pressão da opinião pública, nossa aposta é que o processo seja diferente. Mas teremos de nos manter muito atentos", afirmou Guimarães.

Se cenário ideal for alcançado, disse o ambientalista, todos podem ganhar. "Estamos falando de regras claras e que precisam ser cumpridas. É o único caminho. Uma situação de eterno conflito não é boa para o ambiente e muito menos para o agronegócio", afirmou.  
**(RV)**

**Avião espião investiga desmatamento – Folha de São Paulo – Ciência – 22/04/2008**

**Governo usa aeronave da FAB para "perícia" em municípios de Mato Grosso campeões de devastação na Amazônia - Missão pode pôr fim em debate sobre confiabilidade de dados do Inpe; segundo Sipam, imagens obtidas no sobrevôo são incontestáveis**



*Foto aérea de desmatamento perto de rio em Vila Rica (MT)*





*Software demarca desmate (vermelho) em Marcelândia (MT) - HUDSON CORRÊA DA SUCURSAL DE BRASÍLIA*

Um avião espião da FAB (Força Aérea Brasileira) que capta imagens de alta resolução está sendo usado em uma "perícia" nos 36 municípios responsáveis por 50% da devastação recente na Amazônia.

O sobrevôo pode acabar com as dúvidas sobre a extensão da área devastada estimada com dados de satélites analisados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). As informações são questionadas pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR).

Com resolução de imagem de seis metros -cerca de cinco vezes melhor do que a usada pelo Prodes (Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia), do Inpe-, o mapeamento do avião R-99B apresentará com precisão a área desmatada nas cidades sobrevoadas. Além de mais preciso que os satélites Landsat e CBERS, usados pelo Prodes, o avião espião tem a vantagem de não ser prejudicado por nuvens.

O R-99B da FAB já realizou 94 horas e 15 minutos de vôo nesta missão. A estimativa é que o trabalho envolva no mínimo 400 horas, ao custo de cerca de US\$ 1 milhão.

As imagens captadas pelo R-99B são processadas pelo Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), órgão vinculado à Casa Civil, que concluiu na semana passada o mapeamento de uma área de 264 mil quilômetros quadrados em municípios de Mato Grosso.

O trabalho com o avião da FAB, segundo o Sipam, pode ser chamado "de perícia que servirá como prova" para multar e mover ações judiciais contra o desmatamento ilegal. Para o diretor-geral do centro gestor e operacional do sistema, Marcelo de Carvalho Lopes, não há como contestar as imagens. "Dá para ver até curvas de nível", afirmou, referindo-se aos patamares escavados em áreas cultivadas em terras com morros. O trabalho iniciado em março ocorrerá nos 36 municípios amazônidas que estão sob embargo imposto pelo governo federal -proibidos de desmatar até que fique claro quais são os culpados pela devastação recente.

Juntos, todos os municípios da lista têm 790 mil quilômetros quadrados (equivalente à soma das áreas de RJ, SP, ES, PR, SC, PE e RN, na conta da FAB). A expectativa é que o sobrevôo de todas as áreas a serem analisadas dure 45 dias.

O Sipam não divulgou, porém, uma estimativa do desmatamento real nas regiões já sobrevoadas, pois afirma que processa as imagens sem interpretar informações. Os dados serão analisados pelo Ministério do Meio Ambiente -foi a pasta de Marina Silva que encomendou o trabalho.

**Cerco fechado** - Não há a intenção, segundo o ministério, de confrontar as imagens captadas pelo avião da FAB com os dados sobre desmatamento obtidos com satélites usados pelo Inpe. O Ministério do Meio Ambiente diz que os desmatamentos passaram a ocorrer em área cada vez menor e que o mapeamento da FAB fecha o cerco contra esses infratores.

Mato Grosso foi o ponto inicial do trabalho porque, na relação de municípios com maior desmatamento de agosto a dezembro de 2007, tinha sete dos dez primeiros colocados. O município líder foi Marcelândia, um dos primeiros alvos dos sobrevôos.

Os dados captados por um radar do avião chegam ao Sipam em Manaus (AM) como se fossem uma fita VHS de vídeo. Um programa de computador transforma os dados corridos em imagens e demarca a área desmatada. Os aviões R-99 são conhecidos como "olhos e ouvidos da FAB" e foram desenvolvidas pela Embraer a partir de jatos ERJ 145.

**Sem autorização, cidade de MT desmata 25 Ibirapueras** – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 23/04/2008

**Permissões para cortes estão suspensas em Marcelândia (MT) desde fim de janeiro - Números gerais sugerem queda na devastação, mas concentração de nuvens atrapalhou visualização das áreas via satélite e análise**

Num período de muita chuva na região amazônica, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) detectou em março uma das maiores extensões de desmatamento do ano concentrada numa única área em Marcelândia, em Mato Grosso, superior a 25 vezes o tamanho do parque Ibirapuera (zona sul de São Paulo).

O município é um dos 36 que mais derrubaram árvores na Amazônia e, por isso, teve suspensas autorizações para cortes desde o final de janeiro. A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) sobrevoou Marcelândia, em 30 de janeiro, e, segundo sua assessoria, "constatou a grande extensão do desmatamento". Na ocasião, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), se encontrou com ela e disse que as informações sobre desmatamento são imprecisas. Nas imagens de março, divulgadas ontem pelo Inpe, Marcelândia é líder absoluta na devastação. Em cinco áreas da cidade, foram 65,5 quilômetros quadrados a menos de florestas. O número representa 45% do total do desmatamento medido no mês pelo Deter, o sistema de detecção em tempo real.

A contabilidade final, disponível na página do Inpe na internet, sugere um primeiro sinal de freio no ritmo acelerado de desmatamento registrado a partir do segundo semestre de 2007, e responsável por dois alertas seguidos do Inpe.

Em março, o Deter captou 145,7 quilômetros quadrados a menos de floresta na região amazônica, o equivalente a 20% do desmatamento captado no mês anterior. Em

fevereiro, depois do anúncio de medidas do governo para conter o problema, o Inpe ainda registrou o abate de 725 quilômetros quadrados de matas.

Técnicos do Inpe alertam que o grande volume de nuvens em março -tradicional nessa época do ano- prejudicou as imagens. Boa parte da região ficou debaixo de nuvens. Praticamente não houve registros na segunda quinzena de março.

Dados mais precisos só deverão ser divulgados no segundo semestre, a partir do sistema Prodes, mais preciso que o Deter. Apesar de os dados sugerirem um sinal de freio no desmatamento, pesquisa nos dados do Inpe indica novamente dificuldade para o governo cumprir a meta do ano. Do início de agosto de 2007 ao final de março deste ano, o Deter registrou 4.732 quilômetros quadrados de desmatamento, equivalente a três vezes a cidade de São Paulo. De agosto de 2006 a julho de 2007, foram registrados 4.974 quilômetros quadrados a menos de florestas.

Ou seja, faltando quatro meses para o fechamento do período de aferição, a diferença é de apenas 242 quilômetros quadrados nos dados do Deter. Os registros feitos em tempo real são mais rápidos, mas menos precisos: captariam menos da metade do desmatamento real, projetado pelo Prodes.

O Ministério do Meio Ambiente evitou comemorar ontem a aparente queda. "A redução é expressiva, mas temos de considerar que houve um problema dramático de nuvens, não estamos vendo boa parte da região, e a análise está sujeita a questionamentos", disse João Paulo Capobianco, secretário-executivo do ministério. Segundo Capobianco, o satélite pode ter captado, em Marcelândia, um estágio preliminar do corte raso de árvores.

Flávio Montiel, diretor de fiscalização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), disse que dados de satélite servem como base para a ação dos fiscais. O diretor não obteve ontem resposta da fiscalização em Marcelândia: "Até o final do mês, teremos pelo menos 250 fiscais do Ibama em campo em Mato Grosso". Áreas de desmatamento ilegal serão embargadas assim que os fiscais chegarem ao local.

**Meta** - A meta do governo é conter o desmatamento entre agosto do ano passado e julho deste ano em menos de 11,2 mil quilômetros quadrados -número medido em 2007 pelo Prodes, no terceiro ano consecutivo de queda da devastação. Apesar da redução, o mais recente levantamento anual divulgado ficou acima da meta original.

Segundo Marina Silva, 2008 representaria o "teste de fogo" para a política de combate ao desmatamento por dois motivos: pressões típicas do período pré-eleitoral e, sobretudo, aumento do preço de commodities, como a carne e a soja.

*\*Colaborou HUDSON CORRÊA, da Sucursal de Brasília*

### **Governo do Pará vai leiloar madeira ilegal – Folha de São Paulo – Brasil – 23/04/2008**

O governo do Pará vai leiloar em 15 de maio, em Santarém, 5.500 metros cúbicos de madeira derrubada ilegalmente apreendida em ações de fiscalização do Ibama. Será o primeiro leilão de madeira apreendida, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado. O lance mínimo do metro cúbico será de R\$ 300 para toras e de R\$ 500 para madeira já serrada. O dinheiro arrecadado será usado para ações de fiscalização e de segurança e para a recuperação de áreas degradadas.

Segundo a secretaria, o leilão poderá ser realizado devido a um termo de cooperação entre o governo e o Ibama a partir do qual o Estado se tornou o fiel depositário da madeira apreendida e responsável pela destinação dela.

O leilão será aberto a pessoas físicas e jurídicas, desde que apresentarem documentação. Não será permitido que infratores que tiveram madeira apreendida arrematem os lotes. **(SÍLVIA FREIRE)**

### **Territórios Digitais: inclusão para comunidades rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 23/04/2008**

As ações do projeto Territórios Digitais – iniciativa que faz parte do Programa Territórios da Cidadania – foram debatidas pela primeira vez em um evento específico da área de informática e software livre. Nos dias 17 e 18 de abril, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresentou o projeto a participantes do 9º Fórum Internacional Software Livre (fisl9.0), em Porto Alegre (RS).

Durante a mesa “Educação e Inclusão Digital” foram tratados aspectos como a metodologia de implantação, os conteúdos, a capacitação, o maquinário e a manutenção do Territórios Digitais. “Todo o projeto foi concebido em software livre. Além disso, os conteúdos em texto, áudio e vídeo produzidos para as comunidades também estarão disponíveis para o uso por qualquer interessado, serão livres de autoria”, explica Rossana Moura, consultora de Inclusão Digital do NEAD.

O projeto Territórios Digitais consiste na implantação de espaços públicos e gratuitos (que estão sendo chamadas de Casas Digitais) com acesso a computadores e internet em assentamentos, comunidades tradicionais, escolas agrícolas e sindicatos nos territórios rurais selecionados pelo Programa Territórios da Cidadania. Cada Casa Digital será conectada à internet por meio do Programa Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) e contará com dez computadores, mobiliário, impressora, WebCam e servidor.

**Foco na educação e produção** - Conforme Rossana, a capacitação das comunidades será feita em duas etapas, uma presencial e outra a distância. Na fase presencial, a comunidade recebe os equipamentos e aprende a instalá-los, monitorar a antena, usar os programas, a internet, e a fazer a manutenção de rede, hardware e software. “Mais que isso, essa fase é destinada a incorporar a tecnologia ao cotidiano local, o que inclui o foco na educação e na comercialização da produção”, destaca a consultora.

Assim, quando o tema de uma aula é a busca de sites na internet, por exemplo, ela será direcionada às necessidades locais: como acessar sites e links de financiamento rural, páginas relacionadas a técnicas agrícolas, controles de pragas etc. “A Casa Digital é que tem que se adaptar à cultura da comunidade, e não o contrário”, assinala Rossana.

Para atingir toda a comunidade, a idéia é formar multiplicadores, a exemplo do que já ocorre com outros projetos apoiados pelo NEAD, como Centro Rural de Inclusão Digital (Crid) instalado no PA Santana, no Ceará. José Filho, 15 anos, representou o assentamento no fisl9.0., falando sobre a experiência dos assentados com o Crid. Ele contou que lá, onde o telecentro foi implantado em 2004, a comunidade conduz o projeto de forma independente e está na terceira turma de multiplicadores.

Nesta etapa da capacitação, o foco permanece na educação e comercialização da produção. A partir das necessidades locais, as universidades parceiras irão criar conteúdos que serão disponibilizados na forma de cursos no ambiente virtual. Esses conteúdos abordarão temas como meio ambiente, educação, agroecologia, agropecuária, extrativismo, dentre outros. “O meio rural é muito diferente do meio urbano e são essas características que teremos que respeitar. Um dos desafios é criar conteúdos para pessoas que não têm o hábito de leitura, muito menos na tela de um computador”, diz Rossana.

**Parcerias** - Além do MDA, Gesac e das universidades federais também são parceiros no projeto Territórios Digitais o Ministério da Cultura e o projeto Casa Brasil, do Governo Federal. O objetivo dos organizadores é mobilizar o Comitê do Territórios da Cidadania para a ampliação de parcerias.

De acordo com Rossana Moura, um aspecto importante é a integração com instituições que já atuem nos territórios. “Também pretendemos fortalecer telecentros já existentes, integrando ações e adaptando a metodologia de inclusão”.

### **Desmatamento na Amazônia cai em relação a fevereiro – Valor econômico – Brasil - 23/04/2008**

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou ontem os números sobre novos desmatamentos na Amazônia registrados em março. A área desmatada no período foi de 145,7 quilômetros quadrados, de acordo com o Sistema de Detecção em Tempo Real (Deter) - uma redução de 80% em relação aos 725 quilômetros quadrados de novas áreas desmatadas em fevereiro.

Segundo o Deter, houve queda no número de novas áreas desmatadas em quase todos os estados da Amazônia Legal, exceto o Maranhão. Em alguns Estados o sistema não encontrou registro de desmates em março - caso do Acre, Amapá, Amazonas e Rondônia. Com 112,4 quilômetros quadrados de novas áreas devastadas, Mato Grosso responde por 77% dos desmatamentos registrados pelo Deter no período, apesar da redução de 82,4% em relação a fevereiro.

**A vanguarda agrícola** – Folha de São Paulo – Opinião – 23/04/2008

### **Zoneamento em Mato Grosso pode desfazer associação usual entre destruição do ambiente e fronteira do agronegócio**

OS DADOS sobre desmatamento na Amazônia em março são pouco conclusivos, pois o excesso de nebulosidade dificultou a coleta de imagens por sensores de satélites. Fica prejudicada a comparação direta dos 145 km<sup>2</sup> registrados com os 724 km<sup>2</sup> de fevereiro. Derrubadas ocorridas podem ter escapado das câmeras, mas não se descarta que tenha arrefecido a destruição. Espanta é que 45% (63 km<sup>2</sup>) do desmate medido ocorra num único município, Marcelândia (MT).

Não que Mato Grosso e essa localidade em particular já não sejam conhecidos como pólos ativos de devastação. Da lista de 36 municípios que mais desmatam, 19 são mato-grossenses, inclusive Marcelândia. A boa notícia é que começam a ser dados os passos corretos para que se altere tal estado de coisas, como o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado.

O governador Blairo Maggi (PR) deve encaminhar nesta semana à Assembléia Legislativa o projeto de zoneamento, em sua terceira versão (as anteriores não prosperaram no Legislativo estadual). Com base em parâmetros geológicos, topográficos e ambientais, a proposta disciplina a ocupação e o uso dos 903 mil km<sup>2</sup> de Mato Grosso (3,6 vezes o Estado de São Paulo).

O mapa resultante identifica os 99 mil km<sup>2</sup> (11,1% do território) passíveis de uso para agricultura intensiva, como as modernas lavouras de soja, milho e algodão. As áreas protegidas para conservação ambiental ou usufruto indígena passam de 20% para 27%, ou 246 mil km<sup>2</sup>.

O projeto está orientado na direção correta de reger -mais que proibir- a atividade econômica no cerrado e na floresta amazônica mato-grossenses, dois centros de biodiversidade. Pode enfrentar novas dificuldades políticas, pois até agora obteve mais apoio de ambientalistas que de empresários agrícolas.

Ninguém melhor para fazer o projeto vingar do que Blairo Maggi. O governador, ele mesmo oriundo de um grupo na liderança do setor de soja, conhece em primeira mão as

pressões internacionais por responsabilidade socioambiental na produção de commodities agrícolas.

Um zoneamento como o proposto, desde que preparado com apuro, debatido com pluralismo e implementado com rigor, oferece a melhor resposta. É com esse tipo de estigmatização que os países ricos tentam desencaminhar o debate que mais interessa, sobre seus vergonhosos subsídios agrícolas. Cabe a produtores brasileiros provar com fatos e dados que a pujança do agronegócio nacional vem da produtividade ímpar, e não da dilapidação do capital natural.

### **Secretário-executivo destaca importância da Caatinga para biodiversidade – Sítio eletrônico do MMA – 24/04/2008**

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, falou nesta quinta-feira (24), em Fortaleza (CE), sobre a importância de se preservar a Caatinga, destacando sua diversidade biológica e cultural e os aspectos humanos e sociais que o bioma representa. Capobianco representou a ministra Marina Silva na abertura da 51ª reunião extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que ocorre na capital cearense até esta sexta-feira (25). O encontro, que discute o tema Caatinga, homenageia o bioma pelo seu dia: 28 de abril.

Para o secretário, a inclusão do tema associado às mudanças climáticas na pauta de discussão do Conama é muito importante, já que a Caatinga e a Floresta Amazônica são os dois biomas que serão mais impactados por esse fenômeno, segundo estudos encomendados pelo MMA em 2004. "É preciso uma ação muito enérgica dos governos e da sociedade para produzirmos medidas de mitigação e, ao mesmo tempo, de adaptação a esse processo de mudança do clima", disse.

Capobianco chamou atenção ainda para o painel que encerra os trabalhos do Conama, na sexta-feira, sobre os desafios e iniciativas para as mudanças climáticas no bioma Caatinga. Para ele, os debates realizados por especialistas, no encontro, poderão contribuir para a melhor compreensão desses impactos e para o Plano e a Política Nacional de Mudanças Climáticas, em discussão no governo federal.

**UCs** - A secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito, que participa dos debates, informou em sua palestra que o governo estuda a criação de novas unidades de conservação federais no bioma Caatinga, que deverão representar 1 milhão de hectares nos próximos dois anos. Segundo ela, os processos estão em fase adiantada de negociações. "Devemos dar um salto de mais de 25% de áreas protegidas no bioma", acredita. Atualmente cerca de 4%, dos 800 mil hectares de Caatinga, são protegidos por unidades de conservação federais.

A região da Caatinga é considerada por especialistas a mais rica em biodiversidade das regiões semi-áridas do mundo, ocupando 11% do Brasil (região nordeste e norte de

Minas Gerais), onde vivem cerca de 27 milhões de pessoas. Sua biodiversidade ajuda na sobrevivência de grande parte da população do semi-árido.

Participaram da abertura do evento, além do governador interino Francisco José Pinheiro, o presidente do Ibama Bazileu Alves Margarido; a secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, o secretário de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Egon Krakhecke, o presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Ceará, André Barreto, entre outros representantes da sociedade civil e do setor empresarial. \* *Daniela Mendes*

#### **Entidades se preocupam com decisões tomadas pelo governo – Sítio Eletrônico da CPT – 25/04/2008**

A CPT, e demais entidades, movimentos sociais, pastorais e ONGs enviaram uma carta aberta ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, aos presidentes da Câmara e Senado e aos líderes partidários do Congresso. Na carta, ficou evidente a preocupação com a edição de medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam as florestas e a biodiversidade brasileira. Deste modo, não só o meio ambiente, mas pequenos agricultores e comunidades tradicionais também são prejudicados. As entidades, movimentos, pastorais e ONGs que assinam a carta ainda alertam para os perigos da liberação comercial do milho transgênico pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

#### **Desmatar é remédio para crise da comida, diz Maggi – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 25/04/2008**

**Para governador de Mato Grosso, derrubada legal é mecanismo "inevitável" - "Não há como produzir mais comida sem fazer ocupação de novas áreas e a retirada de árvores", declara o político e produtor de soja**

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), defendeu ontem o direito ao desmatamento -desde que não o ilegal- como um mecanismo "inevitável" para enfrentar a crise global de alimentos.

A afirmação foi feita logo após a entrega à Assembleia Legislativa da proposta do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado.

O documento, que define novos critérios para o uso e a ocupação do território mato-grossense, vem recebendo críticas de lideranças ruralistas por ser considerado restritivo em excesso. Em entrevista à **Folha**, Maggi avaliou que será preciso encontrar uma "posição intermediária" que assegure o aumento da produção agrícola.



"Com o agravamento da crise de alimentos, chegará a hora em que será inevitável discutir se vamos preservar o ambiente do jeito que está ou se vamos produzir mais comida. E não há como produzir mais comida sem fazer a ocupação de novas áreas e a retirada de árvores."

Segundo o governador, a crise já mostra seus primeiros sinais e deverá se agravar. "As mudanças climáticas, que são reais, estão afetando negativamente muitas áreas de produção. Ao mesmo tempo, o consumo está crescendo."

**Paliativo** - Os investimentos em biotecnologia e aumento da produtividade, na opinião de Maggi, poderiam amenizar a tendência, mas apenas em curto prazo. "Está próximo o momento em que o volume de produção não será mais suficiente para a demanda. O mundo, então, terá de fazer um enfrentamento e discutir como ocupar mais espaço para fazer agricultura."

O impacto do uso de áreas já abertas -como pastagens degradadas- também foi minimizado por Maggi. Segundo ele, a maioria dessas áreas não é propícia à agricultura em larga escala, devido ao clima e ao risco de quebra na produção.

"Para que utilizem essas áreas marginais, será preciso que os agricultores tenham políticas de seguro agrícola, para que haja garantia de renda."

Rebatendo os críticos do atual modelo econômico do Estado, Maggi ironizou: "Algumas pessoas acreditam" que a produção agrícola de Mato Grosso "é para alimentar ETs".

"Nos últimos 30 anos, o Brasil forneceu comida barata para o mundo. Fez a sua parte. Neste momento de crise, o mundo precisa entender que o país tem espaço para fazer crescer sua produção, mas precisa de garantias para se lançar em uma aventura maior na questão da produção de alimento, quer seja na abertura de novas áreas, quer seja nas áreas mais antigas, abertas e que que ofereçam algum risco de rentabilidade."

O zoneamento entregue ontem, disse Maggi, é uma tentativa de vencer o "preconceito" em relação a Mato Grosso. "Nenhum Estado com essa potencialidade econômica tem tantos cuidados ambientais."

Sobre o grande passivo ambiental acumulado desde o início dos projetos de colonização das décadas 1970 e 1980, Maggi diz que a questão é analisada sob um ponto de vista "equivocado". Segundo ele, o processo se deu "de forma correta", de acordo com a legislação vigente à época. "Se há 30 anos houvesse as restrições ambientais que há hoje, com certeza Mato Grosso não seria o maior produtor de soja, de algodão e da pecuária. O que é ilegal hoje, nós somos contra."

## **Níveis de CO2 continuam a subir – O Globo – Ciência – 25/04/2008**

As emissões de dióxido de carbono, o principal gás associado ao aquecimento global, continuam a subir em ritmo acelerado. A informação é da Administração de Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (Noaa, na sigla em inglês).

Um dos principais fatores são as crescentes emissões para a geração de energia na China, Estados Unidos e Europa.

A Itália, por exemplo, planeja construir uma grande termoelétrica a carvão.

De todos os combustíveis fósseis, o carvão é o que mais lança dióxido de carbono na atmosfera ao ser queimado.

Segundo a Noaa, depois de uma década de estabilidade, os níveis de metano também voltaram a se elevar. Embora menos abundante do que o CO<sub>2</sub>, o metano é pior para o efeito estufa.

Os níveis atmosféricos de CO<sub>2</sub> alcançaram quase 385 partes por milhão no ano passado. Em 1850, estima-se que a concentração era de 280 partes por milhão. A média anual de aumento nos últimos seis anos foi de 2 ppm, índice mais acentuado do que em décadas anteriores.

— Em toda esta década o índice tem aumentado. E temos muito claro a causa: a queima de combustíveis fósseis — disse o cientista Pieter Tan, que estuda o efeito estufa.

Se o aumento do CO<sub>2</sub> está associado à queima de combustíveis fósseis, a situação do metano é incerta. O gás é produzido naturalmente por pântanos, mas também é liberado em atividades industriais.

Um temor dos especialistas é o degelo da permafrost (solo permanentemente congelado) na região ártica.

Isto poderia liberar grandes quantidades de metano.

## **Conama discute impactos das mudanças climáticas na Caatinga – Sítio Eletrônico do MMA – 25/04/2008**

Desertificação e Impactos das Mudanças do Clima na Caatinga. Esse foi o tema do painel de abertura do último dia de reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), realizada nesta sexta-feira (25), em Fortaleza. No encontro, o diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Ruy de Góes, fez um balanço das ações do governo, que prepara uma política e um plano nacional de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A 51ª reunião extraordinária do Conama, que discute o tema Caatinga, homenageia o bioma pelo seu dia: 28 de abril.

Segundo Ruy de Góes, o Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, deve enviar até o mês de junho, para apreciação do Congresso Nacional, o texto da proposta de Política Nacional de Mudanças Climáticas. "A política será norteadora das ações do governo. Orientará a elaboração do plano nacional propondo ações prioritárias para os diferentes entes da federação", disse.

Ele afirmou ainda que a política terá dois objetivos básicos: a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação a mudanças do clima. Após o envio do projeto de lei para o Congresso, o comitê se concentrará na elaboração do Plano Nacional que, de acordo com Ruy de Góes, será mais detalhado e terá um caráter participativo aberto a todos os segmentos da sociedade com a previsão, inclusive, da realização de consultas públicas.

A mitigação, identificação de vulnerabilidades, pesquisa e desenvolvimento e a capacitação dos mais diferentes níveis e setores da sociedade são os quatro eixos do Plano. "Um dado importante é que não se pretende que seja um plano federal. Se for federal estaremos limitados, estaremos restritos, o que não é conveniente nesse momento. Os estados e todos os outros entes têm um papel a cumprir", defendeu.

O pesquisador José Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), também participou das discussões do painel e alertou para a relação clima e efeito humano no bioma Caatinga. Segundo Marengo, juntamente com a Amazônia, a Caatinga sofrerá muitas alterações com as mudanças climáticas nos próximos anos como a redução das chuvas, que já são escassas, e, conseqüentemente, do volume de água dos aquíferos. Isso, somado ao baixo índice de desenvolvimento humano da região que força a sua população a usar a vegetação como fonte de renda, poderá gerar a destruição do ecossistema. "Se nada for feito pelo lado social a população destruirá a Caatinga", acredita. Também participaram da mesa de debates o presidente do Conselho de Políticas e Gestão do meio Ambiente (Conpam), André Barreto; Heitor Matallo, da Convenção de Combate à Desertificação; e Francisco Roberto Bezerra da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.

À tarde, a partir das 14h, serão realizados mais dois painéis. Um sobre iniciativas regionais e outro sobre políticas nacionais. Com a presença de especialistas e representantes do MMA. \* *Daniela Mendes*

#### **Oficina vai discutir Agenda 21 Local em terras indígenas – Sítio Eletrônico do MMA – 25/04/2008**

A Coordenação da Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente promoverá nos dias 2, 3 e 4 de maio, no município de Aquidauana (MS), uma oficina de formação para implementação de Agenda 21 Local na Terra Indígena Taunay. A oficina será realizada na aldeia terena Água Branca, e dará início a esse que é o primeiro processo de Agenda 21 em terras indígenas no País.

Durante a oficina, que será coordenada por técnicos dos programas Agenda 21 e Pantanal, ocorrerá uma apresentação sobre as realidades local e regional da terra indígena Taunay. Em seguida, serão formados grupos de trabalho que irão debater e definir quais os passos que deverão ser seguidos para a implementação de uma Agenda 21 Local em terra indígena. \* *Grace Perpetuo*

**Desmate não resolve crise de alimentos, diz Marina** – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – 26/04/2008

**Para titular do Meio Ambiente, não dá para responder à situação com "velhas práticas"- Ministra respondeu a declarações de governador de MT, para quem derrubar árvores é "inevitável" diante da escassez de comida**

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem que a "pressão insustentável" sobre os recursos naturais não é resposta à crise mundial dos alimentos. Para Marina, destruir ecossistemas para plantar "só adia a crise por um tempo".

A declaração foi uma resposta à defesa que o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, fez anteontem do desmatamento como mecanismo "inevitável" para enfrentar a alta global no preço dos alimentos.

Em entrevista à **Folha**, Maggi afirmou que "não há como produzir mais comida sem fazer a ocupação de novas áreas e a derrubada de árvores". Ressaltou, no entanto, que só defende o desmatamento legal. Instada a comentar a entrevista, Marina evitou criticar diretamente o governador, com quem tem se desentendido nos últimos meses (Maggi questiona os dados do governo federal que mostram a explosão no desmatamento em seu Estado no final de 2007). A ministra disse que a crise dos alimentos é um dado de realidade, mas que a forma de enfrentá-la é "lançar mão da melhor tecnologia e do conhecimento científico disponíveis".

"Não é o momento de responder a novos desafios com velhas práticas", disse. "O ministro da Agricultura diz que nós podemos dobrar a produção no país sem derrubar mais nenhuma árvore."

A ministra defendeu que se busquem recursos para recuperar áreas já degradadas e torná-las produtivas. Maggi também havia criticado essa estratégia, dizendo que a maioria dessas áreas não é propícia à agricultura em larga escala.

"Não é propícia se formos utilizar velhas tecnologias, se for na lógica da pecuária extensiva e da garimpagem de nutrientes", disse Marina.

A diretora-executiva da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Tatiana de Abreu Sá, concorda com a ministra na questão da tecnologia, mas também afirma que Maggi está certo quando diz que os agricultores precisam de algum tipo de "seguro" para produzir em áreas degradadas.

"Realmente não é preciso desmatar [para produzir alimentos], desde que políticas adequadas sejam feitas", disse a dirigente e pesquisadora.

Para Abreu Sá, é possível, com financiamento, logística e incentivos, recuperar as áreas degradadas na Amazônia e produzir ao mesmo tempo. "Tecnologia nós temos", afirmou.

**Tiro no pé** - O coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, disse que as declarações de Blairo Maggi foram um "passo atrás no esforço de esverdeamento dele". No ano passado, ele foi o único governador presente quando um grupo de ONGs lançou uma proposta para zerar o desmatamento na Amazônia. "Na ocasião, ele disse que o desmatamento era um leão adormecido", recorda-se Adário. "Agora ele está fazendo todo o barulho possível para o leão acordar."

A oposição entre preservação da floresta e produção de alimentos é uma falsa dicotomia, diz Adário. Segundo ele, é graças às chuvas produzidas na Amazônia que as terras férteis do Centro-Sul são irrigadas. "Desmatar é um tiro no pé." \*Colaborou **EDUARDO GERAQUE**, da *Reportagem Local*

**Uma via para a Amazônia** – Bertha Becker, Carlos Nobre e Roberto Bartholo - Folha de São Paulo – Opinião – 27/04/2008

O DEBATE sobre o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia no final de 2007 foi ocasião propícia para um ataque inédito de alguns interesses do setor agroindustrial atuando no Brasil central e na Amazônia ao Inpe, uma das instituições-chave do sistema brasileiro de ciência e tecnologia e da capacidade de formulação de caminhos próprios de desenvolvimento.

Não é inocente nesse contexto um doloso desconhecimento: ignorar que a ciência (aqui e em toda parte) avança por meio de acertos e erros. Pretender fazer de diferenças metodológicas sobre como detectar desmatamento e degradação a partir do espaço o argumento para deslegitimar nossa ciência pode ser um ato mais que destrutivo ao futuro do Brasil.

O nó da questão é o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. Falso porque trata a conservação como sinônimo de preservação intocável e identifica o desenvolvimento com produção destrutiva, respaldado num histórico de agropecuária causadora de gigantesco passivo ambiental na Amazônia. Falso pois não admite a existência de diversos modos de modernidade e caminhos alternativos de desenvolvimento e pretende fazer da verdade complexa dessa questão pouco mais que uma caricatura simplista.

É grande a diversidade de interesses e agentes sociais que desejam o desenvolvimento da Amazônia com base na produção: vorazes grileiros e desflorestadores - "tradings", grandes empresas e fazendeiros-, produtores familiares com diferentes graus de organização e empreendedorismo, produtores médios que produzem e mantêm suas famílias com boa qualidade de vida e alguns que já utilizam padrões mais avançados de produção.

É também grande a diversidade de interesses e agentes ambientalistas, desde os "amigos de Gaia", passando por ONGs bastante diferenciadas em seus propósitos e interesses e chegando aos grandes bancos do capital financeiro globalizado, interessados na preservação em razão de interesses associados ao mercado de carbono.

O desenvolvimento da Amazônia não pode ser reduzido à lógica maniqueísta. É forçoso reconhecer que há bandidos e mocinhos em cada um dos lados da falsa polarização. É urgente escapar à armadilha do falso dilema para conceber uma via para a Amazônia na modernidade contemporânea. Manter a floresta em pé interessa a todos que tenham um mínimo de sensatez e sensibilidade. O que está em jogo são os modos, as finalidades e, de modo mais direto, quem se beneficia com os dividendos de sua manutenção. A preservação da floresta como argumento pode servir a um variado conjunto de propósitos, inclusive a uma composição entre elementos aparentemente díspares, como instituições ambientalistas internacionais, grandes instituições financeiras e veículos de comunicação nacionais.

É possível preservar a floresta mantendo-a intocada, com utilização rudimentar de seu potencial, que pouco beneficia as comunidades tradicionais. Outro modo de mantê-la em pé é a abertura a novas oportunidades e interações, com o uso de artefatos que utilizem seu potencial sem destruí-la, encarando-a como fonte de afirmação da vida e distribuindo os lucros obtidos com a produção não predatória para muito mais gente.

Essa utilização produtiva não predatória em ampla escala só pode ocorrer com base no conhecimento científico, em tecnologias avançadas e na inovação. Já há condições para isso. A comunidade científica brasileira tem a convicção de que a contenção do desmatamento e o desenvolvimento da Amazônia só se farão mediante um modelo de desenvolvimento inovador capaz de utilizar e conservar a floresta e os recursos aquáticos ao mesmo tempo. Essa via da sensatez não se resume à floresta. É possível modernizar a produção em áreas desmatadas produzindo até quatro vezes mais em metade da área que hoje se ocupa. É muito significativo nesse contexto que a Academia Brasileira de Ciências esteja organizando um grupo de pesquisadores dedicados a fornecer as condições para transformar conhecimento em ação, apoiando um novo modelo de desenvolvimento para regiões tropicais florestadas.

Enfim, a Amazônia é a esfinge a ser decifrada pelas políticas de desenvolvimento no Brasil, num empenho em que a ação do Estado democrático de Direito não pode ser ambígua -deve se exercer em consonância com o projeto nacional. Ps: Este documento foi endossado por 20 pesquisadores da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia - Geoma.

\*BERTHA K. BECKER é professora emérita de geografia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e membro da Academia Brasileira de Ciências. CARLOS A. NOBRE, 57, é pesquisador titular do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e membro da Academia Brasileira de Ciências. ROBERTO BARTHOLO é coordenador do programa de engenharia de produção da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia).

**Cidades que mais desmatam lideram crimes na Amazônia** – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 27/04/2008

**Violência aparece em 39 das 50 cidades com maior índice de devastação na região - Para a Confederação da Agricultura e Pecuária, no entanto, não existe ligação entre a violência no campo e a atividade econômica**

Os municípios que mais desmatam na região amazônica são também os que mais registram trabalho escravo e violência no campo. O avanço da pecuária na área acompanha o ritmo da queda das árvores.

Essas relações foram detectadas pela **Folha** a partir do cruzamento de dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do Ministério do Trabalho e da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

A reportagem teve acesso a levantamento do Inpe que identifica o total desmatado de agosto de 2004 a julho de 2007 em 601 cidades da Amazônia Legal (Estados do Norte, além de Mato Grosso e Maranhão).

No ranking dos 50 municípios que mais extraíram madeira no período, sendo 23 em Mato Grosso e 20 no Pará, a violência no campo aparece em 39 deles, com crimes ligados a conflitos fundiários e flagrantes de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Os municípios "top 50" do desmate acumularam a média de um assassinato entre 2004 e 2007, índice sete vezes acima do registrado na região amazônica (0,14), segundo a CPT. Os campeões na derrubada de árvores também estão à frente nos flagrantes de trabalho escravo, ou seja, quando, além de ser submetido a situações degradantes, o trabalhador é impedido fisicamente de deixar a propriedade.

Entre 2004 e 2007, a média nesses 50 municípios foi de 109 trabalhadores resgatados pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho. Na Amazônia, no mesmo intervalo, a média geral dos municípios foi de 16 pessoas flagradas nessas condições.

**Gigante** - No topo da lista do desmate está o gigante paraense São Félix do Xingu, município com área equivalente à soma dos Estados de Alagoas e do Rio Grande do Norte (84,2 mil km<sup>2</sup>).

Nele, em três anos, foram devastados 2.812 km<sup>2</sup>, com quatro assassinatos e 291 trabalhadores resgatados.

"Onde tem desmatamento ilegal, onde tem grilagem de terra, tem madeiras e tem morte. A vinculação é realmente essa", afirma Ailson Machado, assessor de mediação de conflitos agrários da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência. "O trabalho escravo vem junto, porque eles [proprietários ou grileiros] usam essas pessoas, a maioria delas migrantes, para abrir a mata. Quando termina o desmate, ou elas ficam expostas à violência, sem trabalho, ou são levadas para outras áreas para serem exploradas", completa.

O avanço do desmatamento na Amazônia também coincide com o crescimento da pecuária. Entre os 50 municípios da região que, segundo dados do IBGE, mais avançaram na quantidade de cabeças de gado entre 2003 e 2006, 29 deles também integram os top 50 na derrubada da floresta.

Colniza (MT) é um exemplo. No extremo noroeste do Estado, na divisa com Amazonas e Rondônia, a cidade aparece em quarto no ranking do desmate, com 982 km<sup>2</sup> derrubados, 115,9 mil novas cabeças de gado e dois assassinatos, em três anos. No mesmo intervalo, Confresa, município no nordeste mato-grossense, seguiu uma linha semelhante, com 270 km<sup>2</sup> de desmate, 114,6 mil novas cabeças de gado e 1.013 trabalhadores flagrados em situação análoga à escravidão. "A gente lamenta, mas tem pessoas que ainda estão fazendo isso. Se aproveitarem as áreas já abertas, não precisam desmatar", diz o pecuarista Nerci Wagner, presidente do sindicato rural de Confresa. Entre os top 50 do desmatamento, houve um crescimento médio de 90,9 mil cabeças de gado, contra 15,7 mil em toda a região amazônica, uma diferença de 579%.

**Valor da floresta** - Para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o que acontece é que o desmate é uma resposta ao que classifica de baixo valor econômico da floresta. A entidade rejeita a relação entre a violência no campo e a atividade econômica.

José Batista Afonso, advogado da CPT do Pará e integrante da coordenação nacional do braço agrário da Igreja Católica, afirma que a relação entre o desmatamento e a violência no campo não é coincidência.

"Não existe coincidência, e sim uma relação. Na Amazônia, especialmente no Pará, a atividade da pecuária sempre foi a campeã na utilização de mão-de-obra do trabalho escravo. E, se existe expansão da pecuária, há também a expansão da área de desmatamento", declara Afonso, advogado da CPT.

**"Floresta é um ativo de baixíssimo valor econômico", afirma ruralista – Folha de São Paulo – Brasil – 27/04/2008**

Presidente da comissão de meio ambiente da principal entidade sindical ruralista, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), Assuero Veronez diz que o avanço da pecuária na Amazônia e a derrubada de madeira é uma resposta do setor ao "baixíssimo" valor econômico da floresta.

"A floresta é um ativo de baixíssimo valor econômico e, de outro lado, há uma atividade econômica que dá retorno e dá renda. Você não pode desconsiderar que a pecuária é uma atividade econômica rentável. A Amazônia tem uma vocação extraordinária para a pecuária."

Segundo Veronez, não há relação entre desmatamento e pecuária com a violência no campo. "Acho que não dá para fazer essa relação direta. Os casos de violência estão em



todas as atividades econômicas numa região onde falta Estado. Se a pecuária é a principal atividade naquela região, estatisticamente tem que ocorrer alguma coisa com relação a essa atividade. Não consigo estabelecer uma conexão direta", diz.

Confrontado com a afirmação de Veronez sobre o valor da floresta, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, contra-atacou. "Não há justificativa para agir de forma ilegal, com violência, com desagregação social, cultural e ambiental. Esse argumento é inaceitável."

Para a CNA, o governo tem se preocupado apenas em "constranger" e "intimidar" os produtores da região amazônica, sem encontrar soluções para a demanda de crescimento local, como a situação das famílias levadas para lá pelo próprio governo, nos anos 70 e 80. De acordo com Capobianco, a correlação entre desmatamento e a violência no campo é "absolutamente direta". Sobre os ataques da CNA ao governo, ele diz: "Sempre que você não tem como justificar um ato, primeiro você culpa alguém, quase sempre o governo", afirma.

**Ambientalista dá nota "insuficiente" para Lula** - Afra Balaziana - Folha de São Paulo – Ciência – 27/04/2008

O suíço Frank Guggenheim, 58, atual diretor-executivo do Greenpeace Brasil, vai deixar o posto para atuar como médico na Amazônia. Em entrevista à **Folha**, ele faz um balanço dos seis anos em que dirigiu a organização: aponta como derrota a aprovação da lei dos transgênicos e, entre as vitórias, cita a moratória da soja. Dá nota "insuficiente" para o governo Lula na área ambiental e diz que Thelma Krug, secretária nacional de Mudança Climática, é "conservadora". Formado também em matemática e física, o médico Guggenheim já foi diretor da divisão farmacêutica da multinacional Roche. Ele fica no Greenpeace até o fim de maio -seu sucessor ainda não foi anunciado.

Leia a seguir a entrevista que Guggenheim concedeu à **Folha** na sede do Greenpeace Brasil, em São Paulo:

**FOLHA** - *Como o sr. avalia o período que esteve à frente do Greenpeace?*

**FRANK GUGGENHEIM** - Acho que o Greenpeace estava numa fase de transição quando entrei. A geração dos fundadores tinha saído e a organização precisava tomar um novo rumo. E, como estava crescendo, precisava de um pouco mais de estrutura, de processos. Acho que foi nisso que consegui contribuir.

**FOLHA** - *Houve profissionalização?*

**GUGGENHEIM** - Eu não quero dizer que antes de mim não tenha sido profissional, mas eu acho que foi para um outro patamar, inclusive pelo número de

colaboradores [doadores]. Saímos de cerca de 9.000 colaboradores, mas com um banco de dados sujo, pois muitos não estavam colaborando de fato, para hoje cerca de 36 mil. Devemos chegar no fim do ano a 42 mil.

***FOLHA - E quais foram as vitórias?***

***GUGGENHEIM*** - No ano passado, ganhamos o Top of Mind em Preservação do Meio Ambiente [houve empate entre Ypê, Natura, Ibama e Greenpeace]. Em 2006, destaco a moratória da soja, em que as traders se comprometeram a não comprar soja oriunda de desmatamentos da Amazônia. Em 2003, a gente lançou a campanha de clima e energia, antes do Al Gore. Também naquele ano criamos o programa Cidade Amiga da Amazônia, que hoje inclui 36 cidades, sendo seis capitais, e dois Estados, São Paulo e Bahia.

***FOLHA - E qual foi a maior derrota?***

***GUGGENHEIM*** - A única derrota do ponto de vista ambiental foi a lei dos transgênicos, assinada pelo presidente Lula praticamente no primeiro mês do primeiro mandato, depois de ter se comprometido com a gente que, se ele se tornasse presidente, jamais assinaria essa lei.

***FOLHA - Quais são seus planos para quando deixar o Greenpeace?***

***GUGGENHEIM*** - Estou indo para a Amazônia. O local exato não está definido. Existe nas cidades da Amazônia uma necessidade enorme de médicos, de clínicos gerais. Voltar a clinicar numa região com uma falta enorme de médicos vai ser extremamente gratificante. Em junho, trabalharei no barco do Saúde & Alegria, em Santarém, e, depois, decidirei para onde eu vou definitivamente.

***FOLHA - É uma mudança radical...***

***GUGGENHEIM*** - Não tem lá em cima a sofisticação dos restaurantes de São Paulo, é verdade. Você não vai encontrar um espaguete "al dente". É uma outra vida, muito simples. Mas eu acho que vai ser desafiador, gratificante, tão divertido quanto estar no Greenpeace.

***FOLHA - Qual é sua análise do governo Lula na área ambiental?***

***GUGGENHEIM*** - O ambiente não é prioridade para o governo Lula. Mas na Amazônia, em particular, nós temos de reconhecer que foi durante o seu governo que foi decretada a maior parte das áreas protegidas. E nós sabemos que, bem ou mal, uma vez que a área recebe uma proteção, o desmatamento nessa área diminui. E, particularmente, houve a criação de áreas protegidas em região de conflito, em torno da BR-163. Eu acho que o governo Lula periodicamente implementou uma certa governança, como após o assassinato da irmã Dorothy [Stang, em 2005], mas o que ele não fez foi mudar o paradigma do desenvolvimento da Amazônia e, com isso, levar a governança para lá, propor outros

modelos de desenvolvimento além da destruição da floresta. Olhando o período todo, daria uma nota insuficiente para a política do governo Lula para o ambiente.

**FOLHA - E qual é a sua avaliação sobre o enfrentamento das mudanças climáticas no país?**

**GUGGENHEIM** - A doutora Thelma Krug [secretária nacional de Mudança Climática], que está a frente do processo, tem uma visão muito conservadora sob o nosso ponto de vista.

**FOLHA - Como assim?**

**GUGGENHEIM** - Hoje, 75% das emissões do Brasil são provenientes do desmatamento. Então, uma das propostas na mesa, inclusive a do Greenpeace, é de diminuir o desmatamento líquido a zero até 2015. Isso seria absolutamente possível. A floresta desmatada tem um valor econômico. O cara que desmata vai plantar soja, colocar gado, qualquer coisa, e vai ganhar dinheiro. Se tiver uma situação em que ele ganha mais dinheiro não desmatando do que desmatando, ele não vai desmatar. Se você ganha R\$ 100 mil por ano e eu falar que te dou R\$ 120 mil por ano você vai desmatar? Não vai. Então, é uma questão financeira.

**FOLHA - Quanto custa acabar com o desmatamento da Amazônia?**

**GUGGENHEIM** - Um estudo que o Greenpeace fez com outras ONGs estimava em R\$ 1 bilhão por ano. Não é tanto dinheiro se comparar com outros programas, como o Fome Zero. Mas, para isso, precisa colocar metas anuais de diminuição. O governo entende, porém, que colocar meta é interferência na autonomia do governo. Essa é a grande discussão. Os países lá fora estão dispostos a financiar o fim do desmatamento, conquanto tenha metas. Mas o governo entende como intromissão e perda da soberania.

**FOLHA - Por que o Greenpeace se mantém contra a energia nuclear?**  
**GUGGENHEIM** - A energia nuclear é extremamente cara. O governo fala em R\$ 140 por kWh, R\$ 170 por kWh. Mas duvidamos que fique em menos de R\$ 200 por kWh. De qualquer forma, é o modo mais caro de esquentar um bule de água para fazer chá. E tem uma série de outros problemas. Deixamos a conta para as gerações futuras pagarem. Estamos produzindo um lixo radioativo com o qual não sabemos o que fazer. O professor [José] Goldemberg diz que, para ter impacto mínimo no clima, seria preciso construir 3.000 usinas nucleares nos próximos dez anos. O que, convenhamos, não é realista. E não é à toa que os americanos há praticamente 20 anos não constroem uma usina nuclear. Não é porque eles sejam ambientalistas. É simplesmente porque lá quem paga a conta de uma usina nuclear é o consumidor e não tem banco que queira financiar. Usina nuclear só é viável se é paga com dinheiro do governo, leia-se nossos impostos. Quem vai financiar Angra 3 é o Estado.

**FOLHA - Alguns ambientalistas, como um dos fundadores do Greenpeace, Patrick Moore, defendem a energia nuclear para amenizar o aquecimento global...**

**GUGGENHEIM** - São sempre os mesmos que defendem. O Patrick Moore e o [James] Lovelock. São os únicos que mudaram de idéia. Não existe movimento ambientalista que defenda energia nuclear. O que aconteceu foi que a indústria nuclear estava absolutamente no chão. Numa situação dessas, sem perspectivas, apareceu a questão do clima e o pessoal de marketing rapidamente usou isso como argumento novo. Mas não é verdade que as novas usinas sejam mais eficientes ou mais seguras. A tecnologia é praticamente a mesma do passado.

**FOLHA** - *Quem mora em São Paulo ou no Rio está mais preocupado com o trânsito e a violência do que com a Amazônia. Como é possível atrair a atenção dessas pessoas?*

**GUGGENHEIM** - As pessoas tendem a se preocupar com as coisas que as afetam, têm uma certa dificuldade de abstração, de pensar mais globalmente. A gente aprendeu primeiro a pensar no núcleo da família, no seu vilarejo, e o máximo que conseguimos é pensar no país em época de Copa do Mundo. Mas o desmatamento da Amazônia já tem impacto no Sul. Se você falar com pessoas mais velhas, elas vão contar que São Paulo é a terra da garoa. Eu vim para São Paulo há 19 anos e não tem mais garoa. Se falar com agricultores do Sul, eles vão te dizer que o clima mudou. Porque no Sul do Brasil os períodos de chuva são diretamente impactados pela umidade produzida na Amazônia.

**FOLHA** - *As propagandas de empresas cada vez mais exploram a questão ambiental. Por quê?*

**GUGGENHEIM** - Esse pessoal não dá ponto sem nó. Eles querem ganhar mais dinheiro e querem ligar a imagem do seu produto e ser uma empresa que faz algo positivo ao ambiente. Se eles fazem isso é porque eles sabem, pelas pesquisas de mercado, que é uma preocupação da sociedade. Se você diz que seu produto ajuda o ambiente as pessoas tendem a comprar mais. Chega ao absurdo de ter posto de gasolina dizendo que vai plantar árvores.

**FOLHA** - *O sr. não abasteceria lá?*

**GUGGENHEIM** - Não, em hipótese nenhuma.

**FOLHA** - *Não funciona?*

**GUGGENHEIM** - Funciona para vender gasolina, mas não para melhorar o clima. É uma propaganda enganosa. Porque a questão de plantar árvores é complicada. Quantas árvores têm de plantar para [compensar] um tanque? É absolutamente inviável. Se falassem que iam colocar parte do dinheiro numa caixinha para construir mais linhas de metrô, talvez me sensibilizassem mais...

**FOLHA** - *Que exemplos o sr. acha que o país poderia seguir?*

**GUGGENHEIM** - Na maioria das cidades da Europa hoje você só pode botar lixo na rua em sacos oficiais do governo, que têm um custo de eliminação de lixo embutido que é extremamente alto. As pessoas não querem mais levar embalagens para casa, porque no lixo de casa isso vai custar. As embalagens estão diminuindo. Também na Europa, na maioria dos países você pode escolher a energia que você compra, a verde ou a normal.

**FOLHA - A verde é mais cara?**

**GUGGENHEIM** - É mais cara, mas é uma opção. A energia verde está crescendo na Europa, deve custar cerca de 15% a mais, mas as pessoas compram porque acham melhor. De algum modo, nós todos vamos ter de mudar o nosso padrão de vida. O que não quer dizer viver pior, mas viver diferente.

**FOLHA - Por que vocês não têm campanha de transporte no Brasil?**

**GUGGENHEIM** - Não temos recursos. Temos um orçamento em torno de R\$ 10 milhões para este ano. A metade é gasta na campanha da Amazônia. A outra parte, gastamos em clima/ energia nuclear e oceanos.

**FOLHA - Muitos consideram o Greenpeace muito radical...**

**GUGGENHEIM** - Radical sim, mas violento não. Radical não é negativo. Você não olharia para o Gandhi como um radical? Ele era um pacifista, como nós, mas radical em defender a independência da Índia.

Martin Luther King era um radical pela causa dele, mas também era pacifista. Até na medicina você faz uma "extirpação radical de um tumor maligno". A gente não quebra coisas, não destrói. A gente acredita no testemunho ocular, a gente confronta, mas a gente não é violento. Se olhar as atividades do Greenpeace, nunca vai ver quebra-quebra com a polícia ou mesmo com guardas, revidando. Nosso pessoal é treinado para não revidar.

**Na Amazônia, tribos sofrem com desmatamento** - Ronaldo Brasiliense e Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 27/04/2008

BELÉM e CUIABÁ. A expansão da fronteira agrícola, causando conflitos de terra, o desmatamento e a demora na demarcação e homologação das reservas indígenas são alguns dos maiores problemas das tribos da Amazônia Legal.

Os índios já são donos de um território que equivale a 20,5% da Amazônia brasileira. São terras demarcadas e homologadas pela Funai que continuam sujeitas a invasões de grileiros, madeireiros, garimpeiros e sem-terra.

Em muitos casos, é necessária a ação do Poder Judiciário para garantir os direitos dos índios sobre suas terras.

Foi o que aconteceu no Pará, semana passada, quando o juiz Carlos Henrique Haddad determinou que o Ibama combata queimadas e desmatamentos na terra indígena xicrim do Cateté, que fica entre os municípios de Parauapebas e Água Azul do Norte, no sudeste do Pará. Pela decisão do juiz Haddad, a partir de ação civil pública do Ministério Público Federal em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o Ibama recebeu prazo de 48 horas, a partir da notificação, para cumprir a determinação, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

Os Ministérios Públicos Federal e Estadual assinaram termo de cooperação técnica com o Imazon em novembro do ano passado e passaram a receber informações sobre a degradação ambiental em todas as regiões do estado, a partir dos dados gerados pelo Sistema de Acompanhamento do Desmatamento (SAD) do instituto.

A partir dessas informações, que apontavam a existência de queimadas e desmatamento na terra xicrim, o MPF solicitou à Polícia Federal, ao Ibama, à Funai e ao Inbra um mutirão para fiscalização das irregularidades.

Governo de Mato Grosso teme conflitos O governo de Mato Grosso teme que a ampliação e a criação de áreas indígenas pela Funai possam provocar conflito entre fazendeiros e índios.

A Famato (Federação dos Agricultores de Mato Grosso) vê com preocupação especial os municípios de Nova Nazaré, no leste do Estado, e Colniza, no noroeste, onde o governo federal está demarcando uma série de terras indígenas, ocupadas por fazendeiros.

Atualmente, existem em Mato Grosso 12 áreas com processos administrativos prevendo a ampliação de reservas.

Além de Nova Nazaré, fazendeiros e as prefeituras de Campinápolis, Comodoro e Peixoto de Azevedo também questionam o aumento das áreas protegidas. A se confirmar a ampliação em Campinápolis, por exemplo, apenas 18% do município não estaria dentro da reserva.

## **Brasil e Alemanha discutem preparativos para a COP-9 e biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MMA – 28/04/2008**

Os preparativos para a 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-9), que acontecerá em Bonn, de 19 a 30 de maio, e a produção sustentável de biocombustíveis foram os principais assuntos da reunião entre o ministro do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha, Sigmar Gabriel, e a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva. As duas autoridades mantiveram encontro na manhã desta segunda-feira, em Brasília, acompanhados de seus principais assessores. Foi o primeiro compromisso da agenda oficial de Sigmar Gabriel, que permanece no Brasil até a próxima-sexta-feira.

Durante a reunião, o ministro solicitou à Marina Silva que o Brasil ajude a Alemanha na força-tarefa para fazer avançar a negociação de um regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios (ABS) durante a COP-9.

O Brasil preside a Conferência desde a COP-8, em Curitiba, em 2006. A partir de maio a Alemanha assumirá o posto pelos próximos dois anos. O regime, que deverá estar pronto até 2010, é considerado contribuição fundamental para a implementação do terceiro objetivo da Convenção - repartição de benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. "Temos apenas dois anos para fazer cumprir uma decisão tomada há 15 anos", destacou o ministro, defendendo que os países desenvolvidos paguem pelo uso dos recursos naturais utilizados.

A ministra Marina Silva disse que a adoção do regime é um dos principais instrumentos para conter o desmatamento no Brasil, por valorizar a floresta em pé. Ela destacou a importância das comunidades tradicionais e anunciou que o Brasil está transformando projetos-piloto nesta área em políticas públicas. Segundo a ministra, o Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais, que tinha dotação inicial de US\$ 200 milhões para os próximos 12 anos, deve contar agora com US\$ 1,5 bilhão para o mesmo período.

A inclusão de critérios de sustentabilidade na produção de biocombustíveis também foi abordada pelos dois ministros. Sigmar Gabriel disse que a adoção de uma certificação, a exemplo do que já acontece para a madeira, seria uma forma de valorizar e diferenciar a produção sustentável, que não pressiona a floresta e não compete com a produção de alimentos.

"Nós já adotamos critérios ambientais e socialmente corretos de produção. O que temos de fazer é torná-los públicos para nossos parceiros", afirmou Marina.

Marina Silva destacou que o programa brasileiro de biocombustíveis é consequência de investimentos em tecnologia, e representa um esforço importante para as ações de mitigação das mudanças climáticas e de inclusão social. Ela ressaltou que o Brasil possui 300 milhões de hectares de área agricultável, mas que utiliza apenas 1% para a produção de biocombustível. "Não se pode enfrentar novos desafios com velhas práticas. Com a Embrapa e outras empresas, podemos dobrar nossa capacidade de produção sem derrubar uma árvore sequer", acrescentou.

O ministro alemão anunciou que, durante a visita da chanceler Angela Merkel ao Brasil, será assinado um acordo na área energética entre os dois países e negou que a alteração aplicada pela Alemanha na porcentagem de etanol brasileiro adicionado ao combustível fóssil alemão tenha sido uma restrição ao etanol nacional. Acordo entre os dois países prevê o acréscimo de 10% de etanol no combustível alemão. "Isso ocorreu porque a frota dos veículos mais antigos da Alemanha, de fabricação francesa e italiana, não comporta essa mistura", explicou. Gabriel destacou, porém, que a previsão é que a Alemanha irá se enquadrar até 2020.

Há mais de 42 anos, Brasil e Alemanha atuam conjuntamente na área de cooperação para o desenvolvimento. Atualmente, a Alemanha é o segundo maior doador bilateral para cooperação com o Brasil, atrás do Japão. O governo alemão destaca-se por ser o maior doador do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que vem financiando projetos na Amazônia e na Mata Atlântica, nos últimos doze anos.

Sigmar Gabriel irá cumprir uma extensa agenda na área ambiental no Brasil. Nesta segunda-feira, além de reunião com a equipe de secretários do Ministério do Meio Ambiente, ele manteve agenda no Itamaraty e visitou o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção à Amazônia (Censipam). A partir de terça-feira, o ministro segue para Santarém, Belém e São Paulo. Estão previstas visitas à Floresta Nacional do Tapajós e à Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, entre outros compromissos.

**Desmatamento** - À tarde o ministro alemão visitou o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Ele assistiu a uma demonstração dos sistemas utilizados pelo centro para monitoramento do desmatamento na Amazônia e teve acesso aos dados mais recentes das ações do governo federal nas principais áreas de desmatamento da Amazônia Legal.

O secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, explicou ao ministro as ações adotadas pelo governo desde dezembro do ano passado, quando foi detectado um aumento no desmatamento em 36 municípios da Amazônia Legal. Como medida, ele citou a proibição de qualquer tipo de desmatamento nesses municípios, a obrigatoriedade de cadastramento de todos os proprietários rurais dessas regiões, a proibição de crédito público e privado àqueles que desmatarem ilegalmente ou não se cadastrarem e a proibição de qualquer tipo de produção em áreas consideradas irregulares.

Para Capobianco, o desafio maior está ligado à mudança no modelo econômico. Nosso desafio não é apenas comando e controle. O nosso grande desafio é uma mudança no modelo econômico na região com novas atividades produtivas que se beneficiem da floresta em pé, afirmou.

O ministro alemão elogiou a tecnologia empregada pelo Brasil e a integração de esforços entre as várias áreas de governo para evitar o desmatamento. Segundo Sigmar Gabriel, o país deve se orgulhar das conquistas alcançadas nos últimos anos. Ele disse acreditar ser fundamental a oferta de alternativas econômicas àqueles que pretendem trabalhar de forma regular na exploração dos recursos naturais da Amazônia. \* *Gisele Teixeira* e Daniela Mendes

### **Maggi quer desmatar para alimentar** – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2008

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), conhecido como “rei da soja”, defendeu na semana passada o direito ao desmatamento. Aproveitando-se da problemática em voga sobre a crise global de alimentos, Maggi apontou que desmatar é um mecanismo “inevitável” para enfrentar a alta dos preços e o desabastecimento. A afirmação foi feita logo após a entrega à Assembléia Legislativa da proposta do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado.

O Zoneamento define critérios para exploração agrícola do território mato-grossense, A proposta apresentada vem se adequar a nova escala de zoneamento definida em plano federal (de 1:250.000), o que, em teoria, ampliaria a proteção contra o desmate.



Segundo Ariovaldo Umbelino, do Departamento de Geografia da USP (Universidade de São Paulo), o instrumento é bom se respeitado. “Não se cumpre zoneamento nenhum se o governo não fiscalizar se está [o zoneamento] sendo respeitado ou não”, observa.

A depender do governo do estado do Mato Grosso, será difícil emplacar qualquer fiscalização. Blairo Maggi já avaliou que é preciso encontrar uma "posição intermediária" que assegure o aumento da produção agrícola. Ele justificou que "com o agravamento da crise de alimentos, chegará a hora em que será inevitável discutir se vamos preservar o ambiente do jeito que está ou se vamos produzir mais comida. E não há como produzir mais comida sem fazer a ocupação de novas áreas e a retirada de árvores”.

Maggi não dá o ponto sem o nó. Além de governador, ele é também dono do grupo Maggi, maior produtor privado de soja do mundo. O grupo é proprietário de 135,7 mil hectares (aproximadamente 1,3 milhões de m<sup>2</sup>) de área plantada de soja, responsável por quase 20% da produção do estado e pelo processamento de mais de 2 milhões de toneladas do grão, que em sua maior parte é destinada a alimentar animais na Europa e Ásia. Maggi também teve um papel chave em estabelecer a infra-estrutura de transporte que abre ainda mais o Amazonas para o desenvolvimento e o desmatamento.

O governador diz que o novo zoneamento é uma tentativa de vencer o "preconceito" em relação a Mato Grosso, referindo-se a notoriedade do estado como um dos mais devastados pela ambição produtivista do atual modelo agrícola.

É difícil acompanhar a súbta mudança de posição do governador. Há poucos anos, em 2003, quando o jornal New York Times evidenciou que a destruição da Floresta Amazônica tinha aumentado para dois quintos da mata original, Blairo Maggi respondeu: "para mim, 40 por cento de aumento no desmatamento não significa nada, não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui. Nós estamos falando de uma área maior do que a Europa que nem sequer foi tocada, portanto não há nada para se preocupar."

Blairo Maggi foi um dos responsáveis pela criação de estradas que cruzam o coração da Amazônia, que incluem a estrada BR-163, que vai da capital do estado Cuiabá até o porto de Santarém. A pavimentação da BR-163 é parte de um projeto público privado entre o governo brasileiro, Maggi e os gigantes norte americanos do agronegócio Cargill, Bunge, ADM e outros que querem uma maneira barata de exportar a soja. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia (IPAM) esta estrada de 1.600 km corta 10 milhões de hectares de mata na região, abrindo a área para mais colonização.

### **Certificação para soja "sustentável" gera preocupação – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2008**

O sistema de certificação de sustentabilidade da soja pode se transformar em uma nova barreira não-tarifária ao produto no mercado europeu. E o Brasil, que já está perdendo a batalha dos biocombustíveis na Europa, pode ver outro importante mercado se fechar. O alerta foi lançado por especialistas da cadeia de produção da soja durante a 3ª conferência internacional do Fórum Global sobre Soja Responsável (RTRS na sigla em inglês), realizada dias 23 e 24 em Buenos Aires.

A conferência foi convocada por esta organização internacional para colher sugestões sobre os critérios para a criação de um certificado de "soja responsável", que não cause danos sociais e ao meio ambiente. Duas outras reuniões serão convocadas antes da

divulgação de um documento final, com o consenso das posições entre os participantes, previsto para o segundo semestre de 2009.

O debate acabou influenciado pela preocupação com o avanço da soja, deslocando a produção de alimentos. "A soja virou alvo de críticas porque está avançando, mas isso não pode ser considerado um problema se o cultivo é sustentável", disse ao Valor Alejandro Lopez, diretor da Adecoagro, um dos maiores grupos de agronegócios da Argentina.

A questão é: sob que critérios o produto será considerado "responsável" ou não. "Essa discussão é importante porque é uma demanda que partiu da União Européia, preocupada com aspectos qualitativos do produto", disse Monika Bergamaschi, diretora executiva da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (AbagRP). Do total exportado em soja pelo Brasil, 50% vão para o continente europeu.

"Os critérios de sustentabilidade podem se transformar em uma barreira", alertou Adriano Timossi, analista de comércio agrícola internacional e consultor com passagem pelo grupo de negociação agrícola e desenvolvimento rural da Comissão Européia. Brasileiro residente em Genebra, Timossi disse que "o Brasil está ficando isolado" em sua posição de defesa dos biocombustíveis devido a uma reviravolta na opinião pública européia sobre os biocombustíveis a base de grãos. E que se não intensificar sua participação e ações públicas no debate sobre a certificação da soja, corre o risco de ver o produto vetado, como já aconteceu com a carne.

O Brasil estava representado na conferência da RTRS por diversas entidades da cadeia de produção e consumo, entre eles a Abag, a Abiove (indústrias de óleos vegetais), produtores, ONGs e consultorias independentes. Os representantes de produtores e indústrias sugeriram que o serviço de certificação seja remunerado e que isso seja incluído no preço. "Do contrário, vão nos obrigar a apresentar um certificado mas não vão querer pagar por ele", disse Carlos Lovatelli, presidente da Abiove. Ele defendeu que se encontre uma forma de remunerar os produtores por não plantarem nas terras da reserva de proteção ambiental.

Entre os argentinos, Alejandro López, da Adecoagro, e Gustavo Grobocopatel, do grupo Los Grobo (maior produtor de soja do país), defenderam que a certificação adote como norma as técnicas já disseminadas na Argentina como o plantio direto, manejo integrado de pragas e rotação de cultivos com outros grãos. (JR)

### **Ministro apresenta o Territórios no Consea – Sitio eletrônico do MDA – 30/04/2008**

“Tenho muita confiança que o desenho institucional do Territórios da Cidadania é um caminho seguro para enfrentarmos de forma definitiva o tema da pobreza e da fome no meio rural brasileiro”. Assim o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, encerrou a apresentação sobre o Territórios da Cidadania para os participantes da IV Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A reunião ocorreu nesta quarta-feira (30), às 10h, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), com o objetivo de mostrar como essa ação governamental pode contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional na área rural.

Estiveram presentes na apresentação do Territórios a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, o presidente do Consea, Renato Maluf, e o secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Sanches Peraci.

**Sobre a ação interministerial** - Com recursos na ordem de R\$ 11,3 bilhões para 2008, o Territórios foi lançado em fevereiro deste ano pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Reúne 135 ações de 19 ministérios para o desenvolvimento regional e a garantia de direitos sociais, e engloba inicialmente 958 municípios onde há baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reduzido dinamismo econômico.

Este ano, a previsão é de que 24 milhões de pessoas sejam beneficiadas, incluindo comunidades rurais, indígenas, quilombolas, de extrativistas e de pescadores. São, ao todo, 60 territórios em todo o País. “São mais de oito mil obras espalhadas por todo o Brasil”, lembrou Cassel.

Mais informações sobre esta ação do Governo Federal podem ser obtidas no portal: [www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br).

**Crise no preço dos alimentos** - Durante a apresentação, o ministro chamou a atenção para a crise mundial no preço dos alimentos. Cassel acredita que esse tema pautará discussões pelos próximos cinco ou mesmo 10 anos e defendeu o aumento da produção de alimentos no País.

“Estamos frente a uma crise alongada e tenho a convicção de que a resposta brasileira para essa crise é mais agricultura familiar e reforma agrária para garantir a segurança e a soberania alimentar”, defendeu.

A agricultura familiar representa 4,2 milhões de famílias, que produzem mais de 70% do que consumimos. É responsável por 25% do café, 31% do arroz, 67% do feijão, 84% da mandioca, 49% do milho, 58% suínos e 52% do leite produzidos no Brasil. No campo, esse segmento produtivo representa 80% da mão-de-obra.

**Setor sucroalcooleiro é campeão de desrespeito à legislação trabalhista – Sítio Eletrônico do MST – 30/04/2008**

Mais de 80% dos casos de uso de mão-de-obra escrava verificados em 2007 estão relacionados com o setor sucroalcooleiro. A porcentagem representa aproximadamente 1,1 mil pessoas resgatadas, só nos três primeiros meses do último ano. Os dados trazem à tona a crítica feita por movimentos sociais e entidades civis que questionam o custo social envolvido com a produção de agrocombustíveis no Brasil.

O problema é crítico. As plantações de cana-de-açúcar estão relacionadas também com a degradação das condições de trabalho dos cortadores de cana. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que de 2004 a 2007 ocorreram 21 mortes, supostamente por excesso de esforço durante o corte da cana.

A entidade afirma ainda que as usinas sucroalcooleiras são as principais responsáveis pelo trabalho escravo no Brasil. O setor também é apontado como o campeão de desrespeito à legislação trabalhista.

Dos quase seis mil trabalhadores libertados da escravidão pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho em 2007, mais de 50% saíram de usinas do setor.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

